

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

PEDRO RODRIGO DE SOUZA

A busca pela integração: a questão racial no Governo Vargas (1930-1945)

MARINGÁ
2023

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

PEDRO RODRIGO DE SOUZA

A busca pela integração: a questão racial no Governo Vargas (1930-1945)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Eide Sandra Azevêdo Abrêu.

MARINGÁ
2023

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

S729b

Souza, Pedro Rodrigo de

A busca pela integração : a questão racial no Governo Vargas (1930-1945) / Pedro Rodrigo de Souza. -- Maringá, PR, 2024.
107 f.tabs.

Orientadora: Profa. Dra. Eide Sandra Azevêdo Abrêu.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2024.

1. Era Vargas - 1930-1945. 2. Identidade nacional. 3. Brasil - Questão racial. I. Abrêu, Eide Sandra Azevêdo , orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. III. Título.


CDD 23.ed. 320.56

PEDRO RODRIGO DE SOUZA


A busca pela integração: a questão racial nos governos Vargas (1930-1945)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais pela Comissão Julgadora composta pelos membros:


COMISSÃO JULGADORA

Documento assinado digitalmente
 **EIDE SANDRA AZEVEDO ABREU**
Data: 11/09/2023 11:24:20-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^ª. Dr^ª. Eide Sandra Azevedo Abreu
(Presidente/Orientadora)
Universidade Estadual de Maringá - UEM

Documento assinado digitalmente
 **HILTON COSTA**
Data: 11/09/2023 13:08:33-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Hilton Costa
Universidade Estadual de Maringá - UEM

Documento assinado digitalmente
 **SILVIA HELENA ZANIRATO**
Data: 11/09/2023 09:55:36-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^ª. Dr^ª. Sílvia Helena Zanirato
Universidade de São Paulo - USP

Aprovada em: 31 de agosto de 2023

Local de defesa: Bloco H-12, sala 014 da Universidade Estadual de Maringá

*Dedico este trabalho à minha família:
ao meu pai, Milton, à minha mãe, Aparecida,
e às minhas irmãs, Natália e Camila.*

*Especialmente, dedico à minha esposa,
Jaqueline, e à minha filha, Alice.*

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é fruto da coletividade, ele não seria possível sem a cooperação e influência positiva de professores da graduação e ainda do ensino médio, em que o gosto pelos estudos começou. A Universidade Estadual de Maringá (UEM) vem fazendo parte da minha vida desde 2011, quando passei no vestibular e iniciei a graduação em Ciências Sociais, acolhido pelo programa de cotas sociais da instituição naquele momento. Dessa forma, agradeço todo o departamento de Ciências Sociais da UEM, em especial, à professora Carla Cecília Rodrigues Almeida, pois foi em sua aula de Pensamento Social Brasileiro que surgiram as inquietações que anos depois vieram a dar forma a esta pesquisa; sou igualmente grato ao professor José Henrique Rollo Gonçalves, por ter acolhido minhas ideias e instigado a transformar minhas inquietações em uma pesquisa acadêmica.

Agradeço, também, aos meus amigos de graduação e pós-graduação que sempre estiveram comigo nesta jornada, especialmente a Emilly e Luciano, que me incentivaram desde o início da minha pesquisa.

Aos membros da banca, Prof.^a Dr.^a Sílvia Helena Zanirato e Prof. Dr. Hilton Costa, por aceitarem fazer parte da minha banca e pelas valiosas contribuições dos professores. Agradeço, também e especialmente, à Prof.^a Dr.^a Eide Sandra Abrêu, por ter aceitado orientar minha pesquisa de mestrado. Sou grato pelo crescimento e o aprendizado intelectual durante estes dois anos. Suas contribuições foram fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa.

Agradeço aos meus familiares, minha mãe, Aparecida, e meu pai, Milton, assim como minhas irmãs, Natália e Camila, por me apoiarem sempre na minha vida acadêmica, sem vocês este momento não seria possível. Por fim, gostaria de agradecer à minha esposa, Jaqueline, e à minha filha, Alice, por estarem do meu lado em todos os momentos da minha vida incentivando-me a crescer mais como pessoa.

A todos os mencionados, muito obrigado!

Pedro Rodrigo de Souza

*Eu tenho orgulho da minha cor
Do meu cabelo e do meu nariz
Sou assim e sou feliz
Índio, caboclo, cafuso, crioulo!
Sou brasileiro!
(Crioulo, Sucrilhos, 2011)*

A busca pela integração: a questão racial no Governo Vargas (1930-1945)

RESUMO

Este trabalho está voltado à investigação da questão racial na Era Vargas (1930-1945), com foco na relação da população negra com as políticas do governo e no modo pelo qual a questão foi equacionada no discurso trabalhista. Em um primeiro momento, com o intuito de embasar a reflexão sobre a especificidade do tratamento varguista ao tema, realizamos, a partir de bibliografia especializada, uma retomada do debate sobre a questão racial na Primeira República. Em um segundo momento, exploramos a relação da Frente Negra Brasileira (FNB) com o regime Vargas e a comunidade negra. Para tanto, utilizamos como fonte de nossas análises o jornal *A Voz da Raça* (1933), meio de comunicação da FNB, e discursos de Getúlio Vargas. A análise das fontes primárias, em conjunto com a bibliografia, demonstra em que lugar estava a FNB no debate nacional da época, suas aproximações e distanciamentos em relação à ideologia do regime Vargas bem como os conflitos e dissidências que se estabeleceram no interior do movimento frentenegrino. Abordamos, ainda, a questão racial no Estado Novo (1937-1945), por meio da exploração de discursos de Vargas, especialmente os do 1º de maio, de 15 de novembro e de 7 de setembro. Procuramos demonstrar que o discurso ideológico do Estado Novo buscou ressignificar simbolicamente a imagem de Getúlio e a do trabalhador nacional, mobilizando as categorias de raça e de classe na formulação de representações que contribuíram para sedimentar seu projeto de poder.

Palavras-chave: Era Vargas; Frente Negra Brasileira; Questão racial; Identidade nacional.

The pursuit of integration: the racial issue in the Vargas government (1930-1945)

ABSTRACT

This paper investigates the racial question during the Vargas era (1930-1945), focusing on the relationship between the black population and government policies and the way in which the issue was addressed in labor discourse. Initially, to provide a basis for reflecting on the specificity of Vargas's treatment of the issue, we used specialized bibliography to review of the debate on the racial question during the First Republic. Secondly, we explored the relationship between the Brazilian Black Front (FNB) and the Vargas regime and the black community. To this end, we used the newspaper “*A Voz da Raça*” (1933), the FNB’s means of communication and speeches by Getúlio Vargas as sources for our analyses. The analysis of primary sources, together with the bibliography, shows the FNB stood in the national debate of the time, its approximations and distancing from the ideology of the Vargas regime, as well as the conflicts and dissensions that were established within the Frontier movement. We also address the issue of racial during the Estado Novo period (1937-1945), by exploring Vargas's speeches, particularly those on May 1st, November 15th, and September 7th. We tried to demonstrate that the ideological discourse of the Estado Novo sought to symbolically re-signify Getúlio’s image and that of the national worker, mobilizing the categories of race and class in the formulation of representations that contributed to consolidating his power project.

Keywords: Vargas Era; Brazilian Black Front; Racial issue; National identity.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|---|----|
| Quadro 1 – Organização dos periódicos da imprensa negra – 1900-1930..... | 37 |
| Figura 1 – Folheto de divulgação da programação das comemorações do dia 13 de maio de 1933, realizada pela Frente Negra Brasileira..... | 89 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|-------|--|
| FNB | Frente Negra Brasileira |
| AIB | Ação Integralista Brasileira |
| CPDOC | Centro de Pesquisas e Documentação de História Contemporânea do Brasil |
| DIP | Departamento de Imprensa e Propaganda |
| DNP | Departamento Nacional de Propaganda |
| DPDC | Departamento de Propaganda e Difusão Cultural |
| FUP | Frente Única Paulista |
| PD | Partido Democrático |
| PRP | Partido Republicano Paulista |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| INTRODUÇÃO | 11 |
| 1 QUESTÃO RACIAL NA PRIMEIRA REPÚBLICA | 14 |
| 1.1 UM [NEM TÃO] VELADO RACISMO DE ESTADO | 21 |
| 1.2 BRANQUEAMENTO E MISTIÇAGEM NA PRIMEIRA REPÚBLICA..... | 26 |
| 2 A BUSCA PELA INTEGRAÇÃO: OS FRENTE-NEGRINOS E AS APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS NO DISCURSO CONSERVADOR | 33 |
| 2.1 IMPRENSA NEGRA: ORGANIZAÇÃO E PROTAGONISMO NEGRO DO PÓS-ABOLIÇÃO ATÉ 1930 | 34 |
| 2.2 A FRENTE NEGRA BRASILEIRA E O PROJETO NACIONALISTA E CONSERVADOR DE ARLINDO VEIGA DOS SANTOS | 41 |
| 2.3 A FNB E A “REVOLUÇÃO DE 1930” | 59 |
| 2.4 FRENTE NEGRA SOCIALISTA E LEGIÃO NEGRA: DISSIDENTES REVOLUCIONÁRIOS..... | 61 |
| 2.5 FRENTE NEGRA BRASILEIRA SOCIALISTA | 64 |
| 3 RAÇA COMO CATEGORIA DISCURSIVA: DEMOCRACIA RACIAL E PROJETO DE PODER | 67 |
| 3.1 A QUESTÃO RACIAL E O INÍCIO DA ERA VARGAS..... | 68 |
| 3.2 O ESTADO NOVO E O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL..... | 72 |
| 3.3 A IDEOLOGIA ESTADONOVISTA E O SENTIDO DA “REVOLUÇÃO” | 77 |
| 3.4 INVENTANDO TRADIÇÕES | 84 |
| 3.5 DIA DA RAÇA..... | 87 |
| 3.6 TRABALHISMO E IDENTIDADE NACIONAL | 94 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 98 |
| REFERÊNCIAS | 100 |

INTRODUÇÃO

Esta dissertação está voltada à investigação da questão racial na era Vargas (1930-1937), com atenção particular à relação da população negra com as políticas do Estado nesse contexto histórico e ao modo pelo qual a questão foi equacionada no discurso trabalhista. O ponto de partida que instigou o início da pesquisa se deu por meio dos estudos sobre o trabalhismo no Estado Novo, em particular das análises de Ângela de Castro Gomes (2005) sobre a política trabalhista e a construção simbólica, naquele período, de uma identidade nacional que organizou toda a diversidade étnica e de classe em torno de uma categoria: o trabalhador. A partir dessas leituras, surgiram perguntas iniciais que foram relevantes para todo o desenvolvimento da pesquisa: onde estava o negro na política varguista? De que forma o presidente e o seu regime mobilizaram os afro-brasileiros em torno da identidade trabalhista?

A questão racial, em grande medida, não tem sido abordada nas obras que versam sobre temas relacionados à Era Vargas, enquanto ponto de partida das análises; muitas vezes as discussões sobre ela se apresentam enquanto coadjuvantes da abordagem do processo de configuração do regime varguista ou como parte dos estudos sobre movimento social negro, sobre o pensamento social brasileiro e, em grande medida, enquanto questão social, retirando-se o foco das relações especificamente raciais.

Com o propósito de aprofundar nossa compreensão sobre a especificidade da questão racial durante o período, vimos a necessidade de revisitar as décadas anteriores a ele, retomando os estudos da questão racial na Primeira República. É o que procuramos fazer no primeiro capítulo deste trabalho, em que apresentamos o resultado de revisão bibliográfica acerca da questão racial nesse período. Com base na bibliografia, demonstramos que as concepções intelectuais e políticas daquele período foram marcadas pela forte presença dos pressupostos das teorias raciais formuladas na Europa, amparadas no darwinismo social e nas ciências da natureza. Tais teorias defendiam que o desenvolvimento de uma nação seria o resultado de uma configuração racial pura. A partir desse pressuposto, formulou-se no país a ideia da construção de uma identidade nacional baseada em concepções eugenistas, fundamentadoras da política de branqueamento (Mota, 2003; Munanga, 2020; Schwarcz, 1993; Skidmore, 1976).

Ao revisitarmos os estudos sobre o protagonismo negro no pós-abolição, deparamo-nos com a história dos movimentos de mobilização negra no Brasil. Os trabalhos relatam a

criação de dezenas de grupos como grêmios, clubes e associações organizadas pela comunidade negra na Primeira República. Uma das características desses grupos, além da recreação, foi a publicação de periódicos, pasquins e folhetos, que serviam como meio de divulgação das ações culturais e como fonte de informações, denúncias e críticas à realidade dos afro-brasileiros nas cidades. A leitura, especialmente das obras de Domingues (2005) e Gomes F. (2005) – estudiosos sobre a questão racial e o protagonismo negro na imprensa bem como dos movimentos sociais e da política do período –, nos trouxe o conhecimento da atuação relevante da Frente Negra Brasileira (1931), pois nesses trabalhos ela é tratada como o mais importante movimento negro até a primeira metade do século XX, com sede na capital paulista e filiais espalhadas por todo o país. Nas mesmas fontes bibliográficas, obtivemos a informação de que a Frente Negra Brasileira – FNB publicou o jornal *A Voz da Raça*. Em uma primeira exploração de exemplares desse periódico, percebemos que nele se encontrava extensa produção intelectual sobre a realidade política, social e econômica dos afro-brasileiros e nos propusemos a pesquisá-lo. Com fundamento principalmente nessa investigação, construímos o segundo capítulo desta dissertação.

As análises do jornal se concentraram entre os anos 1933 e 1937. Observamos que, apesar do amplo acervo da Hemeroteca Digital, hospedada no site da Biblioteca Nacional Digital, nem todos os artigos do jornal se mostravam legíveis, o que dificultou especificamente a leitura e análise das edições dos anos 1935, 1936 e parte de 1937. Para suprir essa lacuna, utilizamos os mencionados estudos de Domingues (2005) e Gomes F. (2005). Assim, após as análises do periódico *A Voz da Raça*, buscamos desvelar de que maneira se deu a relação do negro com a ideologia varguista no período anterior ao Estado Novo, especificamente dentro da FNB e em meio às contradições ideológicas da organização.

No terceiro capítulo, buscamos interpretar como se deu a relação do Estado Novo com a questão racial. Com amparo na bibliografia especializada no período, empreendemos a análise dos discursos de Getúlio Vargas, principalmente os discursos de 1º de maio, 7 de setembro e 15 de novembro, entre 1937 e 1945. Desse modo, procuramos demonstrar de que forma a criação de representações pelo Estado Novo buscou construir simbolicamente a figura de Vargas enquanto homem do povo e assimilar a cultura afro-brasileira em seu projeto político, mobilizando “raça” e “classe” enquanto categorias políticas para a implementação da ideologia trabalhista.

Em linhas gerais, esperamos, com o presente trabalho, colaborar com os estudos sobre as atuações da comunidade negra na história da sociedade brasileira. Buscamos, também,

contribuir para o campo de estudos sobre as dimensões do Governo Vargas e sobre Pensamento Social Brasileiro, por compreendermos que é possível apontarmos outras interpretações da sociedade brasileira por meio dos estudos da questão racial no Brasil.

1 QUESTÃO RACIAL NA PRIMEIRA REPÚBLICA

A escravidão de africanos marcou a história do Brasil, definindo não só as relações de produção como também a articulação das raças, os costumes e a estrutura da sociedade patriarcal brasileira. Ao serem os africanos contrabandeados em navios negreiros que aportavam no Brasil, aqueles deixavam de ser considerados seres humanos, passando a ser vistos como objetos. Separados de familiares, os escravizados se tornaram sujeitos sem passado, história e nome. Uma vez chegados ao país, eram vistos como “coisa”, propriedade, peça ou bem a ser adquirido e perdiam sua origem e sua personalidade (Schwarcz, 1993). A abolição da escravatura pôs fim a mais de três séculos nos quais a maioria da população de trabalhadores, escravizada, era parte essencial da estrutura econômica, mas se reconhecia total ausência de direito social e político. É importante ressaltarmos que essa visão de mundo era legitimada por uma ciência determinista, que preconizava uma hierarquia racial, pautada no modelo das ciências da natureza.

Os estudos sobre as teorias raciais no século XIX e início do século XX tiveram grande influência na disposição de políticas, no mecanismo de exclusão social, no imaginário das elites nacionais. As teorias do darwinismo social e a teoria das raças nasceram na Europa com respaldo no prestígio de que gozavam as ciências naturais. O racismo científico era baseado na observação do fenótipo e outros atributos externos: cor da pele, estatura, forma craniana, entre outros. Todas essas características eram interpretadas de forma determinista, ou seja, como determinadas por leis imutáveis; estas definiriam as características físicas e morais do sujeito, concepção legitimada pela Biologia. Os evolucionistas retratavam a humanidade como uma pirâmide, dividida entre os povos que estavam no primeiro estágio, os da selvageria, os que já tinham evoluído para a fase seguinte, a barbárie, e, finalmente, aqueles que já tinham alcançado a civilização. “E, se a Europa aparecia destacada no topo, povos como os botocudos do Brasil restavam na base, representando a infância da civilização” (Schwarcz, 2018, p. 482). Para Schwarcz (1993), as teorias raciais constituíram instrumentos eficazes para se julgar povos e culturas a partir de lógicas deterministas.

Segundo Skidmore (1976), o determinismo racial foi politicamente endossado na América do Norte inglesa, onde a separação das raças “superiores” e “inferiores” era muito bem institucionalizada. Na América do Sul, o Brasil serviu como um grande laboratório racial para os teóricos do darwinismo social, e, até o início do século XX, as ideias de branqueamento se consolidaram.

Esse saber sobre as raças implicou, por sua vez, um “ideal político”, um diagnóstico sobre a submissão ou mesmo a possível eliminação das raças inferiores, que se converteu em uma espécie de prática avançada do darwinismo social: a eugenia, cuja meta era intervir na reprodução das populações (Schwarcz, 1993, p. 60).

A eugenia (*eu*: boa; *genus*: geração), concepção criada pelo cientista britânico Francis Galton, em 1883, se tornou uma prática do darwinismo social, que tinha como objetivo intervir na reprodução dos povos. Conhecido pelo seu trabalho como naturalista e geógrafo especializado em estatística, Galton escreveu seu primeiro ensaio no campo da hereditariedade humana em 1865, influenciado pela leitura de *A Origem das espécies* (1859), de Charles Darwin; em 1869, publicou o texto considerado fundador da eugenia, o *Hereditary genius* (Schwarcz, 1993). Essa ideia avalizava que a capacidade humana estava ligada diretamente à hereditariedade. Dessa forma, de acordo com Schwarcz (1993, p. 42), as proibições aos casamentos inter-raciais e as restrições que incidiam sobre “alcoólatras, epiléticos e alienados” aspiravam a maior equilíbrio genético, “um aprimoramento das populações”. O movimento eugênico, segundo Schwarcz (1993), incentivou uma administração científica e racional da hereditariedade, introduzindo novas políticas sociais de intervenção que incluíam deliberada seleção social.

A eugenia não apenas representava a política social desse modelo determinista, como revelava as incompatibilidades existentes entre evolucionismo cultural e darwinismo social. Com efeito, punha-se por terra a hipótese evolucionista, que acreditava que a humanidade estava fadada à civilização, sendo que o termo degeneração tomava aos poucos o lugar antes ocupado pelo conceito de evolução, enquanto metáfora maior para explicar os caminhos e desvios do progresso ocidental. Para os autores darwinistas sociais, o progresso estaria restrito às sociedades “puras”, livres de um processo de miscigenação, deixando a evolução de ser entendida como obrigatória (Schwarcz, 1993, p. 48).

Para os teóricos do darwinismo social, o bom desenvolvimento de uma nação seria resultado de sua configuração racial pura. O tipo ariano, em especial, seria o maior exemplo de aprimoramento racial, que teria levado a Europa à civilização (Schwarcz, 1993). Amparada nessas teorias, a Primeira República no Brasil ficou marcada por ações sanitárias e eugênicas em busca de redimir a “degeneração” da população brasileira, em nome do progresso civilizacional. Dessa forma, a identidade nacional na Primeira República, segundo Lima e Hochman (1996), orbitou na ideia de que o país não constituía uma nação e no máximo reunia províncias pouco integradas, transformadas em estados pela Constituição Republicana de

1897. Conforme esse diagnóstico, não se percebia qualquer sentimento de nacionalidade no povo brasileiro. Segundo Mota (2003, p. 19), essa era uma interpretação estéril do Brasil:

O Brasil era tido, por alguns analistas, como *o grande erro de Deus*, um país cujos males alguns atribuíam à terra, outros à raça, e os mais extremados a ambas as coisas, o solo era pobre, o clima inóspito, a natureza traiçoeira. Nesse ambiente ingrato, o homem padecia, mergulhado na indolência e na tristeza. Nada produzira e nada produziria.

Conforme Lima e Hochman (1996), para alguns intelectuais, os obstáculos representados pela base racial seriam insuperáveis. Em contraste com essa imagem que se fazia, formulou-se outra, mais romântica, que via no país um lugar onde as terras eram boas, o céu, sempre azul, o povo sempre sadio e inteligente. Essas duas interpretações, que consistem na ufanista, representando um retrato otimista e de exaltação do País, e a fatalista, alicerçada nas teses de inferioridade racial, configuraram o debate sobre a identidade nacional. De acordo com Lima e Hochman (1996), o conteúdo atribuído à palavra raça era muito impreciso e ideias de superioridade racial estiveram presentes mesmo entre os críticos das teorias deterministas. Entre esses, mesmo que em grande parte de forma ambígua, encontraríamos posições críticas à ideia fatalista da inviabilidade de uma identidade nacional. Manoel Bomfim e Alberto Torres são apontados, pelos autores, como alguns dos intelectuais, que, no início do século XX, colaboraram para deslocar as teses de determinismo racial e climático, “[...] enfatizando dimensões culturais do passado nacional e da organização da sociedade, ao mesmo tempo em que apontaram alternativas para o País” (Lima; Hochman, 1996, p. 35).

Apesar do avanço das teorias raciais no debate público no início do século XX, os intelectuais da campanha do saneamento rural aproximavam-se, segundo Lima e Hochman (1996), de uma tendência de crítica às teorias do darwinismo racial. A Liga Pró-Saneamento do Brasil reuniria a elite intelectual do país, tendo Belisário Penna como seu mais ativo militante, e este realizou pujante propaganda por meio de conferências, palestras em escolas, entidades associativas de proprietários rurais e nas Forças Armadas e distribuía folhetos de educação sanitária, entre outras ações. De acordo com Lima e Hochman (1996), a repercussão da campanha pelo saneamento foi expressiva na imprensa e nos debates do Congresso Nacional. O objetivo da Liga era gerar uma consciência nacional que identificasse no abandono e na existência das endemias as características distintivas da população rural. Essas ideias trouxeram para o debate dois novos elementos: “[...] a ideia da doença como característica central do povo e a qualificação do isolamento do sertanejo, indicado por Euclides da Cunha, como um estado de abandono da população do interior pelo governo”

(Lima; Hochman, 1996, p. 36). Esses elementos encontraram legitimidade à medida que confirmaram suas teses com base em informações obtidas nas viagens científicas ao chamado “Brasil Real”, em contraponto às idealizações das análises originárias de informações de gabinete. Dessa forma, as preocupações das instituições de saúde pública com as condições de higiene nas áreas interioranas e nas grandes cidades revelam, de certa forma, a preocupação com os destinos da “raça brasileira” e com os laços que integravam a Pátria (Mota, 2003).

A frase “O Brasil é um imenso hospital” foi proferida pelo médico e professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Miguel Pereira, em outubro de 1916, em tom de denúncia do pronunciamento de um deputado federal que declarava recrutar os caboclos dos sertões do Brasil, em caso de invasão estrangeira, para defender o país. Essa frase fez parte do discurso de saudação de Aloysio de Castro, diretor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, à delegação brasileira que participara do congresso médico realizado em Buenos Aires de 1916, o qual teve grande êxito (Lima; Hochman, 1996). Miguel Pereira, em homenagem prestada a Carlos Chagas, membro da delegação no congresso, retomou a imagem do Brasil como um hospital. Segundo Lima e Hochman (1996), tal representação do Brasil foi catalisadora de elementos que contribuíram para a deflagração da campanha de saneamento rural:

No caso da segunda homenagem, o orador acentuou a importância da descoberta da endemia rural que grassava em extensas áreas do território brasileiro: a tripanossomíase americana, doença mais conhecida como mal de Chagas. A expressiva imagem resumiu, dessa forma, importantes elementos que contribuíram para o deflagrar da campanha pelo saneamento rural: o debate nacionalista intensificado com a primeira Guerra Mundial, o impacto das viagens e descobertas científicas do Instituto Oswaldo Cruz e as críticas à decadência da experiência republicana (Lima; Hochman, 1996, p. 31).

No Brasil, a medicina social ganhou força nas primeiras décadas do regime republicano, instrumentalizada pela biopolítica¹ do Estado brasileiro. Segundo o historiador Mota (2003), havia inquietação dos médicos e das instituições de saúde pública em relação às condições de higiene no interior do País e nas grandes cidades.

As idealizações médicas elaboradas no projeto sanitário a ser implementado tinham como meta reverter as nefastas perspectivas que entendiam o brasileiro como inferior e, por

¹ De acordo com Foucault (2019), o controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, se investiu na sociedade capitalista. O corpo é uma realidade biopolítica. A medicina é uma estratégia biopolítica.

isso, incapacitado para alcançar a civilidade. As ações saneadoras buscavam corrigir a formação dos brasileiros. Segundo Mota (2003, p. 20), “[...]a observação pormenorizada dos níveis de educação, das condições de saúde e moradia, dos costumes e das manifestações culturais levaria ao suposto conhecimento empírico desse povo”. Para o autor, esse foi o motivo que fez com que os médicos aceitassem a missão de restaurar a sociedade “degenerada”. Conforme Mota (2003), só eles, os médicos, poderiam desvendar e combater as causas que tornavam o progresso nacional incerto. Os médicos, então, se incumbiram da tarefa “heróica” de restaurar a sociedade e colocar nos eixos o destino da raça brasileira.

A medicina, naquele período, era uma profissão reconhecida como mais do que uma técnica especializada, com normas de conduta baseadas em valores éticos específicos. Era vista como prática exercida por meio de qualificações pessoais transcendentais, algo como uma vocação excepcional. Mota (2003), ao destacar uma observação da médica e pesquisadora Schraiber (1993), salienta de que forma essa profissão era percebida pelas elites nacionais:

[...] essa marca que distinguia os médicos dos outros homens podia ser sintetizada na noção de dom, ou seja, era uma noção que excedia as conquistas escolares de qualificação – compunha como estas, em certa dominância, elementos não-identificáveis materialmente, de caráter transcendental. Nesse sentido, o dom, ou a aptidão, não se adquire – estaria inscrito na própria natureza; não como atributo comum a toda a espécie humana, mas sim como rara propriedade de alguns (Schraiber, 1993 *apud* Mota, 2003, p. 21).

Entendida dessa forma a profissão do médico, a ele era atribuído um poder que seria utilizado como ferramenta de uma biopolítica inserida nas políticas públicas de saúde, no planejamento das cidades e do campo, com os objetivos de combate sistêmico das doenças, de estabelecimento de domínio sobre a saúde do corpo social, incorporando a lógica médica a outras áreas do conhecimento como a estatística, a geografia, a demografia e a história (Mota, 2003). Assim sendo, os médicos cumpririam uma missão regeneradora nacional, exercendo cargos, desempenhando tarefas, ocupando posições estranhas à medicina, mas que só seriam confiadas a eles por sua superioridade de homens de dons excepcionais.

O nome mais importante dessa empreitada intervencionista da medicina social foi o do médico Oswaldo Cruz, alçado a herói nacional pelo ministro Rui Barbosa, por tornar a vacinação contra a varíola obrigatória para todos os habitantes, decisão pela qual enfrentou forte oposição da população, na conhecida Revolta da Vacina, ou Quebra-Lampiões, em 1904.

Durante o governo do presidente Rodrigues Alves (1902-1906), o Rio de Janeiro passou por uma profunda remodelação urbana, destinada a tornar a cidade a expressão de um Brasil republicano moderno. As desapropriações e demolições de cortiços para abertura de novos espaços foram consideradas medidas importantes de higienização por médicos sanitaristas. Oswaldo Cruz foi nomeado diretor geral de Saúde Pública, em 1903, pelo ex-prefeito do Rio de Janeiro, Pereira Passos, tendo problemas graves a enfrentar: a febre amarela, a peste bubônica e a varíola. Para combater essas doenças, agiu no sentido de exterminar seus vetores, a saber, o mosquito, no caso da febre amarela, e os ratos, no caso da peste. Para o combate ao mosquito transmissor da febre, foram postos em ação guardas “mata-mosquitos”, que visitavam as casas em várias regiões da cidade, muitas vezes acompanhados por soldados da polícia. O combate aos ratos foi associado à intensificação da limpeza pública. Para o controle da varíola, foi aprovada uma lei que, visando à imunização em massa da população, tornou a vacina obrigatória.

A Revolta da Vacina² ficou conhecida como um levante popular contra as autoritárias leis sanitárias e as violentas intervenções urbanas impostas pelo prefeito Pereira Passos e executadas por Oswaldo Cruz. Depois de vários dias de insurreição em toda a cidade, das prisões, deportações e execuções, o governo conseguiu conter os revoltosos e impor sua política sanitária, considerada necessária pelas elites na cidade. Uma vez higienizada a cidade, o próximo passo era os sanitaristas se voltarem ao sertão, ao campo, às regiões rurais do Brasil. Segundo Mota (2003), Oswaldo Cruz, naquele momento, foi alçado, pelas elites, a “Cristo da religião do saneamento, precursor da cruzada patriótica da redenção da raça e da reabilitação nacional”. Gozando de tal prestígio, o médico sanitarista, em 1912, empreendeu expedições para averiguar a situação em que se encontravam os longínquos rincões do Brasil. Era a vez de sanitizar os sertões. As endemias rurais³ seriam o foco principal da ação sanitarista, em especial a opilação (ancilostomose), o impaludismo (malária) e o mal de Chagas (tripanossomíase americana). Segundo Lima e Hochman (1996), Belisário Penna, médico sanitarista que participou da expedição científica⁴ pelo sertão brasileiro, calculava em

² A respeito da revolta da vacina cf. Revolta da Vacina. In: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. FGV: CPDOC. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/REVOLTA%20DA%20VACINA.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2022.

³ A ancilostomose, a chamada “doença da preguiça”, que, segundo Belisário Penna, “[...] infecta 70% da população rural, deveria ser o primeiro alvo de uma campanha nacional de saneamento e educação higiênica” (Lima; Hochman, 1996, p. 44).

⁴ Em 1912, Belisário Penna integrou um grupo de cientistas que excursionou pelo norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e nordeste de Goiás, em missão de estudo das condições sanitárias e das principais doenças existentes nessas áreas. No ano seguinte, percorreu por conta própria o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e o Paraná, com os mesmos objetivos. Ver “Belisário Augusto de Oliveira Penna”. Disponível em:

seu relatório que cerca de 6 milhões de brasileiros produziam apenas $\frac{1}{3}$ do que, livres das doenças, seriam capazes. Além disso, Penna considerava que essa situação dificultava as perspectivas de política imigratória, haja vista que o imigrante adquiriria, no país, os mesmos problemas de saúde dos brasileiros:

O País despovoado, doente e improdutivo consistia também num obstáculo para qualquer política de imigração. Num comentário instigante, Penna sugere que o imigrante seria “abrasileirado” logo ao chegar ao País e ser marcado “com o ferrete da verminose”. Nessa interpretação, o imigrante se naturaliza por passar a compartilhar com o povo brasileiro aquilo que mais o identificava e distinguia: a doença (Lima; Hochman, 1996, p. 44).

Com esse diagnóstico, as ações sanitárias nessas regiões seriam capazes de elevar os predicados ideais para a formação de um povo capaz, forte e saudável. O povo deveria ser uma extensão da natureza imponente. Se os homens não espelhavam o vigor potente e robusto do meio que os gerara, era necessário se esquadrihar as procedências desse desvio. Para fundamentar suas hipóteses, o relatório apresentado por Arthur Neiva e Miguel Pereira, sob direção de Oswaldo Cruz, diagnosticava as regiões do Amazonas, do Acre e do Pará como símbolos do descompasso entre a pujança da natureza e a debilidade dos recém-chegados nordestinos, que acreditavam ter encontrado, na produção da borracha e na construção da linha ferroviária Madeira-Mamoré, o fim de suas penúrias (Mota, 2003). Na compreensão dos sanitaristas, os grupos de nordestinos enviados para essas regiões sucumbiam diante das condições encontradas, que os enfraqueciam.

Havia ainda outro movimento populacional de nordestinos a preocupar os sanitaristas. Com base na crença de que as condições da vida urbana eram melhores que as do campo, houve um crescente processo migratório dos sertanejos para as grandes cidades, o que provocou, na visão dos médicos, precariedade crônica na situação sanitária, principalmente nas grandes capitais. Dessa forma, seria necessário se reforçar as intervenções e os trabalhos dirigidos às áreas interioranas, para se impedir tal deslocamento.

Segundo Lima e Hochman (1996, p. 49), para a conformação da política de saneamento foi decisiva a epidemia de gripe espanhola, que atingiu o Brasil a partir do final de 1918:

Um fato pontual e decisivo para a campanha e as demandas do movimento pelo saneamento foi o fato de o Brasil, desde o final de 1918, especialmente nas grandes cidades, ter sido atingido pela epidemia de gripe espanhola. A capital do País, entre outubro e dezembro, desorganizou-se completamente.

Além do grande número de mortes, a epidemia paralisou a vida da cidade, com a completa incapacidade das autoridades públicas em responder adequadamente.

A epidemia urbana acabou por provocar mudança na consciência sobre a necessidade de soluções mais eficazes e de largo alcance para a área da saúde. Com a opinião pública aterrorizada, intensificaram-se as críticas à estrutura federal referente à saúde pública, tornando-se necessária a revisão da competência da União na área. Conforme Lima e Hochman (1996), o ano de 1920 marcou o início da nacionalização das políticas de saúde e saneamento. O diagnóstico sobre o futuro do Brasil já havia sido realizado pelos médicos que, a partir disso, apostaram no projeto eugenista. Na missão patriótica de restaurar a sociedade brasileira, caberia, a eles, juntamente com outros profissionais de saúde vinculados à Administração Pública, o controle daqueles que não eram considerados dentro dos padrões de civilidade estabelecidos (Lima; Hchman, 1996).

1.1 UM [NEM TÃO] VELADO RACISMO DE ESTADO

As teorias raciais foram um modelo bem-sucedido na Europa do século XIX e tiveram acolhida entusiasmada no Brasil, especialmente nos diversos estabelecimentos de ensino e pesquisa que, naquela época, reuniam grande parte da elite intelectual do país. De acordo com Mota (2003), a partir de 1880, o racismo científico foi amplamente adotado, suprimindo os ideais liberais e enfraquecendo suas propensões igualitárias e democratizantes. Essa aceitação generalizada do racismo científico estabeleceu as bases para a criação de estruturas sociais e políticas autoritárias. Guardadas as devidas especificidades, a miscigenação no Brasil se colocou como um dos principais desafios para os eugenistas. Apesar de o darwinismo social já fazer parte do meio intelectual e científico no Brasil na virada do século XIX, as ideias eugênicas só foram consolidadas no país no decorrer dos anos 1910, e “[...] acreditava-se que suas propostas regeneradoras poderiam contribuir para melhorar as condições físicas, mentais e hereditárias da população, higienizando e saneando o país como um todo” (Souza, 2008, p. 154). Campanhas eugenistas inspiradas no darwinismo social consideravam a miscigenação a causa do atraso da população.

Os primeiros passos do movimento eugênico brasileiro emergiram, portanto, em estreita consonância com as idéias e práticas divulgadas pelos médicos-sanitaristas. As campanhas pelo saneamento iniciadas na Capital Federal pelos cientistas de Manguinhos e, posteriormente, através da Liga Pró-Saneamento, fundada por Belisário Penna, em 1918, abriram espaços para que as idéias eugênicas fossem inseridas no contexto intelectual brasileiro. No entanto, mais do que possibilitar a introdução do pensamento

eugênico, os sanitaristas se entusiasmaram com as novas idéias e com o símbolo de modernidade que a eugenia trazia em seus pressupostos (Souza, 2008, p. 154).

Em linhas gerais, o movimento eugênico acreditava que seus estudos deveriam começar com reformas sociais abrangentes, buscando combater os denominados “vícios sociais”, as doenças consideradas hereditárias, além de promover a higienização e o saneamento. O pensamento eugenista não ficou restrito apenas ao campo intelectual e científico no Brasil, sendo também materializado em políticas e ações do Estado. Segundo Gomes Â. (2005), foi na Primeira República que uma série de reflexões dos políticos e intelectuais começou a identificar as causas da pobreza e suas consequências para a sociedade brasileira:

A pobreza passava a ser considerada um obstáculo para o desenvolvimento da nação e deixava de ser considerada inevitável, já que a ignorância desta “questão social” e os imobilismos do Estado começam a ser apontados como as razões de sua permanência. As avaliações tinham assim um ponto de chegada interessante, pois a forma de vencer tão contundente problema residia na maior intervenção do poder público (Gomes, 1999, p. 55).

De acordo com Gomes (1999), uma das causas dos problemas que o país enfrentava era a falta de esferas de intervenção do Estado que tratassem de incluir áreas consideradas não só importantes, mas também estratégicas, para o desenvolvimento da Nação, como saúde, educação e trabalho. A organização do mercado de trabalho era vista como um dos grandes problemas a serem enfrentados no início do século XX, assim como o combate à pobreza, que simbolizava a soma de todos os problemas nacionais. Incluía-se a ignorância e a doença como parte da síndrome da pobreza, condição da maior parte da população, em sua grande maioria constituída de negros e mestiços. Como forma de resolver tais problemas, as teorias eugenistas passaram a ter lugar na agenda política brasileira, e um plano de higiene racial forjado pelo Estado, em conjunto com sanitaristas e eugenistas, começou a ser colocado em prática.

Essas teorias, por estarem no centro das discussões, contribuíram para a elaboração de propostas baseadas na esterilização e limpeza racial, que foram bem aceitas pela elite intelectual brasileira. Segundo Mota (2003), Silvio Romero e o médico Nina Rodrigues foram os grandes apoiadores das teorias raciais e entendiam que a miscigenação levaria o país à degeneração e à selvageria, constituindo um problema de saúde pública. Além disso, os advogados e as faculdades de Direito desempenhavam papel fundamental na consolidação desse discurso, sendo responsáveis por justificar legalmente as práticas racistas. Conforme

esclarece Souza (2008), a união entre eugenistas e sanitaristas foi possível graças aos estudos neolamarckistas franceses, que tinham como convicção a lei dos caracteres adquiridos⁵:

O pensamento neolamarckista permitia, portanto, que os eugenistas investissem sobre a vida social de maneira efetiva, propondo políticas públicas de caráter intervencionista e estabelecendo uma “ordem social e moral” em nome da “ciência da hereditariedade”. Além das reformas higiênicas e sanitárias, os eugenistas propunham, ainda, várias discussões sobre a legislação matrimonial, exame médico pré-nupcial, educação sexual e controle da natalidade, tendo como objetivo tanto o aperfeiçoamento social quanto biológico das futuras gerações (Souza, 2008, p. 155).

Dessa forma, de acordo com a leitura de Souza (2008), a eugenia também desempenhava papel significativo como um mecanismo de civilização, fundamentando práticas que visavam reeducar os hábitos sociais e comportamentos morais. Isso envolvia intervenções nas normas de higiene individual e familiar, educação sexual, regulamentação do consumo de álcool e tabaco bem como o controle da prostituição e da criminalidade.

Nesse período, os brasileiros foram encorajados na sua ideologia de “branqueamento” por estrangeiros de visita, como Pierre Denis, que publicou em 1909 uma relação [sic] de viagem muito lida sobre a sua estadia no Brasil. Devotava todo um capítulo às “populações negras”, caracterizando-as como “indolentes e aludindo à ‘irregularidade do trabalhador negro’. Achava ‘irrefutável’ a inferioridade econômica e moral da população negra do Brasil”. Roída pelo alcoolismo e por “uma falta total de higiene”, não se multiplicava “como seria de esperar da sua extrema fecundidade”. Suas conclusões devem ter tranquilizado os proponentes de um Brasil mais branco: “Seria, sem dúvida, exagerado predizer extinção. Todavia, é provável que ela não se desenvolva na mesma proporção que os outros elementos da população brasileira. Seu papel, no Brasil, não pode senão decrescer; ela não terá, jamais, influência decisiva sobre os destinos do país” (Skidmore, 1976, p. 84).

Na esteira dessas teorias, o médico Rodrigues (2011) sustentava que a institucionalização das diferenças na medicina social e a legislação penal do país deveriam ser distintas, de acordo com a etnia. De acordo com Rodrigues (2011), a Constituição republicana

⁵ De acordo com Souza (2008, p. 164) Nancy Stepan explica que “o lamarckismo propunha uma evolução impulsionada por uma lenta e intencional adaptação ao meio ambiente, ao contrário do ferrenho mundo da luta evolucionista darwiniana. Para um neolamarckiano, a seleção natural poderia provocar uma eliminação das variantes inadequadas, mas a herança das características adquiridas seria responsável pela origem das mais aptas. Politicamente, as noções lamarckianas justificavam a crença de que o esforço humano tinha sentido, que os melhoramentos adquiridos ao longo da vida de um indivíduo poderiam ser transmitidos geneticamente, que o progresso seria possível”. No entanto, o que no início era uma teoria geral sobre evolução, transformou-se no que posteriormente evoluiu para o chamado “neolamarckismo”, tornando-se uma teoria específica sobre o mecanismo de hereditariedade de características adquiridas, adaptando-se aos debates contemporâneos relacionados à herança genética”.

teria cometido um grande erro ao adotar um código penal único em um país onde a origem da criminalidade estaria fundada na predisposição degenerativa do mestiço.

Em tal país, o germe da criminalidade –, fecundado pela tendência degenerativa do mestiçamento, pela impulsividade dominante das raças inferiores, ainda marcadas do estigma infamante da escravidão recentemente extinta, pela consciência geral, prestes a formar-se, da inconsistência das doutrinas penais fundadas no livre-arbítrio –: semeado em solo tão fértil e cuidadosamente amanhado, há de por força vir a produzir o crime em vegetação luxuriante, tropical verdadeiramente. Posso iludir-me, mas estou profundamente convencido de que a adoção de um código único para toda a república foi um erro grave que atentou grandemente contra os princípios mais elementares da fisiologia humana. Pela acentuada diferença de sua climatologia, pela conformação e aspecto físico do país, pela diversidade étnica de sua população, já tão pronunciada e que ameaça mais acentuar-se ainda, o Brasil deve ser dividido, para os efeitos da legislação penal, pelo menos em suas quatro grandes divisões regionais, que, como demonstrei no capítulo quarto, são tão natural e profundamente distintas (Rodrigues, 2011, p. 76).

Diante disso, para Rodrigues (2011), as características raciais intrínsecas teriam influência no comportamento social, o que justificaria a utilização de fatores étnicos por parte dos legisladores e das autoridades policiais. “Conseqüentemente, aos negros e índios deveria ser atribuída uma responsabilidade penal atenuada e aplicado um código penal diferente daquele da raça branca superior” (Munanga, 2020, p. 59). A ideologia do branqueamento da população brasileira, se institucionalizada da maneira defendida por Nina Rodrigues, poderia, de acordo com Munanga (2020), ter produzido um verdadeiro *apartheid*, cujo resultado e conseqüências seriam imponderáveis. Essas ideias ganharam corpo e passaram a ser colocadas em prática:

Assim, nos anos 1920, diante das leis raciais, das discussões sobre o branqueamento da população e das intervenções muitas vezes impotentes do sanitarismo, as leis eugênicas, que já pululavam nos compêndios de higiene, passaram a ser acatadas por alguns médicos e políticos como mais um elemento a ser somado e praticado urgentemente nesse universo de expectativas frente ao país e ao seu povo (Mota, 2003, p. 47).

Segundo esse pensamento, as ações sanitárias, tais como a adoção de medidas referentes às moléstias, às epidemias e especialmente à estrutura racial nacional (Mota, 2003), formuladas e postas em prática, eram a única solução racional para a restauração nacional e a emancipação do povo. No entanto, as atuações empenhadas até aquele momento não surtiram efeito; somente o empenho conjunto da medicina social e a educação eugênica seriam capazes de tornar a sociedade melhor, mais “equilibrada”.

Os médicos já tinham, pelo menos, realizado seu diagnóstico e discutido sobre o futuro possível do Brasil. E seria nesse terreno que os eugenistas tentariam vincular a sua proposta. Ora, se os sanitaristas e higienistas, em seu projeto erradicador de doenças e endemias, não conseguiam trazer a civilidade e higiene esperada aos abandonados da terra, seriam eles os “Prometeus do darwinismo” a resgatar o que consideravam as causas dos desvios nacionais. O povo brasileiro precisaria ganhar “características raciais de estirpe” e, para isso, eles teriam seu plano e seus argumentos erigidos. Só faltaria colocar em prática (Mota, 2003, p. 38).

Acreditava-se que, com o plano político eugênico de regeneração racial, resolver-se-ia o que era considerado, pela República, o grande obstáculo para a construção de um novo Brasil: a pobreza. No entanto, como afirma a antropóloga Schwarcz (2013), essas teorias não foram apenas introduzidas e adaptadas ao país; houve uma interpretação única aqui, a constituição de um racialismo à brasileira. No Brasil, houve uma combinação de teorias evolucionistas (que sustentavam que a humanidade passava por diferentes estágios de desenvolvimento) e darwinismo social (que rejeitava qualquer futuro para a mistura racial), uma combinação que, em outros contextos, poderia resultar em um conflito. “No Brasil as teorias ajudaram a explicar a desigualdade como inferioridade, mas também apostaram em uma miscigenação positiva, contanto que o resultado fosse cada vez mais branco” (Schwarcz, 2013, p. 31). De acordo com Schwarcz (2013, p. 31),

Tingido pela entrada maciça de imigrantes – brancos e vindos de países como Itália e Alemanha –, introduziu-se no Brasil um modelo original, que, em vez de apostar que o cruzamento geraria a falência do país, descobriu nele as possibilidades do branqueamento. Dessa forma, paralelamente ao processo que culminaria com a libertação dos escravos, iniciou-se uma política agressiva de incentivo à imigração, ainda nos últimos anos do Império, marcada por uma intenção também evidente de “tornar o país mais claro”.

Acreditava-se que, com o incentivo de uma imigração que selecionasse elementos e etnias consideradas ideais – o sangue indígena e o negro eram, para os eugenistas, “[...] a verdadeira tragédia da nossa desordem somática e psicológica” (Mota, 2003, p. 52) –, esse problema seria solucionado. Destarte, com o tempo o sangue se diluiria, ocorrendo o aperfeiçoamento constante das gerações higienizadas.

Por esses discursos, era possível esboçar a representação de um patriotismo consistente na compreensão da simples verdade de que não bastaria gritar “Viva o Brasil!”, mas que era imperioso colaborar de fato no seu ressurgimento e no fortalecimento de todos os habitantes. Por isso, nenhum processo era mais decisivo do que o referente ao seu povoamento (Mota, 2003, p. 50).

De acordo com essa ideia, uma nação só seria verdadeiramente rica e próspera racialmente quando possuísse homens de linhagem hereditariamente sadia e produtora de riquezas. Segundo Mota (2003, p. 50), com essa bandeira, os eugenistas defendiam que, sem as prescrições higiênicas da raça, o nascimento de brasileiros diminuiria “ [...] dos que nasceriam, a maioria morreria; dos que vingariam, a maioria poderia ser considerada inapta para o trabalho, para a produção econômica, moral e intelectual, ficando o país condenado à tutela dos estrangeiros”.

Essa concepção sobre as questões sociais e raciais dominava o debate político no país. Como informa Schwarcz (1993), o diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, João Batista Lacer (1911), convidado a participar do I Congresso Internacional das Raças, realizado em 1911, não apenas apresentava a tese de que o país era caracterizado como mestiço, mas apontava, também, a mudança a ser realizada: “[...] o Brasil mestiço de hoje tem no branqueamento um século de sua perspectiva, saída e solução” (Schwarcz, 2001, p. 32).

1.2 BRANQUEAMENTO E MISTIÇAGEM NA PRIMEIRA REPÚBLICA

A concepção do branqueamento se caracterizava pela utilização da raça como categoria biológica e se tornou central no projeto eugenista racial, que tinha na figura do ariano o tipo ideal. Para os eugenistas, a raça branca (ariana) assumiria o primeiro lugar na classificação de valores aceitos como ideais. O branqueamento das raças seria o primeiro passo para a construção de uma nação brasileira forte e vigorosa.

A tese do branqueamento baseava-se na presunção da superioridade branca, às vezes pelo uso dos eufemismos raças “mais adiantadas” e pelo fato de ficar em aberto a questão de ser a inferioridade inata. À suposição, juntavam-se mais duas: Primeiro – a população negra diminuiria progressivamente em relação à branca. Segundo – a miscigenação produzia “naturalmente” uma população mais clara, em parte porque o gene branco era mais forte e em parte porque as pessoas procurassem parceiros mais claros que elas (A imigração branca reforçaria a resultante predominância branca) (Skidmore, 1976, p. 81).

De acordo com essa tese racial, a miscigenação, diz Skidmore (1976), seria capaz de produzir uma população mestiça saudável, tornando-se cada vez mais branca, tanto cultural como fisicamente. Essa análise racial, que teve a ciência como sua fiadora, era a versão “otimista” para a miscigenação da população brasileira. Segundo Skidmore (1976), o diretor

do Museu Nacional, João Batista de Lacerda, defendia que a redução étnica⁶ demoraria mais de um século para ser concretizada, mas levaria à extinção da raça negra no Brasil. Skidmore (1976) afirma que, em críticas à tese de João Batista de Lacerda, Silvio Romero argumentava que ela era frágil e que esperar que em apenas um século as características do negro, do índio e do mestiço desaparecessem por completo da população era ser “otimista” demais. Segundo o autor, Romero se horrorizava com “[...] o excesso de otimismo dos seus compatriotas na avaliação dos progressos do branqueamento brasileiro” (Skidmore, 1976, p. 85). Skidmore (1976) ainda acrescenta que Romero estimou, em sua obra *História da Literatura Brasileira*, (1888) que o processo de branqueamento levaria entre três e quatro séculos; depois, passou a estimar seis ou oito séculos, mas acabou chegando à conclusão de que o mestiço jamais desapareceria. Segundo o autor, Romero considerava que o desaparecimento total do índio, do negro e do mestiço só poderia acontecer se toda a miscigenação no futuro incluísse apenas parceiros extremamente claros ou brancos.

As ideias de branqueamento sempre estiveram no horizonte da elite brasileira, desde o processo de abolição, avançando para o período republicano. Skidmore (1976) traz um relato do debate, em 1921, entre parlamentares e outros atores políticos sobre concessões territoriais no Mato Grosso para empresários estadunidenses, os quais, segundo a imprensa brasileira, recrutavam norte-americanos pretos para imigrar para o Brasil. Segundo Skidmore (1976), rapidamente foram canceladas as concessões pelo presidente de Mato Grosso, mas a imprensa continuou noticiando com tom alarmista o caso. Skidmore (1976) descreve que dois deputados federais, Andrade Bezerra (de Pernambuco) e Cincinato Braga (de São Paulo), apresentaram um projeto de lei que proibia a imigração de pretos para o Brasil. O projeto de lei nº 209, de 1921, provocou acalorado debate na Câmara:

Vários deputados ferretaram o projeto como inconstitucional e, por isso mesmo, inaceitável para discussão. O mais articulado deles, Joaquim Osório, afirmou que a lei equivalia a um novo código negro, a uma política de preconceito racial como felizmente nunca existira no país. Andrade Bezerra, que apresentou o projeto, e a quem coube a carga maior da sua defesa na primeira leitura, replicou que era tempo de abandonar a atitude puramente sentimental que sempre se adotava na discussão das questões vitais do país. Mas tal sentimento ficou, logo, patente. Como João Cabral observou, de maneira patética, que se o projeto fosse aprovado, os negros seriam admitidos no reino dos Céus mas não no Brasil. Intervindo, Álvaro Batista observou que tinham sido os pretos os protetores de todos nós na

⁶ Segundo Swcharcz (2011), a redução étnica seria um procedimento de seleção sexual contínuo, que visava eliminar os traços característicos do negro e do mestiço, por meio de um processo de branqueamento, por meio da imigração de europeus.

nossa infância, a raça cujas mulheres tinham servido de amas-de-leite para a maior parte dos honrados representantes da nação. Arguiu Andrade Bezerra lembrando a seus colegas a recente imigração nos Estados Unidos, Canadá e Austrália, especialmente de gente de ascendência asiática, e pediu uma política que resguardasse os interesses nacionais. Tendo sido, então, o projeto acoimado de indigno (por razões constitucionais) de ser discutido de maneira formal, o primeiro voto foi de ordem processual (Skidmore, 1976, p. 213).

A Câmara dos Deputados aprovou o envio do projeto para ser debatido nas comissões especializadas, em que, de acordo com Skidmore (1976), acabou por não ter continuidade. No entanto, a ideia permaneceu entre a classe política. O deputado federal Fidélis Reis, de Minas Gerais, apresentou em 1923 outro projeto similar, mas agora “[...] a barreira de cor incluía-se numa proposta mais geral para expandir o serviço de colonização, previsto pela lei de imigração de 1907, mas nunca efetivamente instalado” (Skidmore, 1976, p. 213). Essa lei, no seu artigo 5, limitava a imigração de pessoas “da raça preta” a uma cota anual que não passasse de 3% em relação aos orientais⁷ já radicados no país. Dessa forma, o deputado defendia a imigração de europeus para atender à falta de mão de obra da lavoura. De acordo com Skidmore (1976), o deputado fazia referência à política imigratória estadunidense, afirmando que o Brasil necessitava muito mais da vinda do elemento europeu para nossas terras do que dos norte-americanos. Os orientais também não eram bem-vindos; eram considerados uma ameaça, uma vez que teriam sido incapazes de se adaptar/assimilar à cultura brasileira, tornando-se um problema para o país. O deputado não passou ileso, sendo atacado por suas ideias racistas por colegas parlamentares. No entanto, segundo Skidmore (1976), mesmo os críticos ao deputado e a suas propostas revelavam, nos comentários, que nutriam “veladamente” o mesmo desejo de tornar o Brasil mais branco:

Opondo-se à lei, Eurico Vale ‘observou que o mestiço é um tipo intermediário que tem de desaparecer, por força’. Na mesma tecla Carvalho Neto, outro opositor, disse que ‘o negro, no Brasil, desaparecerá dentro de setenta anos. Nos Estado Unidos constitui perigo permanente’. Mesmo os defensores do trabalhador braçal nativo (Napoleão Gomes: ‘O que garanto é que o mestiço sertanejo é o tipo de maior energia do Brasil’) jamais contestaram as premissas do ideal de branqueamento. Pelo contrário. A única diferença entre os adversários da lei de Fidélis Reis era sua opinião de que o processo ia bem. Reis pensava que a ascensão contínua em direção ao branqueamento não parecia de nenhuma maneira assegurada (o que é evidente na sua afirmação de que o negro era ‘perigo iminente a pesar sobre os nossos destinos’ (Skidmore, 1976, p. 214).

⁷ Segundo Mota (2003), os japoneses faziam parte de um grupo étnico que, na visão dos políticos, médicos e juristas da época, ora reuniam características positivas, ora, traços negativos. Os japoneses, de acordo com Mota (2003), eram acusados de não se adaptar à cultura nacional, o que provocava temor entre os políticos, que acreditam em uma “invasão amarela”.

As tentativas de implementar o projeto de lei que proibisse a entrada de negros e não brancos no país, em favor da imigração de europeus, não passou sem oposição no mundo político. Contudo, é necessário salientarmos que essas oposições se davam mais pelo fato de os políticos temerem assumir publicamente posições racistas, que aparentemente começavam a perder apoio popular, no fim da década de 1920. No entanto, ainda assim, as ideias de branqueamento continuavam vivas no final da década de 1920. Em 1929, Azevedo Amaral⁸ apresentou um programa no I Congresso Brasileiro de Eugenia, o qual estabelecia dez pontos, entre os quais, estava inclusa uma proposta que impedia qualquer imigração não branca ao país. Submetida à votação, por diversas vezes, a proposta foi derrotada, graças à oposição comandada por Roquete Pinto. A proposta de impedir a imigração de não europeus foi derrotada por 20 a 17 votos, e a proposta de barrar imigrantes negros foi derrotada por 25 a 17 votos (Skidmore, 1976).

De certa forma, os embates políticos em torno da imigração de não brancos, nos anos 1920, nos dá subsídios para interpretarmos uma sensível mudança frente à questão racial ao longo da década, no entanto demonstram, também, o quanto a ideologia do branqueamento ainda estava presente na sociedade.

Viana (2005), para Munanga (2020), talvez seja o autor de maior referência quando o debate é a ideologia de branqueamento. De acordo com Munanga (2020), para Viana (2005), os mestiços seriam produtos históricos dos latifúndios e, portanto, uma força nova na história colonial do Brasil. De acordo com Viana (2005), o mestiço transformou os quadros da sociedade rural, marcando uma fisionomia nova e inédita na população brasileira. Conforme Viana (2005), o mestiço, repellido pelos brancos, buscava uma afirmação social renegando a parte de sua origem ligada às raças consideradas inferiores:

Por agora, o que há de mais importante a assinalar sobre esses mestiços é a tendência a classificarem-se, isto é, a procurarem expurgar de si, por todos os meios, os sinais da sua bastardia originária. É assim que o mameluco – cruzado de branco e índio – se faz o grande inimigo do índio, o elemento fundamental dos terríveis clãs sertanistas. É a sua massa combatente e, às vezes, o seu capitão sanguinário e truculento. Por seu turno, o mulato – cruzado de branco e negro – desdenha e evita o negro. Quando os quilombos começam a inquietar os domínios agrícolas, é o mameluco, de comparsaria com o mulato, quem toma a incumbência de destruí-los. É o mulato que se faz o “capitão-do-mato”, perseguidor terrível dos escravos foragidos (Viana, 2005, p. 130).

⁸ É importante ressaltarmos que Azevedo Amaral, de acordo com Skidmore (1976), era, além de editor de jornais, um conhecido advogado da posição racista e anacrônica. No entanto se tornaria um importante ideólogo do Estado Novo (como abordamos ao longo do capítulo), propondo-se a defender a denominada “democracia social” do regime Vargas.

A busca do mestiço de encontrar uma posição específica na sociedade seria provisória e ilusória, de acordo com Viana (2005). Segundo o autor, essa condição terminava por conduzir o mestiço a um comportamento agressivo:

Daí a sua psicologia estranha e paradoxal. Essa humilhação social, a que o meio o submete, fere-o. Debaixo dessa ofensa constante, a sua irritabilidade se aviva, a sua sensibilidade se apura; crescem-lhe por igual a prevenção, a desconfiança, a animosidade, o rancor. Fica, a princípio, irritável, melindroso, suscetível. Torna-se, depois, arrogante, atrevido, insolente. Acaba agressivo, sarcástico, turbulento, rebelde (Viana, 2005, p. 131).

O sociólogo explana que, em razão do caráter agressivo que adquiria, o mestiço guardava lugar na sociedade colonial, apesar da “vida folgada e divertida”. Mesmo sendo ele sem apreço pelo trabalho na lavoura, o senhor rural tinha interesse em preservá-lo, pois o mestiço garantia a defesa dos senhores de terras e de suas propriedades, assim como fazia parte dos agrupamentos formados para exploração do território. De acordo com Viana (2005, p. 131), “[...] é ele quem lhe [do latifundiário] faz a defesa do domínio. É ele quem lhe forma os contingentes sertanistas. É ele o batedor das bandeiras, o seu elemento combativo e guerreiro.” Para Munanga (2020, p. 70), essa múltipla utilidade dos mestiços não foi o bastante para arrefecer o preconceito de cor:

Refletindo sobre o comportamento dos mestiços na época colonial, aqui descritos por Viana, podemos especular que eles caíram numa armadilha ao buscar uma classificação social que os distinguisse dos negros e dos índios, como estariam hoje numa outra armadilha ao não assumir a identidade negra. Esse passado do comportamento do mestiço na era colonial, talvez fruto de uma política de dividir para melhor dominar, ofereceria os primeiros elementos explicativos da desconstrução da solidariedade entre negros e “mulatos” que repercute até hoje no processo de formação da identidade coletiva de ambos.

Viana (2005) partia da ideia de que, entre as inúmeras nações negras trazidas ao Brasil – diferentemente do que ocorria com os brancos –, existia enorme diversidade, tanto somática como psicológica (Munanga, 2020). Desse modo, o cruzamento entre as inúmeras nações negras e os lusos produziu, também, mestiços de qualidades muito diferentes, que ele classifica em “superiores” e “inferiores”. Para Viana (2005, p. 70), o mulato inferior era resultado do cruzamento do branco com o negro do tipo inferior, e este era incapaz de ascensão, condenado às camadas mais baixas da população. O mulato do tipo superior seria resultado do cruzamento entre o branco e o negro do tipo superior, este “[...] é ariano pelo caráter e pela inteligência ou, pelo menos, é suscetível de arianização, de outro modo capaz de colaborar com os brancos na organização e civilização do País” (Viana, 2005, p. 171). Viana

(2005) afirma que os mestiços “superiores” e “inferiores” seriam definidos a partir de suas características fenotípicas e genotípicas. De acordo com Munanga (2020, p. 74), Viana (2005) entendia que “[..] as qualidades morais e intelectuais dos mestiços são definidas por sua aparência física mais ou menos negroide, mais ou menos caucasóide, isto é, a partir de seu grau de arianização”. Segundo Munanga (2020), Viana é considerado um dos principais responsáveis pela construção da ideologia racial brasileira, que é marcada pelo ideal de branqueamento. Nogueira (1985) posteriormente definiu essa visão como preconceito de “marca” ou “cor”, em contraste com o preconceito de “origem”, baseado em uma gota de sangue, que é comum nos Estados Unidos. Para Viana (2005), os mestiços de tipo superior eram aqueles que carregavam características fenotípicas mais próximas das da “raça branca”:

São aqueles que, em virtude de caldeamentos felizes, mais se aproximam, pela moralidade e pela cor, do tipo da raça branca. Caprichos de fisiologia, retornos atávicos, em cooperação com certas leis antropológicas, agindo de um modo favorável, geram esses mestiços de escol. Produtos diretos do cruzamento de branco com negro, herdando, às vezes, todos os caracteres psíquicos e, mesmo, somáticos da raça nobre. Do matiz dos cabelos à coloração da pele, da moralidade dos sentimentos ao vigor da inteligência, são de uma aparência perfeitamente ariana. Os mestiços dessa espécie, por maior que seja a vilanagem das suas origens e mais degradadas as condições da sua existência, tendem a subir, a insinuar-se por meio dos elementos melhores, a dissimular-se entre os brancos, aristocratizando-se. Repelidos do seu meio nativo, a fuga é-lhes o recurso melhor e mais rápido para realizarem esse objetivo, esse movimento ascensional, esse salto para cima. Emigram então. Engajam-se nas bandeiras ou nas “monções” do povoado. Buscam novos climas. Nessas novas regiões, “colocam-se”: fazem-se sesmeiros, donos de currais, fazendeiros, senhores de engenho. Porque, entre as várias funções das bandeiras, uma das mais importantes é esta: a de permitir, pela posse da terra, a classificação social desses mestiços superiores, que os preconceitos de cor e de raça subalternizam nos seus meios de origem (Viana, 2005, p. 171).

De acordo com Viana (2005), os mestiços “superiores” conseguiriam, por meio do casamento e pela posse de terra, incorporar-se à classe superior, usando sua identificação com a aristocracia rural pela similitude de caráter, de conduta e pela cor. Segundo a interpretação de Munanga (2020), essa visão evidencia os mecanismos seletivos que quebraram a unidade entre os próprios mulatos, dificultando, dessa forma, a formação de uma identidade comum, pois eles já se encontravam divididos entre “[...] os disfarçáveis (mais claros) e os indisfarçáveis (mais escuros) e o resto dos visivelmente negros” (Munanga, 2020, p. 72). Viana (2005), assim como Rodrigues (2011), acreditava no atavismo, ou seja, em uma lei antropológica inevitável, que determinava que os mestiços tendessem a retornar às características físicas, morais e intelectuais das raças originais (Munanga, 2020). No entanto,

apesar da crença de Viana no atavismo, segundo Munanga (2020,) o autor apostava em um processo que levaria ao branqueamento da população brasileira, a arianização. Para Viana (2005), o mestiço pertenceria a uma fase transitória no processo da arianização, do qual nasceria o tipo étnico único, que representaria o futuro do povo brasileiro (Munanga, 2020).

Em linhas gerais, ao analisarmos o conceito de arianização em Viana (2005), percebemos que o autor emprega o conceito de arianização para se referir a dois processos: o aumento da população branca “pura” por meio da imigração europeia e o refinamento da população brasileira por meio da mestiçagem, que reduziria a proporção, nela existente, de sangue negro e índio. De acordo com Munanga (2020), esse raciocínio esclarece a ideia do branqueamento da população brasileira. A teoria de Viana (2005) era de que o processo de arianização, em longo prazo, terminaria no embranquecimento da população, resultando em uma situação em que não existiria mais “distinção de cor”, ao menos para os brancos aparentes que genotipicamente seriam mestiços (Munanga, 2020).

Antes de prosseguirmos, é necessário ressaltar que a população negra não ficou assistindo ao aprofundamento das questões raciais na década de 1920 como mera espectadora da política de branqueamento. Os estudos do pós-abolição nos dão uma noção de como os afro-brasileiros, desde o fim da escravatura, se organizaram e reivindicaram suas demandas na sociedade. Os trabalhos de Domingues (2008), Fernandes (2008), Munanga (2020), Schwarcz (1993), Skidmore (1976), entre outros, sobre a vida política e social da população negra nos pós-abolição, demonstram como esta, por meio de seus clubes recreativos, agremiações, associações e da imprensa, se organizou em prol de suas demandas e lutas. Nosso trabalho também se dedica a contar a história da Era Vargas a partir da perspectiva da população negra, cuja análise estará presente no próximo capítulo.

2 A BUSCA PELA INTEGRAÇÃO: OS FRENTENEGRINOS E AS APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS NO DISCURSO CONSERVADOR

“A VÓZ DA RAÇA”

“Com satisfação, assumimos o encargo da direção deste jornal que se destina a publicação de assuntos referêntes ao negro, especialmente, não dispensando porém de acolher os de outras referências quando solicitados.

Este jornal aparece na hora em que precisamos tornar público, nos dias, de hoje, de amanhã e de sempre, os interesses e comunhão de ideias da raça, porque as outras folhas, aliás veteranas, por despeitos políticos, têm deixado de os fazer; porém isso não tem importância. diz o ditado que “a dor ensina a gemer!...” a si não fosse a dor... este jornal não surgiria e nos continuaríamos marcando passo e sendo alvo da continua atitude dos diários paulistas que, na surdina, vão pondo no cesto os originais que no presente momento o sei assunto vise a moral e a união politica do negro.

O seu programa, na parte principal é desprezar as polêmicas em geral e trabalhar com afinco, denodo e coragem dentro da concórdia e da moral. Assim sendo, fica entregue a população o orgam (sic) acima epigrafado A Voz da Raça. OS DIRIGENTES (A Voz da Raça, 18 de março de 1933, p. 1).

No cabeçalho, logo abaixo do nome do jornal, bem ao centro, encontra-se escrito: “o preconceito de cor no Brasil só nós, os negros, podemos sentir [...]” ao lado da assinatura de Isaltino Veiga dos Santos. Do lado esquerdo, o emblema da Frente Negra Brasileira está enquadrado em um escudo em primeiro plano; ao fundo, em segundo plano, a imagem de Zumbi bradando o nome do periódico em letras garrafais, acompanhado pela bandeira do Brasil tremulando ao fundo. A informação de que o jornal era um órgão oficial da Frente Negra Brasileira vem logo abaixo, junto com as assinaturas de Deocleciano Nascimento como redator, de Pedro Paulo Barbosa como secretário e de A. de Campos como gerente. No canto inferior direito do cabeçalho, o lema do jornal e da FNB em letras garrafais: DEUS, PÁTRIA, RAÇA E FAMÍLIA⁹.

Com essa imagem, o jornal *A Voz da Raça* se apresentou para a imprensa e para a sociedade brasileira e, claro, principalmente para os seus associados: os frentenegrinos. A epígrafe trazida no início da página é o primeiro artigo do jornal. O texto apresenta-se como uma carta de boas-vindas ao público, mas já deixando um de seus principais traços: as críticas social, política e racial da sociedade paulistana e brasileira da década de 1930. O desejo de integração total na sociedade, a luta pelo reconhecimento da cultura afro-brasileira na formação da identidade nacional, a luta contra o preconceito de cor e união política do negro, de acordo com a doutrina frentenegrina, já são demonstrados nessa epígrafe, deixando claros os objetivos do periódico e da Frente Negra.

⁹ A Voz da Raça, 18 de março de 1933. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/acervo-digital/voz-raca/845027>
Acesso em: 22 jul. 2023.

O objetivo deste capítulo é compreender de que forma a população negra, representada pelo movimento Frente Negra Brasileira, o maior e mais relevante movimento negro naquele momento, segundo a historiografia especializada, se apresentou e se relacionou com os contextos político e social da época.

Para tanto, utilizaremos a análise de conteúdo dos artigos e textos publicados no jornal *A Voz da Raça* (1933-1937). Segundo a historiadora Capelato (1988), a leitura dos discursos expressos nos jornais permite acompanharmos o movimento das ideias que circulam em determinada época.

A análise do ideário e da prática dos representantes da imprensa revela a complexidade da luta social. Grupos se aproximam e se distanciam segundo as conveniências do momento; seus projetos se interpenetram, se mesclam e são matizados. Os conflitos desencadeados para a efetivação dos diferentes projetos se inserem numa luta mais ampla que perpassa a sociedade por inteiro. O confronto das falas, que exprimem ideias e práticas, permite ao pesquisador captar, com riqueza de detalhes, o significado da atuação de diferentes grupos que se orientam por interesses específicos (Capelato, 1988, p. 34)

Os jornais possibilitam, ao pesquisador, um vasto material para o estudo da realidade cotidiana. Destarte, o jornal *A Voz da Raça* (1933-1937) nos fornece um rico material sobre a década de 1930 que se manifesta como um importante período para construção da identidade nacional, das demandas e conflitos sociais, locais e globais que acompanharam todo o período do governo provisório de Getúlio Vargas. Os temas como nacionalismo, autoritarismo, conservadorismo, a ideia de identidade nacional, amparada na teoria das três raças e na suposta democracia racial, atravessaram toda a Era Vargas, reverberando, de alguma forma, na população afro-brasileira. Trazer esse tema de volta é colocar o negro no centro do debate do período como protagonistas de sua própria história e não como coadjuvantes de suas lutas, dos desejos, dos anseios, das crenças, dos posicionamentos políticos, muitas vezes controversos, e de todas as demandas que fazem parte dos debates racial, político e social do período.

2.1 IMPRENSA NEGRA: ORGANIZAÇÃO E PROTAGONISMO NEGRO DO PÓS-ABOLIÇÃO ATÉ 1930

Em 13 de maio de 1888, a Lei Áurea, uma lei imperial, aboliu a instituição que, por mais de três séculos, moldara profundamente a vida cotidiana no Brasil, influenciando modos de vida e pensamento, relações de poder e etiquetas de comando e obediência. A partir

daquele momento, o 13 de maio deixou de ser apenas mais um dia no calendário para se tornar um marco histórico crucial e decisivo na história do País.

A abolição da escravatura fez parte de um processo de profunda mobilização social. Até o 13 de maio, de acordo com o historiador Fraga (2018), a agitação social era intensa, a indisciplina de escravizados nas fazendas, as fugas individuais e coletivas, a hostilidade de populares ao escravismo e a radicalização de setores do abolicionismo eram percebidas em todas as províncias do império. A agitação negra marcou a luta contra a escravidão na sociedade brasileira. Segundo a historiadora Albuquerque (2018), a revolta dos escravizados, fosse individual ou coletiva, foi o principal meio de desestabilizar a ordem estabelecida. No Brasil, as rebeliões, os crimes contra os senhores, fugas e outras formas de resistência escrava, mesmo quando não tinham esse objetivo explícito, pavimentaram o caminho para o colapso do mundo governado por proprietários de escravos (Albuquerque, 2018).

Em 15 de novembro de 1889 instaurou-se no Brasil a República e, com ela, a esperança de que o Partido Republicano levaria a cabo as expectativas da população negra de se integrar à sociedade por meio da garantia de seus direitos enquanto cidadãos em um país republicano. No entanto, segundo Domingues (2008), a classe dominante brasileira acabou por empreender um projeto político baseado na ideologia do racismo científico e do darwinismo social. Segundo o autor, “[...] os ex-escravos e seus descendentes foram abandonados a toda ventura, e muitos deles passaram a viver em estado de penúria” (Domingues, 2008, p. 20).

Foi nesse momento que surgiu a imprensa negra, fundada por um grupo de afro-brasileiros que tinham como objetivo utilizar a imprensa alternativa para disseminar suas ideias e lutar em defesa da população negra. De acordo com o historiador Gomes F. (2005), foi ao final do século XIX que os primeiros periódicos foram editados por afro-brasileiros, tendo os temas raça negra e o preconceito como principal abordagem. Nesse contexto, apareceram os periódicos *O treze de Maio* (1888), *A Pátria* (1889), *O Exemplo* (1892), *A Redenção* (1899), *O Baluarte* (1903), *O Propugnador* (1907), *O Combate* (1912), *O Patrocínio* (1913) e muito mais nos anos seguintes e, conforme Gomes F. (2005) aponta, o principal propósito desses jornais era analisar os acontecimentos após a emancipação e a condição dos “homens de cor”.

De acordo com os estudos do historiador Domingues (2018), ainda no início do século XIX, já existiam jornais que traziam o tema da questão racial para o debate público. É o caso do jornal *O Mulato, ou O Homem de Côr* (1833), um pasquim liberal, fundado por Francisco

de Paula Brito, que, explica Domingues (2018), criticava as autoridades da época por quererem obrigar os cidadãos brasileiros a serem classificados pelo critério da cor. Domingues (2018) explica que o pasquim, em 14 de novembro de 1833, na cidade do Rio de Janeiro, sinalizava sua preocupação com a “segregação” racial encampada pela parte branca da sociedade: “Não sabemos o motivo por que os brancos moderados nos hão declarado guerra. Há pouco lemos uma circular em que se declara que as listas dos Cidadãos Brasileiros devem conter a diferença de cor – e isto entre homens livres!” (*O Mulato, ou O Homem de Côr*, 1833 p. 305, *apud* Domingues, 2018). Domingues (2018) acrescenta que a grande novidade do pasquim *O Mulato, ou O Homem de Côr* se dava por levar ao centro do debate público a questão racial:

A novidade maior, porém, talvez se devesse à especificidade daquele jornal, que trazia a questão racial para o centro do debate público. *O Mulato, ou O Homem de Côr* não foi uma voz isolada nos primeiros anos do período regencial. Outros jornais (como *Brasileiro Pardo*, *O Cabrito*, *O Crioulinho* e *O Lafuente*) surgiram na corte, nesse mesmo ano de 1833, com o intuito de proclamar a igualdade de direitos entre os cidadãos brasileiros independentemente da cor. Apoiando-se na Constituição de 1824, eles salientaram que todo cidadão devia ser admitido em cargos públicos, civis, políticos e militares, sem outra diferença além da dos seus talentos e virtudes. Os impressos não eram vendidos nas ruas; os interessados poderiam adquiri-los mediante assinatura ou tinham de ir às sedes das tipografias que os publicaram, ou mesmo às lojas de livros indicadas. Outro fato em comum era o anonimato de seus redatores, o que rendeu polêmica. Esses pasquins só foram possíveis graças à atuação de “homens de cor” livres letrados — entre eles Francisco de Paula Brito e Maurício José de Lafuente —, que se utilizaram da imprensa como meio de construção de uma voz coletiva em defesa da liberdade, da cidadania e dos direitos do grupo (Domingues, 2018, p. 306).

O autor acrescenta que o jornal teve vida curta, com apenas cinco edições publicadas entre setembro e novembro, e sua circulação foi limitada. Para Domingues (2018), *O Mulato, ou O Homem de Côr* foi pioneiro em trazer o debate racial para o público da Corte e foi o precursor do que mais tarde ficou conhecido como “imprensa negra” – jornais criados e geridos por afro-brasileiros, focados em discutir suas questões. Domingues (2018) destaca dois jornais anteriores à abolição em 1888. Um foi o jornal *O Homem: Realidade Constitucional ou Dissolução Social* (1876), semanário publicado na cidade de Recife, que abordava assuntos de interesse da população negra (livre, liberta ou escravizada). O jornal *O Homem* defendia os ideais da democracia iluminista, como liberdade, igualdade e fraternidade, e lutava pelos direitos dos “pretos e pardos”, termos utilizados pelo próprio jornal, em sua luta contra o preconceito racial. “*O Homem* preconizava o fim da escravidão, e

foi o primeiro periódico abolicionista de Pernambuco” (Domingues, 2018, p. 306). Outro jornal de destaque pelo autor é a folha *Ethiópico*, lançada em 1886, na cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul. O jornal foi fundado pelo Centro Ethiópico, sociedade organizada por “homens de cor” (livres e libertos) que faziam parte do movimento abolicionista.

Mas foi no decorrer da Primeira República que os registros de periódicos editados por afro-brasileiros se multiplicaram, ganhando importância no espaço público. De acordo com Domingues (2018), entre 1889 e 1930, existiam cerca de 43 jornais da imprensa negra somente em São Paulo e Rio Grande do Sul, entre eles:

Quadro 1 – Organização dos periódicos da imprensa negra – 1900-1930

| PERIÓDICOS DA IMPRENSA NEGRA | | |
|-------------------------------------|------------------------|------------------------|
| Título | Ano de fundação | Cidade (Estado) |
| A Verdade | 1904 | Pouso Alegre (MG) |
| <i>Cruz e Souza</i> | 1919 | Lages (SC) |
| <i>A Federação</i> | 1926 | Rio de Janeiro (RJ) |
| <i>O Baluarte</i> | 1904 | Campinas (SP) |
| <i>Getulino</i> | 1923 | Campinas (SP) |
| <i>O Menelick</i> | 1915 | São Paulo (SP) |
| <i>O Xauter</i> | 1916 | São Paulo (SP) |
| <i>A Rua</i> | 1916 | São Paulo (SP) |
| <i>O Bandeirante</i> | 1918 | São Paulo (SP) |
| <i>O Alfinete</i> | 1918 | São Paulo (SP) |
| <i>A Liberdade</i> | 1919 | São Paulo (SP) |
| <i>A Sentinela</i> | 1920 | São Paulo (SP) |
| <i>O Kosmos</i> | 1922 | São Paulo (SP) |
| <i>O Clarim d’Alvorada</i> | 1924 | São Paulo (SP) |
| <i>Elite</i> | 1924 | São Paulo (SP) |
| <i>Progresso</i> | 1928 | São Paulo (SP) |
| <i>A Tesoura</i> | 1924 | Porto Alegre (RS) |
| <i>A Alvorada</i> | 1907 | Pelotas (RS) |
| <i>Revolta</i> | 1925 | Bagé (RS) |
| <i>O Tagarela</i> | 1929 | Rio Grande (RS) |
| <i>A Voz da Raça</i> | 1933 | São Paulo (SP) |
| <i>Auriverde</i> | 1928 | São Paulo (SP) |
| <i>Chibata</i> | 1932 | São Paulo (SP) |
| <i>Evolução</i> | 1933 | São Paulo (SP) |
| <i>O Clarim</i> | 1935 | São Paulo (SP) |
| <i>O Estímulo</i> | 1935 | São Paulo (SP) |
| <i>Tribuna Negra</i> | 1935 | São Paulo (SP) |
| <i>O combate</i> | 1912 | São Paulo (SP) |

Fonte: Elaborado pelo autor (2023), segundo Domingues (2007, 2008, 2018).

Ao analisar a imprensa negra entre 1889-1930, Domingues (2008) destaca dois momentos desta. A primeira fase vai de 1889 a 1922, período em que os jornais se caracterizam, em linhas gerais, com um discurso defensivo e às vezes até resignado em relação ao racismo na sociedade:

[...] nas páginas de O Menelik, o uso da palavra combate era indesejado: “Para conquistar amizade geral, que futuramente esperamos obter, expulsaremos apiedosamente das colunas d’O Menelik este vocábulo chamado combate. Nunca procuraremos combater, embora haja base. Seremos como o humilde servidor que não combate contra a força, usaremos para tal fim o provérbio velho: o calado vence” (Domingues, 2008, p. 29).

No entanto, na segunda fase da imprensa negra, que vai de 1923 a 1930, o teor do discurso muda. Inicia-se com a fundação do jornal *Getulino* (1923), que tinha o combate à discriminação racial como sua característica. No primeiro volume do periódico, já podemos notar uma matéria criticando a linha de cor que separava negros e brancos nos passeios públicos em Campinas:

Segundo o *Getulino*, um “velho costume” obrigava os negros a “passearem por fora do jardim Carlos Gomes”. Suas primeiras páginas traziam sempre um editorial debatendo idéias sobre as questões políticas, sociais ou raciais. Esse jornal também tinha uma postura ideológica mais combativa. No segundo número, afirmava: o *Getulino* não vive de comodismo. [...] Este periódico é o resultado do fel vinagre que derramaram no nosso meio. Quem planta ventos colhe tempestade” (Domingues, 2008, p. 29).

Para Domingues (2008), o *Getulino* foi o primeiro jornal a invocar a “emancipação completa” dos negros no país. Dessa forma, o autor entende que a linha editorial do jornal carregava caráter reivindicatório e propositivo. O jornal era centrado em suma missão, que seria a luta pela emancipação e integração do negro na sociedade brasileira. Outra etapa importante que marca a imprensa negra, segundo o autor, é a década de 1930, com a fundação da Frente Negra Brasileira em 1931 e, mais tarde, com a publicação do jornal da entidade *A Voz da Raça* (1933).

Uma das principais características dos periódicos da imprensa negra era sua ligação com as associações beneficentes, sociedades dançantes e clubes recreativos, fundados pelos negros. Na capital paulista e em Campinas situavam-se os primeiros jornais e associações com mais força (Gomes F., 2005). Os jornais, muitas vezes, cumpriam a função de divulgadores e fomentadores das atividades das associações (palestras, reuniões, bailes e festas), segundo Gomes F. (2005, p. 245):

Sobretudo em São Paulo e Campinas, apareciam associações, clubes e grêmios como a Associação Protetora dos Brasileiros Pretos, Centro Cultural Henrique Dias, C. G. Campos Elíseos, Grêmio Bandeirantes, Grêmio dramático Recreativo e Literário “Elite da Liberdade”, Smart, Sociedade Propugnador 13 de Maio, Treze de Maio, entre outros.

Muitos jornais tinham como título o nome da própria associação e grêmio a que pertenciam, outros, segundo Gomes F. (2005), eram distintos, como *A Pérola*, da Sociedade Recreativa XV de Novembro, e *O Baluarte*, do Centro Literário dos Homens de Cor. Era bem comum cada associação ter o seu próprio jornal, muitos deles com características comuns como a publicação de caricaturas, comunicados sociais, crônicas, poesias e anúncios comerciais. De acordo com Gomes F. (2005), os jornais, em linhas gerais, tendiam a assuntos e temas das questões racial e social, apontando a direção da conscientização sobre a situação do negro na cidade e indicando caminhos para a integração deste. No entanto, mesmo que houvesse semelhança entre os periódicos, Gomes F. (2005) esclarece que seria difícil afirmar que esse era o único padrão da produção e do conteúdo dos periódicos.

Os jornais da imprensa negra não seguem um padrão unívoco ou discurso monolítico, porém apresentam semelhanças entre si, tanto no que diz respeito aos aspectos gráficos quanto no que se refere ao seu conteúdo. Em geral, noticiavam eventos sociais, culturais, desportivos e de lazer, mas também se tornaram uma das principais vozes a reivindicar a igualdade racial. Seus subtítulos eram sugestivos, indicando por vezes a especificidade do grupo para o qual se destinavam. A *Liberdade* (1919) proclamava ser um “órgão dedicado à classe de cor, crítico, literário e noticioso”; já o *Getulino* (1923) se dizia um “órgão para a defesa dos interesses dos homens pretos”, e *O Correio D’Ebano* (1963) adotava como subtítulo “Um jornal a serviço da coletividade negra do Brasil” (Domingues, 2018, p. 308).

Esses jornais, segundo o autor, tinham tiragens mais modestas em relação à imprensa tradicional. O periódico dos ativistas e intelectuais negros Jaime de Aguiar e José Correia Leite, *O Clarim d’Alvorada* (1924), chegou a uma tiragem entre mil e 2 mil exemplares por mês ao passo que o periódico fundado pelos jornalistas negros Lino Guedes e Benedito Florêncio, *o Getulino* (1923), alcançou uma tiragem de 1.500 exemplares por semana. Já o jornal da FNB, *A Voz da Raça* (1933), chegou à tiragem de 4 mil exemplares, número considerado significativo para a época (Domingues, 2018).

Uma das características desses jornais era a forma improvisada com que eram produzidos. As tipografias que imprimiam os periódicos eram frequentemente montadas em condições precárias, podendo, inclusive, estar localizadas na residência dos próprios editores. De acordo com Domingues (2018, p. 309), “[...] a qualidade gráfica, a diagramação e a revisão evidenciam essa produção artesanal. Outra característica dessa imprensa é que ela foi eminentemente masculina. Até meados do século XX, as mulheres não chegavam a 10% do total de colaboradores”.

Os jornais da denominada imprensa negra se tornaram importantes meios de comunicação e expressão cultural entre os intelectuais, grupos, associações e entidades negras e ficaram conhecidos tanto no “meio negro” quanto em outros setores da sociedade. A articulação de ideias e a reivindicação dos direitos da população afro-brasileira eram parte dos objetivos de um segmento sem voz ou visibilidade na imprensa. Leite (1992 *apud* Domingues, 2005, p. 31) afirmava a importância da imprensa alternativa e que a comunidade negra tinha necessidade de se informar visto que “ [...] as publicações negras davam aquelas informações que não se obtinha em outra parte”. Esses jornais se dedicavam a publicações que valorizassem a população negra, segundo Gomes F. (2005, p. 266):

Priorizando os diálogos do “meio negro”, procuravam estimular, através dos editoriais e da publicação de determinados artigos, temas que abordassem a autovalorização da população negra, sua visão de mundo e suas formas políticas, culturais e religiosas de organização e participação. Os jornais se propunham, por meio de seus editores, a serem instrumentos de educação e formação. Ainda que grande parte deles resultasse do esforço de intelectuais e profissionais liberais negros urbanos ou de associações locais, a principal característica do conjunto de sua produção foi a proximidade da relação editor/leitor, que se traduzia na abordagem de alguns temas.

Ainda que o principal tema dos jornais fosse, sobretudo, as questões relacionadas às expressões da vida cotidiana do negro no Brasil, Domingues (2018) nos alerta para a preocupação que muitos jornais apresentavam sobre a experiência histórica e cultural dos africanos e dos negros de outras partes do mundo, demonstrando o quanto muitos desses jornais estavam atentos à diáspora em outros lugares além de seu país:

O Clarim d’Alvorada mantinha a coluna “Mundo negro”, na qual repercutiam fatos e personalidades importantes do cenário internacional afrodiáspórico. Os jornais acompanharam e debateram o movimento pan-africanista e, posteriormente, da négritude francesa. A autodeterminação dos negros em diferentes regiões e a luta por descolonização das nações africanas eram tomadas como exemplos para a ação dos afro-brasileiros (Domingues, 2018, p. 310)

Os jornais da imprensa negra foram pioneiros na missão de propor alternativas tangíveis para a superação do racismo na sociedade brasileira (Domingues, 2005). Esses jornais se tornaram importantes instrumentos de protesto no início do movimento negro organizado. O pós-abolição, explica o autor, teria sido marcado pela desarticulação e conformismo da população negra frente às adversidades da vida como liberto. Dessa forma, tornou-se imprescindível que os periódicos adotassem estratégias que combatessem essa “apatia” dos afro-brasileiros na vida pós-abolição. O autor explana que existia certo consenso

de que a educação seria a forma mais assertiva de solucionar essa tal “apatia”. A educação, neste caso, “[...] era concebida como solução para todos os males. Por essa razão, o lema de praticamente todos os jornais era incisivo: educar os descendentes de escravos” (Domingues, 2005, p. 53). O historiador acrescenta, ainda, que o conceito de educação articulada não estava estritamente ligado a uma abordagem formal, ou seja, ao aspecto puramente acadêmico, mas ao aprendizado dos valores que iam além do ensino escolar e abrangiam aspectos civilizacionais.

Os periódicos da imprensa negra assumiram papel importante, dando visibilidade à comunidade negra, já que a imprensa tradicional frequentemente não lhe cedia espaço. Domingues (2005) aponta que a grande imprensa, muitas vezes, apresentava a população negra de forma pejorativa e desabonadora. Os jornais negros ajudaram a forma e impulsionar a visibilidade à comunidade negra, mas também aos intelectuais e ativistas que muitas vezes não tinham o devido espaço na grande imprensa.

A produção de periódicos era uma das atividades mais constantes entre os intelectuais e militantes negros, pois essas publicações proporcionaram, a eles, um espaço que muitas vezes não encontravam em outros meios de comunicação. A imprensa negra foi uma amostra do protagonismo negro na história do Brasil. Desde o império até o período republicano, a imprensa negra se tornou um condutor de vozes afro-brasileiras que utilizaram a escrita como forma de disseminação de suas ideias, construindo narrativas, demandas, subjetividades, estéticas corporais, refletindo sobre seus problemas, heróis, mitos e utopias (Domingues, 2005). A imprensa negra buscou sensibilizar a sociedade frente aos problemas que a comunidade negra enfrentava na realidade social brasileira.

2.2 A FRENTE NEGRA BRASILEIRA E O PROJETO NACIONALISTA E CONSERVADOR DE ARLINDO VEIGA DOS SANTOS

A FNB nasceu no início da década de 1930, mais precisamente em 16 de setembro de 1931, no salão das Classes Laboriosas, na rua do Carmo n. 25, da capital paulista. O estatuto da FNB foi assinado em assembleia no dia 12 de outubro daquele mesmo ano e local, sendo acompanhado por mais de mil pessoas e aprovado por unanimidade. Os objetivos da Frente, segundo seu estatuto, eram a promoção da união política e social da população negra assim como a garantia dos direitos civis do negro, como institui logo no primeiro artigo do estatuto:

Artigo I - Fica fundada nesta cidade de São Paulo, para se irradiar por todo o Brasil, a “FRENTE NEGRA BRASILEIRA”, união política e social da Gente Negra Nacional para afirmação dos direitos históricos da mesma, em virtude da sua atividade material e moral no passado e para reivindicação dos seus direitos sociais e políticos, atuais, na Comunhão Brasileira (São Paulo, 1931, p. 12).

Encabeçada por Arlindo Veiga dos Santos e José Correia Leite, poderiam pertencer, à Frente Negra, segundo o artigo II, de seu estatuto, “[...] todos os membros da Gente Negra Brasileira de todos os sexos” (São Paulo, 1931, p. 12.). O propósito da agremiação era a valorização social do negro em todas as esferas da sociedade, incluindo a intenção de pleitear cargos eletivos, representando a “Gente Negra Brasileira” enquanto partido político. Os artigos III e IV, incluindo um parágrafo único que estabelecia as condições para a execução do artigo III, definiam os caminhos para se alcançar a integração do negro:

Artigo III - A “FRENTE NEGRA BRASILEIRA”, como força social, vista à elevação moral, intelectual, artística, teórico-profissional e física; assistência, proteção e defesa social, jurídica, econômica do trabalho da Gente Negra. Parágrafo único - Para a execução do artigo III, criara cooperativas econômicas, escolas técnicas e de ciências e artes, e campos de esporte dentro de uma finalidade rigorosamente brasileira.

Artigo IV - Como força política organizada, a “FRENTE NEGRA BRASILEIRA”, para mais perfeitamente alcançar os seus fins sociais, pleiteara, dentro da ordem legal instituída no Brasil, os cargos eletivos de representação da Gente Negra Brasileira, efetivando sua ação político-social em sentido rigorosamente brasileiro (São Paulo, 1931, p. 12).

A FNB atuou em diversas áreas, criando departamentos específicos para atender às necessidades de seus associados. O Departamento de Instrução se encarregava da parte educacional, com biblioteca, curso de alfabetização primária para adultos e de formação social. Foram criados vários outros departamentos tais como o musical, o jurídico-social, o esportivo, o médico, o de artes e ofícios e o Departamento Dramático, que se responsabilizava por manter um grupo teatral. Conforme Domingues (2018), a FNB criou uma série de símbolos identitários: bandeira, hino, documento de identidade e uma milícia que atuava como um batalhão paramilitar que nunca chegou a entrar em ação, mas operava como segurança para o bom andamento das reuniões e eventos. A instituição alcançou prestígio e reconhecimento nacional e internacional, como destaca Domingues (2018, p. 288):

No seu auge, contava com mais de sessenta delegações distribuídas no interior de São Paulo e em outros estados, como Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo, tendo servido de fonte de inspiração para o aparecimento de organizações homônimas nas cidades de Salvador, Recife e Pelotas. A fama da FNB ultrapassou a fronteira nacional, e a entidade ficou

conhecida como a maior do gênero na América do Sul. Suas propostas e ações chegaram a ser acompanhadas por grupos negros da diáspora, especialmente no Uruguai, em Porto Rico, nos Estados Unidos e até em Moçambique.

Com suas filiais em vários estados brasileiros, a FNB recrutou milhares de afro-brasileiros, convertendo o Movimento Negro Brasileiro em um movimento de massa, chegando a superar os 20 mil associados. Em 18 de março de 1933, um sábado em São Paulo, nascia o primeiro número e volume do jornal da FNB. O Departamento de Imprensa se encarregou de publicar *A Voz da Raça*, porta-voz do movimento. Em seu primeiro artigo, intitulado *Aos Frentenegrinos*, o jornal já mostrava a que viera, com seu caráter nacionalista, conservador e anticomunista. O chamado “a união do negro” se dava para além da defesa contra o preconceito de cor, mas da Pátria contra o internacionalismo, que, segundo os autores, eram a grande ameaça à Nação, empunhando a palavra de ordem: “A nação acima de tudo”.

Neste gravíssimo momento histórico da NACIONALIDADE BRASILEIRA, dois grandes deveres incumbem os negros briosos e esforçados, unidos num só bloco na FRENTE NEGRA BRASILEIRA/; a defesa da Gente Negra e a defesa da Pátria, PORQUE UMA E OUTRA COISA ANDAM JUNTAS, para [trecho incompreensível] aqueles que não querem trair a pátria por forma alguma de internacionalismo (*A Voz da Raça*, 18 de março de 1933, p. 1).

Para a Frente Negra, a defesa da Pátria e a da “gente negra” andavam juntas, como objetivo da organização. Esses ideais nacionalistas não estão em desacordo com o contexto político da época, muito pelo contrário, eles vão ao encontro da política nacionalista de Vargas e dos ideais da Ação Integralista Brasileira (AIB) que enxergavam, no nacionalismo, um caminho para a construção da identidade e do desenvolvimento econômico, social e político dos anos 1930.

A era Vargas (1930-45) foi marcada especialmente pelo seu caráter nacionalista e autoritário. Com o decreto n. 19.398 de 11 de novembro de 1930, iniciou o novo governo e com ele a dissolução do Congresso Nacional dando plenos poderes ao Chefe do Governo Provisório como está descrito no artigo 1 e 2 do decreto:

O Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil. DECRETA: Art. 1º O Governo Provisório exercerá discricionariamente, em toda sua plenitude, as funções e atribuições, não só do Poder executivo, como também do Poder Legislativo, até que, eleita a Assembléia Constituinte, estabeleça esta a reorganização constitucional do País; *Parágrafo único*. Todas as nomeações e demissões de funcionários ou de quaisquer cargos públicos, quer sejam efetivos, interinos ou em comissão, competem exclusivamente ao Chefe do Governo Provisório. Art. 2º É

confirmada, para todos os efeitos, a dissolução do Congresso Nacional das atuais Assembléias Legislativas dos Estados (quaisquer que sejam as suas denominações), Câmaras ou assembléias municipais e quaisquer outros órgãos legislativos ou deliberativos, existentes nos Estados, nos municípios, no Distrito Federal ou Território do Acre, e dissolvidos os que ainda o não tenham sido de fato (Brasil, 1930).

Os amplos poderes de Getúlio Vargas como chefe de Estado deram a ele as condições necessárias para as perseguições aos seus inimigos ideológicos, sendo os comunistas os principais alvos da política repressora desse governo. A perseguição e repressão no regime varguista, no entanto, não se limitavam a questões político-ideológicas, mas também envolviam questões conjunturais e pragmáticas do momento como, por exemplo, as repressões aos integralistas no Estado Novo (1937-1945), quando deixaram de ser aliados do Governo Vargas (Mourelle, 2021). Como podemos verificar na historiografia, as aproximações dos ideais integralistas com o governo Vargas foi uma relação repleta de aproximações e desconfianças que se rompeu por completo no episódio do *putsch* de 1938, a tentativa de golpe frustrada dos integralistas. Foi na relação com o regime de Vargas que os integralistas confiaram suas esperanças de alcançar o poder e foi exatamente este que os reprimiu e os eliminou, como afirma Bertonha (2014, p. 136):

A relação dos integralistas com o golpe que estabeleceu o Estado Novo em 1937 é mais ou menos clara, com o fluxo dos acontecimentos já bem recuperado pela historiografia. Já sabemos, de forma detalhada (nos textos clássicos de Hélio Silva, Stanley Hilton, Robert Levine, Edgar Carone e no recente, publicado em 2011, de Gilberto Cali, entre outros), das inúmeras reuniões entre Salgado e os líderes do governo Vargas garantindo o apoio da AIB ao golpe, a promessa varguista de que a AIB seria a base do novo regime e/ou teria representatividade nele e a quebra dessa promessa por Vargas, que logo utilizou o seu novo poder para eliminar o integralismo. A partir daí, o movimento se dividiu entre os que aceitaram o fato consumado e os que quiseram reagir, levando aos acontecimentos de 1938 e à repressão contra os integralistas.

Mesmo que a cooperação entre AIB e Vargas tenha se encerrado com o Estado Novo, é necessário dizermos que o projeto estadonovista vinha sendo gestado desde de 1930, sofrendo influências da ideologia integralista, como a “[...] defesa do nacionalismo e do corporativismo, o desprezo aos partidos e aos organismos políticos e a adoção do anticomunismo como linha de governo” (Bertonha, 2014, p. 139). O nacionalismo e o combate ao comunismo faziam parte do debate nacional da época. Esses temas não ficaram reservados à classe política, mas atravessavam toda a sociedade e a população negra. A Frente Negra Brasileira tinha uma agenda nacionalista e anticomunista explicitada nas páginas de seu

meio de propaganda oficial. O lema DEUS, PÁTRIA, RAÇA E FAMÍLIA deixava visível o caráter conservador e nacionalista do movimento, como afirma Arlindo Veiga dos Santos:

Somos cristãos, queremos o bem dos nossos, e não comungamos com os adeptos duma sociologia bandalha e anti-nacional. Somos nacionalistas intolerantes e repelimos, repelimos sempre, quem quer que vise com doutrinas exóticas corromper, com o espírito e luta de classes e de ataque à propriedade, a mentalidade dos frentenegrinos. Abaixo aos internacionalistas! (*A Voz da Raça*, 1º de abril de 1933, p. 1).

O movimento foi amplamente criticado externa e, principalmente, internamente por seu apoio aos integralistas em razão das notáveis semelhanças em seus lemas – “Deus, Pátria e Família”, o lema da AIB e a relação pública do seu primeiro presidente, Arlindo Veiga dos Santos, com os integralistas, bem como o seu histórico de participação no movimento patrianovista. Tais críticas não foram sem justificativa.

A Ação Imperial Patrianovista Brasileira foi uma organização idealizada por Arlindo Veiga dos Santos no final da década de 1920, que tinha como objetivo instaurar uma nova monarquia corporativista no Brasil, baseada em ideias conservadoras e autoritárias da época. O programa antiliberal dos patrianovistas defendia a instauração de um regime monárquico corporativista em substituição ao regime republicano. Segundo a historiadora Malatian (2017), o movimento buscava uma saída autoritária para aquilo que eles consideravam a degeneração nacional, postando-se ao lado dos que defendiam modelos antidemocráticos de governo no debate político dos anos de 1920. Conforme aponta Malatian (2017), foi nesse contexto que o Centro Monarquista de Cultura Social e Política e Pátria-Nova foi criado em 1928, cujo objetivo era responder às rebeliões tenentistas, do movimento operário, da fundação do Partido Comunista, do Modernismo, do domínio oligárquico, por intervenção de um governo forte e capaz de reprimir essas iniciativas. Sobre as características, a origem do patrianovismo e a relação de Arlindo Veiga dos Santos, a autora escreve:

O nome Pátria-Nova originou-se do Integralismo Lusitano, movimento reconhecido pelos “neo-monarquistas” como modelo. Iniciado em 1913, visava criar em Portugal adesão à proposta católica, nacionalista e antiliberal de instauração de uma monarquia orgânica, tradicionalista e antiparlamentar. No movimento monarquista brasileiro, o termo Pátria-Nova traduziu a preocupação com a busca de uma nova nação, a qual seria paradoxalmente construída com base na tradição. Entre as obras de Veiga dos Santos sobre este projeto político encontram-se *Contra a corrente*, *Para a Ordem Nova*, *As raízes históricas do Patrianovismo*, *Orgânica Patrianovista*, *Sentimentos da Fé e do Império*, *Ideias que marcham no silêncio*. Perante os demais movimentos políticos autoritários da época, a originalidade do Patrianovismo residia principalmente na proposta de instauração da monarquia corporativa, baseada no pressuposto de ser o Brasil “Pátria Imperial”, cujos problemas não poderiam ser resolvidos pela República “dissolvente, antinacional e separatista” (Malatian, 2017, p. 3).

O perfil monarquista de Arlindo Veiga provocou duras críticas no meio frentenegrino, o que resultou em vários artigos no jornal se defendendo dos ataques sofridos. No segundo volume do periódico em abril de 1933, podemos perceber as disputas e críticas internas e externas contra o posicionamento de Arlindo Veiga. Intitulado *Má Fé*, o artigo partia para o ataque contra o livro *A fé nacional*, de Salomão Ferraz, uma importante liderança cristã da época, mas que não fazia parte da FNB. Em resposta ao livro que afirmava que a Frente Negra era influenciada pelos ideais integralistas e monarquistas, o articulista argumentou:

É verdade e o Brasil inteiro sabe que o Dr. Arlindo Veiga dos Santos é o chefe do movimento patrianovista no Brasil, porém dentro da FNB, onde é presidente geral, é ele somente negro e nada mais, conforme declaração dele propeio na imprensa de todo o Brasil. De nada adianta essas confusões que se tenta fazer no meio frentenegrino, para que o negro descreia da obra que estão levantando, e que amam acima de tudo (*A Voz da Raça*, 25 de março de 1933, p. 1).

Ainda, o próprio Veiga dos Santos afirmava a sua posição de chefe e idealizador do patrianovismo e que eram de conhecimento público suas inclinações ao movimento pró-monarquia. Notamos certo cuidado em relacionar a FNB com qualquer outro movimento conservador, mesmo que as ideias fizessem parte do cotidiano do movimento, sendo tema nos artigos ao longo da existência do jornal.

A Frente Negra Brasileira não está e não tem ligação com ninguém, embora queiram os mestificadores e aproveitadores de oportunidades, por mais de uma vez, já tem ela afirmado tál, esta a FNB, com o Brasil e com os negros, para qual foi criada, lutamos com os tostões dos frentenegrinos e frentenegrinas e é assim que pretendemos subir [...] De uma coisa ficam cientes porém a FNB como já disse acima, não está com ninguém, ela não tem como querem ligação ou compromisso com partido político algum, os seus dirigentes, de cabeça altiva convidam a qualquer partido político do Brasil, ou mesmo políticos que possam desmentir esta verdade (*A Voz da Raça*, 25 de março de 1933, p. 1).

Foi publicada, no periódico do movimento, uma transcrição da entrevista de Arlindo Veiga, na qual ele afirmou que a FNB não era influenciada pela doutrina monárquica, mas reconhecia sua identificação com o monarquismo dos patrianovistas.

Quanto à pergunta que me faz referente às notícias que se assolham (sic) por aí, afirmando que a FNB visa a implantação do extinto regime monárquico, tenho a declarar-lhe o seguinte: não há dúvida alguma de que é comum essa presunção nos nossos meios. Mas, nada há entre a “FNB a ação imperial patrianovista”. Embora monarquista, o cargo que ocupo aqui, absolutamente nada tem que ver com as minhas ideias. São coisas perfeitamente opostas. A orientação da FNB é puramente republicana. Fundada em num espírito novo, orgânico em harmonia com as novas evoluções sociais do mundo

contemporâneo em que perecem os valores negativos da tradição, renascendo os positivos, como no caso da verticalização sindical das classes, muitas vezes burlada pelo primitivismo da luta de classe, apregoada pelo socialismo, os arregimentadores dos negros vieram buscar o actual presidente de que tinha conhecimento pelos pequenos trabalhos do passado (*A Voz da Raça*, 1º de abril de 1933, p. 4).

Apesar de ser oposição ao “liberalismo democrático”, considerado, por ele, um retrocesso social e político, Veiga dos Santos afirma que suas ideias não interferiam na sua atuação como presidente da FNB e que esta não seria um partido político. O objetivo da organização era atuar como força social, buscando a elevação moral, intelectual, artística do homem e da mulher negra. A FNB, enquanto posicionamento político, para seu chefe, era nacionalista e anticomunista, desempenhando o papel de “[...] força política, sendo eminentemente nacionalista e sempre atenta na defesa da brasilidade, no Brasil brasileiro, sob todos os aspectos da vida gosando nesse sentido o tema total da unidade nacional” (*A Voz da Raça*, 1º de abril de 1933, p. 4). Por mais que Veiga dos Santos tentasse afastar a FNB de uma ligação direta aos ideais integralistas, afirmando que era um movimento de aspirações republicanas, tornava-se cada dia mais difícil sustentar essa posição, pois tanto ele como outros líderes da FNB compartilhavam sua descrença em relação à democracia liberal e constantemente fazia elogios aos regimes autoritários da Europa, especialmente o fascismo italiano e o nazismo alemão. Em artigo assinado por Veiga dos Santos, em primeira página, no dia 10 de junho de 1933, com o título *A afirmação da raça*, ele demonstrava sua admiração pela “campanha de afirmação das tradições arianas” encampadas por Hitler:

Levanta-se a alarida pelos arraiais da incompetência, porque o ditador Hitler, no afã violento do repor a Alemanha no caminho das suas tradições, iniciou a campanha da afirmação prática da raça germânica, única com a qual pode contar aquela nação a fim de realizar a imensa obra de resgate nacional. Impagável bobagem das inteligências líquidas, que, não compreendendo (salvo o exagero natural em quem tanto sofreu do cosmopolitismo judaico), não compreendendo as razões profundas da atitude nacionalista alemã, quereriam que o grande condutor pactuasse com todas as misérias da democracia que permitiu to-das as formas de estupidez liberal que iam levando a Germania áruina! Está certo Hitler! Tanto é expressiva, e tanto ecoa na alma alemã a sua afirmação, que o mundo dos prejudicados estrila [...] mas não passa do estrilo! Pois não há quem não veja que as atitudes fortes do grande Chefe vão levando de letargia um país já desesperado da salvação com o ópio entorpecente de 14 anos de república liberal-democrática (*A Voz da Raça*, 10 de junho de 1933, p. 1).

Em artigo “inflamado”, nomeado *Fogo Neles!*, mais uma vez elogiava o nazifascismo como exemplo ao Brasil e a infame queima de livros protagonizada pela Alemanha nazista:

Aquela moleza dos democráticos e sociais-democráticos antigos, seguiu-se, pois, a dureza de um Homem que sabe o que quer e executa. É um aspecto vivo dessa atuação está no incêndio de muitos livros de escritores alemães traidores das épocas de fraqueza do Estado Alemão. Livros que pregavam coisas inconvenientes à afirmação e renovação da Germania. Especialmente na questão da Raça. Hitler quer a afirmação da Raça alemã. Por isso, age logicamente. Fogo nos livros inimigos da pureza racial germânica! [...] Fogo em tudo que possa diminuir o orgulho alemão! Por essas e outras, vamos aprendendo os processos de Hitler. E, quando um dia o Brasil tiver um governo nacionalista de fato, que saiba ver essas coisas direito mesmo, vamos “tacar” fogo neles: isto é – nos livros infames etc! (*A Voz da Raça*, 6 de janeiro de 1934, p. 1).

Com críticas à República e a apologia ao nazifacismo, Veiga dos Santos questionava-se sobre como seria se o Brasil fizesse o mesmo que a Alemanha. Que seria do Brasil hoje, questionava o chefe da FNB, “[...] se não tivesse sido sempre negada a nossa Gente Negra que, enquanto se processava o banquete dos imigrantes, ficou para aí, à margem da vida nacional, cedendo lugar a todos os oportunistas de arribação?” (*A Voz da Raça*, 10 de julho de 1933, p. 1). Em nome da afirmação da “raça brasileira”, Veiga dos Santos defendia a raça mestiça “lusó-indio-negra”, que seria a junção do português, do indígena e do negro apoiada no mito fundador antropológico da nacionalidade brasileira, a saber, o mito das três raças. Segundo Arlindo Veiga, o alemão dava exemplo de orgulho e afirmação da raça alemã e o Brasil deveria também valorizar a “raça brasileira”. “Façamos a mesma coisa, afirmando a Raça brasileira!” (*A Voz da Raça*, 10 de julho de 1933, p. 1).

Além da valorização e do orgulho da raça brasileira, para Veiga dos Santos, era necessário se combater o comunismo e a imigração que impediam a evolução da raça negra e sua integração em razão das vantagens que lhe haviam sido logradas pelo Estado brasileiro, propondo o aniquilamento daqueles, como afirma neste trecho:

Nós também temos uma Raça! Se não há, como não pôde haver, um só Tipo Nacional, somos uma Raça Mestiça, com os nossos Negros, Cafusos, Caboclos, Negroides, Brancoides, e (até!) os Bugres que ainda moram no mato. Vem encrencando a nossa vida essa mania que inúmeros imbecis têm de querer fazer da Nação Brasileira um povo ariano, destruindo assim a Raça Mestiça que o Brasileiro é! Já estávamos definidos mais ou menos na guerra holandesa, na qual demos boas lições aos “arianos” europeus. E, em 1889, já éramos uma coisa muito séria em face do mundo. Porquê, então, não afirmámos sempre a nossa Raça negro-indio-lusa que era e continua a ser qualquer coisa de novo e soberbo no mundo?! Porque não valorizamos como deveríamos?! Afirmam-nos, pois, agora que o Brasil passa por grandes transformações orgânicas, no vestíbulo de maiores ainda. Aniquilamos os internacionais que querem mandar em Nossa Casa, sejam internacionais “brasileiros” (de nome) ou estrangeiros (*A Voz da Raça*, 10 de julho de 1933, p. 1).

O pensamento do chefe da FNB não permaneceu somente no campo das ideias, ao contrário, foi fundamental para a apresentação de seu programa como candidato avulso à Constituinte de 1934. Os objetivos da FNB eram a integração do negro na sociedade e a defesa do afro-brasileiro das injustiças sofridas históricas e diariamente no Brasil. O regime orgânico-sindicalista de Arlindo Veiga seria a forma política, econômica e social com que o negro alcançaria a tão sonhada “integralização completa”, como justificou o presidente da FNB em 1933:

Dessas considerações nasceu o ORGANICO-SINDICALISMO, único regime que poderá considerar a Gente Negra patricia como uma realidade nacional que, portanto, terá de ser atendida. Qualquer forma de democracia, de igualitarismo, não nos serve. Democracia é coisa falida, criminosa que não deixou ao Brasil senão dívidas, desmoralização (inclusive de negros...), atraso mental, moral e econômico. E, num meio de tamanha Insuficiência, tamanho despreparo, haveria-mos de esperar que um congresso de notáveis “descobrisse” alguma coisa de científico, de positivo, de substancial, de sério, para nortear e fixar o negro nos seus direitos??? Seria mister esperar mais duas gerações até que pudessem os nossos nossos irmãos abandonar a literatura de mera fantasia, de palavras bonitas e retumbantes, de palavras com um pouco de bom-senso natural e muita falta de nexos e de lógica. Sim: faz seu efeito essa literatura de fogos-de-vista e ouvido; mas não adianta nada na formação e reconstrução de um povo. Para isto é preciso saber. Haveria de copiar os últimos figurinos doutrinários chegados do estrangeiro e espalhados em livros mais ou menos imbecis, divulgados por agências pagas em rublos ou noutras moedas suspeitas ? Aprender nesses livrecos de ultima hora que o ouro judeu lança em traduções baratas para corromper a mocidade como asse tal marxismo “científico” (científico somente para os pobresinhos leigos da ciência), no qual se amontoam absurdos anti-científicos ???!!! Por isso mesmo, como não queremos ser escravos de erros estrangeiros, pensámos por nós, sem padrinhos de nomes complicados e que negro nem sabe ler direito... Marcharemos, sim! Com o ORGÂNICO-SINDICALISMO! Aí haverá garantia total para a Gente Negra Brasileira (*A Voz da Raça*, 29 de abril de 1933, p. 1).

Em 29 de abril de 1933, de última hora, o conselho diretor da FNB decidiu apresentar a candidatura de seu presidente como candidato avulso da Constituinte, que aceitou de prontidão, já que não seria mais possível inscrever o movimento em razão do prazo. Com a candidatura de Veiga dos Santos, a comunidade negra paulistana, representada pela FNB, teria a possibilidade de participar dos debates para a construção da redação da Constituinte de 1934. No entanto, o representante da Frente Negra não foi eleito, mas pôde, ao menos, expor o seu projeto político de sociedade em seu programa político ideológico: o regime orgânico-sindicalista.

[...] Estado que defenderei, para o Brasil, como necessidade absoluta da valorização da Terra, do Sangue, do Trabalho e do Espírito, é o ESTADO ORGÂNICO-SINDICALISTA, em que se representarão “realmente” as forças produtoras da Nação, destruindo automaticamente todos os agentes da exploração nacional que se criam e sustentam no desmoralizado Estado liberal-democrático. Naquele Estado, terão representação garantida as expressões da realidade nacional, como seja a grande massa das nossas populações negras e mestiças abandonadas por um regime de exploração do homem e esgotamento da terra (*A Voz da Raça*, 29 de abril de 1933, p. 1).

A Frente Negra Brasileira era considerada, por seus dirigentes, a única linha de defesa do negro, a única entidade civil capaz de resolver o que o movimento considerava “problemas morais e intelectuais da família negra brasileira”. O regime idealizado tinha a prerrogativa de realizar renovação nos cenários político, econômico e social no Brasil. No entanto, o próprio Veiga dos Santos assumia a dificuldade de executar o seu programa:

Essa plano de renovação, agora difícilimo de executar, sê-lo-á gradualmente com mais facilidade para o futuro, com a educação do povo coordenado nas corporações de ofícios cuja técnica e funcionamento, esboçado na Colônia, foram vedados pela era democrática, para mal do povo brasileiro e gozo de alguns demagogos e politiquinhos. Fundados, pois, os sindicatos verticais, dentro do espírito cooperativo cristão, harmonisar-se-ia a questão do capital e do trabalho, fugindo o Brasil tanto á prepotência capitalista cuja injustiça vai aniquilando e “internacionalizando” os governos e a Nação, como a tirania comunista que ameaça as nossas tradições, os nossos lares, nossa minguada economia e a nossa Terra, capaz de ser presa dos bandidos moscovitas que fariam de todas as riquezas do País, — patrimônio legado por nossos Maiores, — tesouro de financiamento da revolução bolchevista universul judeu-cosinopolita. Nas corporações esta toda a felicidade do operário: aprendizagem profissional, seguros, assistência de toda a espécie, salário familiar garantido, libertação das garras da política profissional (*A Voz da Raça*, 29 de abril de 1933, p. 1).

Para Veiga dos Santos, o programa orgânico-sindicalista da FNB tinha a solução para os principais problemas como a questão social e a racial, resumidos no que Arlindo Veiga denominou de “fórmula simples” de seu programa: a terra, o sangue, o trabalho e o espírito. Para o problema da terra, defendia: “[...] Toda a terra do Brasil a todos os brasileiros. Extinção das concessões aos estrangeiros. Instituição do vínculo, do bem de família não alienável. Que todos os brasileiros na desgraça tenham ao menos garantia a casa de morada” (*A Voz da Raça*, 29 de abril de 1933, p. 1). Para o problema do sangue, a fórmula seguia os moldes do autoritarismo da época:

No problema do sangue, isto é, da raça, será a primeira medida: a suspensão da imigração por vinte anos. Valorização moral, intelectual, física e econômica das populações negras e mestiças, de modo que, mais tarde, possam assimilar nacional e racialmente todos os elementos adventícios. A

política de imigração advém da falta de organização em que vivemos, da incapacidade dos políticos liberais. É como a política agrícola do abandono das “terras esgotadas” (*A Voz da Raça*, 29 de abril de 1933, p. 1).

A proposta do programa para enfrentar a questão racial no Brasil defendia ampla participação da população negra em todos os âmbitos da sociedade bem como o reconhecimento do negro como raça brasileira:

Quanto ao problema do Negro em particular, repito o ideal que defenderíamos (como o frisei no manifesto ao Negro, lançado em 1931): “INTERGRALIZAÇÃO ABSOLUTA, COMPLETA, DO NEGRO, EM TODA A VIDA BRASILEIRA — POLÍTICA, SOCIAL, RELIGIOSA, ECONÔMICA, OPERARIA, MILITAR, DIPLOMÁTICA, et. O NEGRO BRASILEIRO DEVE TER TODA FORMAÇÃO E TODA ACEITACAO EN TUDO EM TODA PARTE, DADAS AS CONDIÇÕES COMPETENTES (que devem ser favorecidas) FÍSICAS. TÉCNICAS, INTELECTUAIS, MORAIS, EXIGIDAS PARA A “IGUALDADE PERANTE A LEI” [sic], o Brasil precisa absolutamente cessar de ter vergonha da sua Raça aqui dentro a lá fora, na vida internacional. Enfoquemos [sic] o tal “espírito de arianos”, que faz tanto mal aos negróides do Brasil... Se o Brasil não tem um tipo racial, tem todavia uma Raça. Essa precisa ser defendida, valorizada, educada, melhorada por si mesma e não por transfusão de outros sangues, apenas teoricamente melhores (*A Voz da Raça*, 29 de abril de 1933, p. 1).

A defesa do estado orgânico-sindicalista passava pela afirmação da família e da tradição cristã contra a ameaça estrangeira, fosse ela liberal ou comunista. A proteção da família e da tradição nacional se apresentava como um pilar primordial para Veiga dos Santos, sendo nesse nacionalismo idealizado que negros e brancos poderiam conviver de forma harmônica “[...] afirmando, braço-abraço o irmão negro e o irmão branco, sem que este explore aquele nem aquele desconfie dele” (*A Voz da Raça*, 29 de abril de 1933, p. 1). É esta a nação imaginada por Veiga dos Santos, segundo o representante da Frente Negra Brasileira:

Queremos o velho Brasil renovado, poderoso pelo espírito e pela raça, dominando pelo seu esplendor toda a América e projetando-se no mundo como a nova maravilha do século. Queremos o Brasil fraternal, despojado dos preconceitos mesquinhos, afirmando braço-abraço o irmão Negro e o irmão Branco, sem que este explore aquele nem aquele desconfie deste. Queremos o Brasil poderoso na terra, no mar e no ar, por um milagre desta geração que, depois de ter sofrido tanto, mercê da mentalidade acanhada dos trogloditas liberais-democraticos que a arrastaram até aqui a todos os abismos, se quer vingar nobremente da maldade da geração passada criando a civilização mais Brasileira e mais humana que poderá existir na terra: A Civilização que esplenderá em nosso Estado Organlco-Sindicalistas! (*A Voz da Raça*, 29 de abril de 1933, p. 1).

O projeto político e social da FNB, representado por seu presidente naquele momento, entendia que a integração do negro passava por mais participação política e social deste na sociedade brasileira; a intenção da FNB era de participar dos pleitos eleitorais tanto municipais, estaduais ou federais. Mesmo que o candidato da Frente Negra não tivesse sido eleito, a organização celebraria a participação no pleito eleitoral e conclamava sua “vitória moral”, demonstrando o seu entusiasmo e tecendo elogios a Getúlio Vargas, como se afirmou no artigo assinado pela redação do jornal:

A PALAVRA CUMPRIDA. Mais uma vez, o Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, assinando mesmo de leito onde se acha, vitimado pelo desastre que já é conhecimento público, decretos que vieram facilitar o andamento do grande movimento cívico do dia 3 de maio. [...] NA SEDE DA F. N. .B. Embora não se conheça ainda o resultado do pleito de 3 de Maio, “*A Voz da Raça*”, que acompanhou de perto os trabalhos nos Colégios Eleitorais, antecipadamente afirma que, “moralmente, o seu candidato, “Dr. Arlindo Veiga dos Santos, foi vitorioso. A Sede Central da F. N. B. a rua da Liberdade n. 196, desde as primeiras horas do grande dia, assemelhava-se a um verdadeiro formigueiro, os negros paulistanos, numa alta compreensão do civismo, procuravam as cédulas, para sufragarem, nas urnas, o nome do seu querido Chefe. Até os negros que de ha muito andavam afastados do movimento social Frentenegrino, compareceram alegres e prazenteiros, para “Cumprir o seu Dever (*A Voz da Raça*, 6 de maio de 1933, p. 1).

A candidatura de seu presidente e a apresentação de seu programa para as eleições da Constituinte representavam não só um alinhamento conservador e nacionalista típico da década de 1930 como também a possibilidade de participação dos negros nas decisões políticas relevantes do país, pois, como bem escreveu Isaltino Veiga dos Santos, “o preconceito de cor, no Brasil, só nós, os negros, o podemos sentir” (*A Voz da Raça*, 18 de março de 1933, p. 1).

É necessário pontuarmos que as ideias defendidas por Veiga dos Santos e que circulavam no meio frentenegrino faziam parte de um contexto mais amplo que teve influência do corporativismo surgido na Europa na segunda metade do século XIX e foi desenvolvido especialmente entre o período das duas guerras mundiais, tendo como características a negação da democracia-liberal e a reação capitalista autoritária contra o avanço do socialismo (Allan, 2010). Segundo Hobsbawm (1995), durante a Era da Catástrofe, o liberalismo passou por um recuo significativo que se intensificou ainda mais quando Adolf Hitler assumiu o cargo de chanceler da Alemanha em 1933. Em termos globais, em 1920, havia aproximadamente 35 ou mais governos constitucionais e eleitos (dependendo da classificação de algumas repúblicas latino-americanas). Todavia, até 1938, esse número teria

diminuído para 17 Estados e, em 1944, provavelmente apenas 12, de um total global de 65, o que indicava forte tendência mundial de diminuição dos regimes democráticos. O perigo das democracias liberais, segundo Hobsbawm (1995), vinha estritamente da direita, pois a onda de revolução social, identificada com os partidos e movimentos sociais de esquerda, viria após a Segunda Guerra Mundial. Para o autor,

O perigo vinha exclusivamente da direita. E essa direita representava não apenas uma ameaça ao governo constitucional e representativo, mas uma ameaça ideológica à civilização liberal como tal, e um movimento potencialmente mundial, para o qual o rótulo “fascismo” é ao mesmo tempo insuficiente mas não inteiramente irrelevante. Insuficiente porque de modo algum todas as forças que derrubavam os regimes liberais eram fascistas. E relevante porque o fascismo, primeiro em sua forma original italiana, depois na forma alemã do nacional-socialismo, inspirou outras forças antiliberais, apoiou-as e deu à direita internacional um senso de confiança histórica: na década de 1930, parecia a onda do futuro. Como foi dito, por um expert no assunto: “Não foi por acaso [...] que os ditadores da realeza da Europa Oriental, burocratas e oficiais, e Franco (na Espanha) imitaram o fascismo” (Linz, 1975, p. 206) (Hobsbawm, 1995, p. 93).

No decorrer de todo o período de enfraquecimento do liberalismo, nenhum regime democrático liberal foi derrubado pela esquerda, mesmo que o medo da revolução social e do importante papel dos comunistas nela fosse bastante real. Os movimentos de direita tinham em comum o medo da revolução social e o autoritarismo contra as instituições liberais e eminentemente nacionalistas. Estas forças que foram capazes de derrotar os regimes liberais democráticos do início do século XX se dividiam em três grupos, segundo Hobsbawm (1995). O tipo autoritário ou conservadores anacrônicos, que não tinham qualquer compromisso político ideológico pessoais, além do anticomunismo e dos preconceitos de classe. Este tipo poderia se descobrir aliado à Alemanha de Hitler e a movimentos fascistas em seus países, mas só porque, na conjuntura entreguerras, a aliança “natural” era a realizada por todos os setores da direita política. Claro que considerações nacionais podiam entremear-se a essa aliança” (Hobsbawm, 1995, p. 94). O segundo tipo eram o que o autor denomina de verdadeiramente fascistas, tendo a experiência italiana como o primeiro fenômeno que deu nome ao fascismo. O fascismo italiano foi pioneiro, mas sozinho não era capaz de exercer o engajamento internacional, foi necessário o sucesso de Hitler na Alemanha no início de 1933 para que o fascismo ganhasse capilaridade em termos internacionais. O nazismo alemão elevou o movimento fascista ao patamar global durante a Segunda Guerra Mundial, tendo apoiadores e simpatizantes em toda parte do mundo.

O terceiro tipo analisado por Hobsbawm (1995), e o que mais interessa para nossa análise, é o tipo denominado de estatismo orgânico, ou regimes conservadores, que reivindicava a defesa da ordem tradicional, mas, na verdade, seu principal objetivo era recriar seus princípios como uma forma de defender-se do individualismo liberal e da ameaça do trabalhismo e do socialismo. Esse tipo conservador nutria profunda nostalgia pelo passado, construindo uma imagem de uma Idade Média, sociedade feudal ou colonial (caso do Brasil) quando a sociedade se organizava em uma hierarquia social harmoniosa. Mesmo que a existência de classes sociais fosse reconhecida, era mantida a distância a aterradora realidade da luta de classes em nome de uma voluntária aceitação da hierarquia social. Cada grupo social ou “estamento” tinha seu papel definido em uma sociedade orgânica composta por todos, devendo ser reconhecido enquanto entidade coletiva (Hobsbawm, 1995). O historiador afirma, ainda, que esse tipo produziu vários modelos teóricos corporativistas, que visavam substituir a democracia liberal pela representação de grupos econômicos e sociais com seus interesses particulares, como diz o autor:

Às vezes esta era descrita como participação ou democracia “orgânica”, e portanto melhor que a real, mas de fato combinava-se sempre com regimes autoritários e Estados fortes governados de cima, em grande parte por burocratas e tecnocratas. Invariavelmente limitava ou abolia a democracia eleitoral (“Democracia baseada em corretivos corporativos”, na expressão do prelado húngaro conde Bethlen) (Ranki, 1971). Os exemplos mais acabados desses Estados corporativos foram encontrados em alguns países católicos, notadamente Portugal do professor Oliveira Salazar, o mais longo de todos os regimes antiliberais da direita na Europa (1927-74), mas também na Áustria entre a destruição da democracia e a invasão de Hitler (1934-8), e, em certa medida, na Espanha de Franco (Hobsbawm, 1995, p. 93).

A doutrina corporativista tinha como objetivo ser uma alternativa ao liberalismo e ao socialismo. O liberalismo, para os corporativistas, era um propulsor de desigualdades que contribuía para a luta de classes; o socialismo, a negação dos valores tradicionais religiosos e culturais de cada país, como afirma a historiadora D’Araujo (2019, p. 227):

O capitalismo era apontado pelos teóricos do corporativismo como um modelo econômico e social gerador de desigualdades, mas principalmente fomentador de conflitos e de lutas entre as classes, o que por sua vez criava instabilidade, crises financeiras, miséria e guerras. O Estado capitalista era entendido como um agente fraco, débil, sem iniciativa e, portanto, incapaz de fazer correções na sociedade, no mercado e na produção. O socialismo, por seu turno, era condenado, entre outras coisas, por impor pela força o que seria uma falsa igualdade social, por pregar o materialismo e, ainda, por negar valores tradicionais das culturas e das religiões ocidentais. A ditadura do proletariado, que assustava o mundo liberal, era percebida pelo corporativismo como uma solução equivocada, pois geraria novas formas de opressão e de conflito.

O corporativismo teve amplo apoio e influência da Igreja Católica romana. Os regimes reacionários do tipo corporativista tinham origem anterior ao fascismo. Não obstante, tais regimes se diferenciavam do fascismo em diversos aspectos, mas os seus objetivos, suas metas e seus inimigos eram exatamente iguais. Adotado por governos nacionalistas, autoritários e fortes, o regime corporativo se organizava em um sistema vertical e hierárquico de governo, de cima para baixo, sem espaço para o antagonismo de classes, o que aproximou os movimentos fascistas por identificação (Hobsbawm, 1995). Dessa forma, os interesses nacionais deveriam ser julgados pelo Estado, um Estado que, de forma arbitrária, tocava o projeto de harmonização social entre as necessidades dos trabalhadores e capitalistas, tudo em nome do “interesse geral da nação”. A pesquisadora D’Araújo (2019, p. 227) afirma:

Para tanto, o Estado precisaria ser investido de mais poder. Os partidos e as organizações políticas típicas da política liberal, concebidos como responsáveis pelos conflitos, deveriam ser substituídos por novas organizações que produzissem o consenso. Na proposta corporativista caberia ao Estado, através de sua elite dirigente, definir novas formas de organização e de participação. Dentro dessa preocupação julgava-se que as sociedades deveriam ser organizadas a partir dos grandes ramos da produção econômica, o que por sua vez definiria, no plano macro, os interesses mais amplos da sociedade.

Foi esse modelo de regime político, caracterizado pelo conservadorismo e autoritarismo, que inspirou o sindicalismo corporativo brasileiro do regime varguista e o projeto de nação do chefe dos frentenegrinos. O modelo consolidado por Vargas, principalmente no Estado Novo, vinha desde a Primeira República sendo teorizado por intelectuais e políticos profissionais, como afirma Gomes Â. (2004, p. 1):

Desde a Primeira República, foi construído, por meio de intelectuais e “políticos profissionais”, um resistente imaginário que desconfia dos agentes, das práticas e das instituições políticas características da liberal-democracia representativa, acusando-os tanto de agir secretamente quanto de serem ineficazes em relação ao seu verdadeiro objetivo, ou seja, a defesa dos interesses dos representados.

Gomes Â. (2004) destaca Oliveira Viana como principal intelectual que pensou o corporativismo no Brasil bem como importante teórico brasileiro que acreditava que o liberalismo era incompatível com a realidade brasileira. Para Oliveira Vianna, o povo brasileiro seria desprovido do senso de solidariedade social, sendo impossível se reunir em

defesa de causas de interesse coletivo¹⁰. Oliveira Vianna foi consultor jurídico e assessor técnico em economia social do Ministério do Trabalho do Governo Provisório de Getúlio Vargas, integrou, em 1932, as comissões técnicas do ministério, criado um ano antes pela chefia de Lindolfo Collor. Sua função era elaborar e sistematizar a legislação social e trabalhista brasileira, sendo o principal mentor.¹¹ O corporativismo encontrou no Brasil as bases ideais para sua consolidação, tendo em Oliveira Vianna uma das principais lideranças à frente do projeto de governo e poder de Getúlio Vargas. Em discurso pronunciado no dia 29 de outubro de 1932, Vargas (1932, p. 3) afirmou:

Na atuação do Governo Provisório, através dos diversos departamentos de sua atividade, não há, nem deve haver, ações isoladas, quase sempre pessoais e dispersivas. Para bem servir ao país, cumpre norteá-la segundo um pensamento único e central, visando exclusivamente o interesse coletivo. As iniciativas realizadas pelo Ministério do Trabalho, que hoje aplaudem, têm esse sentido constructor e predeterminado, que encontra estímulo e finalidade no plano renovador, imposto pela nação, vitoriosa em 1930.

Disse Vargas (1932, p. 4) “Entramos, definitivamente, num período de ordem, de segurança e de firmeza de ação. Aproveitemo-lo para concluir a obra de reconstrução social e política, que consagra, nos nossos anais, o pensamento de renovação triunfante em 1930”.

A concepção do sindicalismo corporativista de Vargas buscava criar uma sociedade que fosse organizada em grandes áreas de atividade, para que, com isso, conseguisse conciliar os interesses antagônicos de classe entre capital e trabalho. “No caso do Brasil, para cada profissão haveria um, e apenas um, sindicato de trabalhadores. A lógica do modelo, a partir de 1939, não permitia a pluralidade sindical” (D’Araujo, 2019, p. 229). Os empresários também entravam na engrenagem do governo, reunindo-se em sindicatos patronais. De certa forma, o

¹⁰ Segundo Vianna (2005), “Em decorrência de tais deficiências, os partidos políticos brasileiros não representariam correntes de opinião nem interesses de classes ou segmentos da sociedade, mas seriam meros aglomerados sem conteúdo, cujo único objetivo seria o assalto aos cargos públicos, para a posse e a fruição de suas vantagens. Assim, instituições políticas baseadas na representação popular por meio do sufrágio universal e dos partidos políticos não teriam como funcionar no Brasil, sofrendo inevitável degradação, por serem contrárias à índole do povo. Essa índole ou ‘alma’ popular seria a resultante das raízes culturais ibéricas submetidas às influências do meio geográfico brasileiro e às características específicas dos processos de colonização e exploração econômica. Do conjunto desses fatores teria surgido uma estrutura social e econômica peculiar em interação com a mentalidade coletiva do povo. Portanto, o Brasil teria especificidades que o singularizariam entre as demais nações e que constituiriam o Brasil real. Somente instituições políticas cujas disposições estivessem em consonância com as características orgânicas do Brasil real poderiam funcionar com eficácia”. VERBETE CPEDOC: <https://www18.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/francisco-jose-de-oliveira-viana>. Acesso em: 14 set. 2023.

¹¹ Oliveira Vianna permaneceu como consultor jurídico e “assessor técnico em economia social” do Ministério do Trabalho até 1940. Nesse período, em 1937, foi eleito membro da Academia Brasileira de Letras. Nomeado ministro do Tribunal de Contas da União em 1940, exerceria esse cargo até sua morte em 1951. VERBETE CPEDOC: <https://www18.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/francisco-jose-de-oliveira-viana>. Acesso em: 14 set. 2023.

intuito era reunir todos os interesses em um único canal de expressão onde a unidade nacional era a palavra de ordem do governo, como afirmava Vargas (1934, p. 199):

A unidade brasileira é, principalmente, um patrimônio de ordem moral. A formação política do nosso país contrariou, com espanto dos sociólogos, as lições da história sul-americana. Tudo conspirava, aqui, para quebrar a corrente de elos que prendiam as nossas variadas regiões e os nossos complexos núcleos humanos.

Como podemos verificar, as ideias que influenciaram a atuação política de Veiga dos Santos vinham de longe e se tornaram hegemônicas no entreguerras, tanto fora quanto dentro do País. O patrianovismo, berço de formação de Veiga dos Santos, nada mais era que uma versão brasileira do movimento corporativista; sua proposta era antiliberal, anticomunista, antirrepublicana, que visava à instalação de uma monarquia corporativista, em nome da ordem e da tradição cristã. Veiga dos Santos levou essas ideias para dentro da Frente Negra Brasileira, conquistando muitos adeptos, mas não sem resistência da ala mais à esquerda do movimento. Mesmo que tenha sido celebrada a “vitória moral” de Veiga dos Santos em primeira página do periódico da organização, na prática, sua candidatura foi um fracasso visto que não se elegeu a deputado da Constituinte, o que culminou em seu desgaste como liderança dentro da FNB e abriu espaço para o grupo de José Correia Leite, seu opositor, dentro da organização, tornando-se hegemônico após a demissão de Veiga dos Santos da presidência em 1934.

José Correia Leite foi um dos fundadores do jornal *O'Clarim da Alvorada* junto com Jayme de Aguiar. O jornal foi um importante periódico para a imprensa negra, sendo um espaço para as vozes discordantes dos rumos ideológicos que a Frente Negra levava ao movimento sob liderança de Arlindo Veiga e seu irmão, Isaltino Veiga dos Santos. Correia Leite também fez parte da fundação da Frente Negra Brasileira, mas rompeu com o movimento em 1931 em razão dos conflitos ideológicos e políticos dentro do movimento. A oposição à Frente Negra fez com que ele fundasse, em 1932, o Clube Negro de Cultura Social, idealizado por Leite e Assis Barbosa e que tinha objetivos esportivos e culturais¹². As divergências de Correia Leite e o grupo dos Veigas dos Santos dentro da Frente Negra datavam desde a origem desta e perduraram até o fim da organização, como afirma Malatian (2017):

¹² José Correia Leite. **Inteafro**: portal da literatura afro-brasileira, 14 dez. 2020. Disponível em: <http://www.ltras.ufmg.br/literafro/ensaistas/1391-jose-correia-leite> Acesso em: 23 maio 2023.

O relato de Correia Leite sobre a fase de planejamento da entidade dá conta de uma divergência de fundo sobre posições políticas inconciliáveis, que já vinha minando sua participação do grupo fundador, e se acirrou logo no momento de sua oficialização. Porém ele não conseguiu adeptos em número suficiente para permanecer na entidade, que se encaminhava para a constituição de um bloco monolítico do ponto de vista da orientação política (Malatian, 2017, p. 7).

O grupo liderado por Correia Leite disputava política e ideologicamente o seu espaço na Frente Negra, contrário às ideias conservadoras do grupo de Arlindo e Isaltino Veiga dos Santos que tinham a simpatia da maioria dos fretenegrinos. Logo na reunião que definiria o estatuto da organização, Correia Leite, que fazia parte do conselho, foi impedido de participar da reunião que decidiria os rumos da organização, no Palacete Santa Helena, na capital paulista. O estatuto ficou a cabo do grupo do patrianovista Arlindo Veiga. Malatian (2017, p. 8) recupera um trecho do depoimento de Leite (1992):

Quando nós chegamos ao Palacete Santa Helena, fomos barrados. Não deixaram a gente entrar e os estatutos foram aprovados. Eu era membro do conselho e mesmo assim não me deixaram entrar, porque sabiam que eu ia denunciar aquela coisa do Arlindo Veiga dos Santos estar usando a Frente Negra prá veicular as ideias monarquistas do patrianovismo dele. Eu fui consignado para participar do conselho da Frente Negra antes da aprovação dos estatutos. De modo que quando houve a assembleia para a provação, aí que iam formar legalmente o conselho, que já tinha sido escolhido antes. Quando aprovaram os estatutos, com apenas dez artigos, comecei a pensar na minha demissão.

O grupo de Correia Leite pretendia protestar contra as ideias de Veiga dos Santos para que elas não fossem absolutas no texto final do estatuto. Segundo Correia Leite, o estatuto era copiado do fascismo italiano e seu grupo não concordava com as ideias com que Arlindo Veiga estava guiando a FNB.

Divididos em facções, os fretenegrinos digladiaram-se numa luta intramuros, que constitui o fio condutor da construção da memória e da história do movimento, mesmo tendo fracassado a tentativa de cooptação da FNB pela Ação Integralista Brasileira, cuja extensão permanece desconhecida a não ser por relatos esparsos. Os estatutos da Frente previam a participação da entidade no processo político institucional como grupo organizado, visando preencher cargos de representação, o que convinha a Veiga dos Santos já que lhe era impossível candidatar-se às eleições como membro da AIPB. A escassa votação por ele alcançada não deixa dúvidas quanto à perda de liderança e ao fracasso da tentativa patrianovista de conduzir esse movimento e portanto, de mobilização popular (Leite, 1992 *apud* Malatian, 2017, p. 9).

Apesar da crise, a influência de Veiga dos Santos persistiu e ele continuou como colaborador do jornal *A Voz da Raça* e atuou como consultor jurídico mesmo após sua demissão como presidente em 1934. Nessa época, segundo Malatian (2017), o grupo de Correia Leite se tornou hegemônico e os patrianovistas sofreram uma derrota tanto nos registros históricos quanto na memória coletiva.

2.3 A FNB E A “REVOLUÇÃO DE 1930”

O processo de representação e mobilização negra na cidade de São Paulo na década de 1930, especialmente com a FNB e mais tarde com a Legião Negra em 1932, nos dá subsídios para interpretarmos as relações construídas da comunidade negra entre as ideias de raça, revolução e identidade nacional na sociedade brasileira da década de 1930. Segundo Gomes F. (2005), os jornais da época revelavam como eram elaborados os contornos do engajamento de uma parcela da população negra paulistana, que se autodeclarava como “classe de cor”, em relação à “Revolução” de 1930.

Em São Paulo, nem todas as associações representantes dessa classe definiram-se quanto ao apoio aos revolucionários de 1930. A referência aos acontecimentos que marcaram o período aparece de forma bem dissimulada nos editoriais de alguns jornais, em tom de advertência quanto à manutenção da ordem e à defesa de “ideais patrióticos” para os quais não deveriam haver diferenças de raça ou religião (Gomes F., 2005, p. 507).

No entanto, havia certo alvoroço com a possibilidade de mudança que se apresentava, mesmo que incertas. De acordo com Munanga (2020), a “revolução de 1930” se propunha como um ponto de não retorno a uma parte da população. Como ressalta Munanga (2020, p. 82), “[...] em 1930 opera-se no Brasil uma evolução que buscava novos caminhos na orientação política do País, tendo como preocupação principal o desenvolvimento social”. Conforme Gomes F. (2005), José Correia Leite, em um texto de memórias publicado na década de 1990, relembra como foi o clima da “classe de cor”:

Antevendo a possibilidade de ver a situação mudada com a Revolução de 30, os negros entusiasmaram-se e passaram a encará-la como a solução de todos os seus males. Na fase revolucionária os negros estavam contentes. Podia mesmo ser observado, entre eles, um espírito vingativo: a satisfação de ver aqueles velhos homens da política perderem a posição dominante. A revolução, feita para liquidar um estado de coisas que predominava desde o início da República, serviu, na realidade, para satisfazer a ânsia dos que estavam por baixo, em ocupar uma posição de destaque na vida nacional –

pelo menos, aos que viveram a situação revolucionária, assim se apresentavam (Gomes F., 2005, p. 507).

Apesar de o movimento “revolucionário” impulsionar os ânimos de certa parcela da população negra por efeito de promessas de mudanças, no entanto, segundo Gomes F. (2005, p. 518), podemos “[...] observar que as relações de algumas lideranças com a política e os partidos paulistas fizeram com que suas posições não fossem publicamente manifestadas na primeira hora”. Como discutimos anteriormente, a FNB e seu primeiro presidente, junto ao seu grupo político, apoiavam francamente Getúlio Vargas e a “revolução de 1930”. As declarações de apoio à “revolução de 1930” e depois ao regime Vargas foram feitas nas páginas do jornal do movimento, *A Voz da Raça*. Nele, Veiga dos Santos, entre outros articulistas, publicou repetidas declarações de aprovação à ideologia varguista.

Em artigo escrito em 1933, no periódico *A Voz da Raça*, Veiga dos Santos deixava clara sua posição de apoio à “Revolução de 30”, em oposição à Primeira República, momento político compreendido como de total abandono social e econômico para comunidade negra. O texto se dedicava, também, a desfiar críticas à ala socialista da Frente Negra, que não apoiava Vargas e sua política. Em outro artigo, de 08 de julho de 1933, outro articulista proferiu elogios animados à “Revolução de 30”:

A Revolução traz quase sempre evolução. Pois bem, graças a deus, a revolução de 30 foi o que despertou os últimos mimos do coração do negro de ha muito espesinhado no conceito da sociedade brasileira. E daí nasceu o mais forte desejo entre os negros de se colocarem a altura dos seus merecimentos. É o negro de lá pra cá tem procurado consolidar a sua educação, cimentando-a com a instrução (*A Voz da Raça*, 8 de julho de 1933, p. 2).

A ideia de que a “revolução de 1930” traria “evolução” para a população negra, apesar de não ser unânime dentro da própria FNB, de acordo com Gomes F. (2005), se dava não porque o programa político dos “revolucionários” incluía os negros em seus planos, mas porque os negros faziam parte da massa de trabalhadores que viriam a ser beneficiadas pelas políticas sociais do governo Vargas.

Em editorial, intitulado ‘Irmãos negros!’, Veiga dos Santos, em meio a críticas à ala socialista do movimento e elogios à “revolução” de 1930, escreveu: “Negros patricios! [...] Somos hoje, graças a Deus, independentes e livres dentro da nova ordem de coisas estabelecida pela Revolução de Outubro” (*A Voz da Raça*, 15 de abril de 1933, p. 1). Também descreveu a forma pela qual ele compreendia a relação entre o negro e a política da Primeira República:

Negros fretenegrinos! Não sujeiteis novamente a ser capachos de ambiciosos, ou capangas braçais ou intelectuais com as explorações partidárias dos que somente desejam a vossa força (como nos ominosos tempos da República Velha) para as horas amargas e vos afastaram sempre nas horas de alegria e da vitória (*A Voz da Raça*, 15 de abril de 1933, p. 1).

É essencial esclarecermos que esse fragmento possivelmente se refere aos conflitos internos entre o grupo liderado por Arlindo Veiga, que se opunha ao liberalismo e se identificava com a ideologia nacionalista promovida pela política varguista, e outro grupo mais alinhado à esquerda, liderado por José Correia Leite. No entanto, ao lembrar seus desafetos das explorações que o povo negro sofrera no regime anterior à “revolução” de 1930, o trecho nos revela ao menos qual a percepção que ele, homem negro e chefe do mais relevante movimento negro dos anos 1930, tinha da Primeira República e de sua relação com população negra. Mesmo sendo um militante de uma ala mais radical à direita e com ideias conservadoras e monarquistas, o racismo não lhe escapava.

2.4 FRENTE NEGRA SOCIALISTA E LEGIÃO NEGRA: DISSIDENTES REVOLUCIONÁRIOS

A Revolução Constitucionalista de 1932 foi um levante armado contra o Governo Provisório de Getúlio Vargas, com os objetivos de destituí-lo e estabelecer uma nova Constituição. Iniciado em 9 de julho de 1932 em São Paulo, o movimento foi liderado pelas elites paulistas, apoiadas pelas classes médias e pelos setores populares. Os objetivos primordiais da revolta eram restaurar a constitucionalidade do país e suspender a intervenção federal nos estados. Antes disso, ocorreu a formação da Frente Única Paulista (FUP), que uniu os setores oligárquicos ligados ao Partido Republicano Paulista (PRP) e ao Partido Democrático (PD). Na vanguarda das forças rebeldes estavam remanescentes da “revolução de 1930”, como Bertoldo Klinger e Euclides Figueiredo, além do antigo líder do levante de 1924, Isidoro Dias Lopes. A revolução contou com amplo apoio de diversos setores da sociedade paulista, incluindo intelectuais, industriais, estudantes e outros representantes das camadas médias bem como políticos associados à Primeira República.¹³

¹³ A luta armada dos constitucionalistas ficou restrita ao estado de São Paulo. Os governos do Rio Grande do Sul e Minas Gerais, que a princípio viam com bom olhos a campanha pela constitucionalização, resolveram não enfrentar a força militar do governo federal. Isolados, os paulistas não tiveram condições de manter por muito tempo o levante e assinaram sua rendição no dia 3 de outubro de 1932. Revolução Constitucionalista de 1932. CPDOC. Disponível em: <https://jk.cpdoc.fgv.br/fatos-eventos/revolucao-constitucionalista-de-1932#:~:text=Movimento%20armado%20de%20car%C3%A1ter%20liberal,a%20interven%C3%A7%C3%A3o%20federal%20nos%20estados>. Acesso em: 24 maio 2023.

Durante esse período, o interventor de São Paulo, Pedro Manuel de Toledo, procurou o apoio da FNB na guerra, destacando, assim, a importância política e o peso da comunidade negra naquele momento. Essa situação resultou em uma divisão significativa dentro da FNB entre os grupos que apoiavam a revolta de 1932 e os que apoiavam Getúlio Vargas. A organização emitiu uma declaração pública de neutralidade frente ao pedido de Manoel Toledo, como podemos verificar no artigo *Milicianos de fé*, de Olavo Xavier:

Para exemplo, basta recordar a eficiência cívica de organizações tais, no casarão da F. N. B., no período da última rebelião. Os negros, patrioticamente disciplinados, moral, cívica e militarmente, deixaram-se conduzir, inabaláveis e fortes, pelo mesmo ritmo de um comando: “Não aderimos”. Isto foi uma ordem. Unisoma. Irrevogável. Houvesse o que houvesse. E assim, pois, garantiram sob as ameaças impertinentes do m. m. d. c, a neutralidade mais notável que se poderia supor numa gente essencialmente revoltada. E' verdade que, neutralidade, não houve, posto que os negros agiram quasi que acintosamente, isto é, num apoio franco e teemerario ao governo do sr. Getúlio Vargas, sem que os rebeldes executassem uma sequer de suas tenebrosas ameaças (*A Voz da Raça*, 29 de abril de 1933, p. 4).

O artigo também defendia a legalidade da criação de milícias particulares, em especial, a criação da milícia da FNB que tinha como inspiração as milícias integralistas da AIB. O artigo, inclusive, utilizava a milícia da AIB como exemplo de sucesso e legalidade assim como a disciplina fretenegrina em apoio ao governo na revolução constitucionalista de 1932.

A criação de milícias em S. Paulo ou no Brasil, não pode, absolutamente, ser criticada e principalmente, a milícia da Frente Negra Brasileira, que já tendo dado mostras do seu acendrado amor a ORDEM, não está com Sancho nem com Martins – está somente ou simplesmente com a Pátria (*A Voz da Raça*, 29 de abril de 1933, p. 4).

O viés conservador e a “neutralidade” da FNB levaram o grupo liderado por Joaquim Guaraná de Santana a romper com a organização e apoiar o exército constitucionalista. Eles formaram a Legião Negra, grupo que participou de várias operações militares, incluindo guerrilhas nas matas e montanhas, bem como batalhas campais, em que homens e mulheres se engajaram na linha de frente. As mulheres negras tiveram importante papel nas fileiras da guerra, tanto nas campanhas beneficentes e atendimento aos feridos quanto na frente de batalha. O envolvimento das mulheres no conflito foi intenso e, em alguns casos, decisivo para o avanço ou recuo das tropas constitucionalistas (Domingues, 2008). O autor remonta o relato de uma mulher negra que participou ativamente na linha de frente da batalha. Maria Soldado, como ficou conhecida, foi destaque nos jornais da época. Eis um trecho do jornal *A gazeta* para ilustrar a história de Maria Soldado:

Uma mulher de cor, alistada na Legião Negra, vencendo toda a sorte de obstáculos e as durezas de uma viagem acidentada, uniu-se aos seus irmãos negros em pleno entrincheiramento na frente do Sul, descrevendo a página mais profundamente comovedora, mais profundamente cheia de civismo, mais profundamente brasileira da campanha constitucionalista ao desafiar a morte nos combates encarniçados e mortíferos para o inimigo. Maria da Legião Negra! Mulher abnegada e nobre da sua raça! (A Gazeta, 1932, p. 3, *apud* Domingues, 2008, p. 122).

O jornal destaca o heroísmo da combatente frente aos seus inimigos no campo de batalha. Maria Soldado, mesmo ferida em combate, retornou ao campo de luta poucos dias depois, impressionando os jornais paulistas da época. Cozinheira de família, Maria entregou seu trabalho e se filiou à Legião Negra para ir ao campo de batalha. Para Domingues (2008), a bravura de Maria, ao lado das tropas constitucionalistas, fez com que ela se transformasse em um dos símbolos, muitas vezes esquecidos ou apagados da história da luta pela democratização do Brasil.

Além das ações militares, os legionários realizaram campanhas beneficentes, arrecadando doações por meio de festivais e eventos públicos. Com a mobilização civil com ações beneficentes desenvolvidas para arrecadar insumos e donativos para a manutenção dos batalhões em guerra, a Legião Negra se dedicou a recolher donativos por meio de festivais, cerimônias públicas e eventos esportivos por meio de uma comissão beneficente. Segundo Domingues (2008), a maioria dos grupos assistencialistas era dirigida por mulheres brancas da elite paulista, no entanto as mulheres negras da Legião também tiveram importante papel na arrecadação dos fundos, principalmente para os combatentes negros que muitas vezes não eram assistidos pelas esposas da elite branca de São Paulo, como afirma o autor:

A Legião Negra, por sua vez, organizou um grupo assistencial específico, vinculado ao comando civil da organização [...] Portanto, vale salientar que a Legião Negra tinha constante preocupação de atender as famílias de soldados negros carentes, bem como os órfãos, os inválidos e as viúvas da guerra. Esse trabalho precisava ser realizado em conjunto com as “associações dos homens de cor”. Como é possível verificar na entrevista de José Bento de Assis, a tarefa central daquele serviço de auxílio era assegurar educação e saúde (atendimento médico e medicamentos) para as famílias dos legionários. Além disso, a Legião Negra esforçava-se para garantir a alimentação, roupa e às vezes abrigo, principalmente às famílias dos soldados que moravam no subúrbio (Domingues, 2008, p. 128).

De forma geral, a atuação dos legionários no conflito gerou atenção da imprensa em razão da constante demonstração de coragem, disciplina e patriotismo dos combatentes da Legião. De acordo com Domingues (2008), eles eram descritos como guerreiros impávidos pela imprensa paulistana.

A presença da Legião Negra no *front* impunha respeito ao inimigo e, ao mesmo tempo, transmitia a sensação de segurança às demais tropas do exército constitucionalista; talvez por isso o oficial Francisco Salgado termine a entrevista acima assinalando que “nenhum batalhão entra em fogo sem a Legião Negra”. A abnegação, a intrepidez, a disciplina, a capacidade de resistência e a determinação em prol de uma causa coletiva teriam sido os valores que nortearam a ação dos negros na hoste constitucionalista (Domingues, 2008, p. 138).

A rendição do exército constitucionalista em outubro de 1932 marcou a derrota da “revolução” e o fim da Legião Negra como organização militar. O fracasso do exército constitucionalista gerou revolta aos paulistas que acusavam os combatentes de traidores visto que “[...] os paulistas não admitiam a humilhante derrota contra a “ditadura” de Getúlio Vargas” (Domingues, 2008, p. 141). A organização foi rebatizada como Legião Negra do Brasil, transformando-se em uma entidade civil, beneficente, cultural e filantrópica, que permaneceu ativa e defendendo os direitos da população negra até meados da década de 1960.

2.5 FRENTE NEGRA BRASILEIRA SOCIALISTA

No interior da Frente Negra, as tensões e os conflitos sempre existiram; de um lado, Arlindo Veiga dos Santos alinhado à ideologia patrianovista e ao integralismo, um líder carismático que atraía grande quantidade de seguidores; de outro, a ala socialista que criticava a guinada à extrema-direita do movimento sob liderança dos irmãos Veiga dos Santos. Esses conflitos geraram dissidentes que, por sua vez, criaram os seus próprios grupos em oposição à linha conservadora que a Frente Negra seguira até então. Grupos como a Legião Negra e a Frente Negra Brasileira Socialista são exemplos de dissidentes que romperam com a entidade e criaram suas próprias organizações, visando não apenas à sua independência política e ideológica distinta dos Irmãos Veiga dos Santos, como também tinham o objetivo de defender a causa do povo negro frente ao abandono e ao racismo sofrido na cidade de São Paulo e inevitavelmente em toda a sociedade brasileira.

A Frente Negra Brasileira Socialista foi uma ala da Frente Negra contrária às ideias monarquistas e fascistas que permeavam a organização. Essa ala mais tarde se tornaria uma agremiação com estatuto¹⁴ publicado em diário oficial do Estado de São Paulo, organizando e estruturando as linhas de ação e os objetivos da agremiação. A Frente Negra Socialista foi fundada em março de 1933, liderada por Sebastião Schiffini e por Manoel Passos. Ligada ao

¹⁴ O estatuto foi publicado em 21 de julho de 1933, no Jornal do Estado (Diário Oficial de São Paulo).

Partido Socialista Brasileiro de São Paulo, vinculado ao interventor de São Paulo, Waldomiro Castilho de Lima, a sede da Frente Negra Socialista funcionava em uma sala no mesmo prédio da central do Partido Socialista Brasileiro. Em nota, o *Jornal do Estado* (órgão oficial dos poderes do Estado de São Paulo) publicava que o escritório da Frente Negra Socialista recebia inúmeras adesões dos “homens e senhoras de cor”, que moravam na capital paulista e que a ala socialista da Frente Negra estava em “pleno acordo com a orientação política do PSB” (São Paulo, 1933, p. 1). A nota ainda dizia que a criação da Frente Socialista tratava-se de “uma obra revolucionária no país” (São Paulo, 1933, p. 1).

As dissidências eram comuns na FNB. Outros grupos, além dos já citados, foram criados, como o Clube Negro de Cultura Social, que, segundo Gomes F. (2005), era um núcleo de associados de jovens que se tornaram, com o tempo, destaques na FNB, como Raul Joviano do Amaral e Rubens da Costa. No entanto, “[...] outros grupos contrários ao grupo de Veiga dos Santos permaneceram dentro da entidade, tentando viabilizar o sonho da unidade da “classe de cor” em torno de uma entidade forte” (Gomes F., 2005, p. 550). As críticas à FNB tinham como principal fundamento o posicionamento de seu presidente que retrucava generalizando os seus críticos, como escreve Gomes F. (2005, p. 550):

Se de um lado toda e qualquer crítica à FNB tinha como fundamento as posições de seu presidente publicadas nos editoriais de *A Voz da Raça*, este, por sua vez, não poupava generalizações em seus contra ataques, identificando como “inimigos da raça” os seus opositores, denominando-os “comunistas” e “bolchevista”. Respondendo ao grupo que editava *A Chibata*, Arlindo abordaria ideais defendidos pela Frente por meio de ataques antissemitas e xenófobos.”

Mesmo que nos primeiros anos da presidência de Arlindo Veiga dos Santos suas ideias tenham sido hegemônicas dentro da entidade, quanto mais longe da capital, mais fraca parecia ser a influência da vertente nacionalista (Gomes F., 2005). Em mensagem publicada no jornal do Estado (*Diário Oficial do Estado*, 1993), é contado como foi recebida a delegação da Frente Negra Socialista pelo núcleo da cidade de Santos, que apoiava o Partido Socialista de São Paulo:

Atendendo a um convite que recebeu da Frente Negra Brasileira de Santos que acabara de empossar sua nova diretoria, a Frente Negra Brasileira Socialista, desta capital, enviou, anteontem, uma delegação a Santos, para se avistar com os atuais mentores daquela agremiação política-racial. Carinhosamente recebida pelos frentenegrinos santistas a referida delegação esteve a noite na ampla sede social da citada sociedade, onde se realizou uma recepção dos visitantes socialistas. [...] A visita dos frentenegrinos socialistas produziu grande entusiasmo nos círculos negros santistas,

devendo dentro em breve realizar-se em santos uma série de conferências publicas, referentes a atuação dos pretos no momento politico-racial que o pais atravessa (São Paulo, 1933, p. 5).

No entanto, na sede da capital paulista, o conflito era deliberado, o que era explícito nas páginas do jornal *A Voz da Raça*, que se defendia contra a acusação de ser monarquista:

A Frente Negra Brasileira, não visa explorações partidárias na política nacional. A sua ação limita-se no terreno da harmonia e coletividade da raça. Uma orda de indesejáveis vinda de outros países, garatujara [sic] nos jornais do dia 15 do corrente, escorando-se no negro, fazendo-o de testa de ferro. Para isso, elogia a Frente Negra Socialista e investe contra a Frente Negra Brasileira, a fim de provocar-lhe a desarmonia, com a unica arma que lhe sobra que é taxar de monarquista os negros que a apoia, dizendo ainda mais, esses indezejaveis e favorecidos pela nossa bondade de brasileiros, que os conceitos emitidos por esta agremiação não interessa a eles socialistas, e vem logo citando o nome do Dr. Manoel dos Passos, que é o chefe da Frente Negra Socialista. Não golpeamos aqui e nunca os conceitos ideológicos dessa agremiação porque somos obedientes às leis e mesmo agora em que as agremiações negras estão em vias de um congreamento luminoso para a raça, respeitando para tal fim, as ideologias políticas e religiosas de cada uma (*A Voz da Raça*, 20 de janeiro de 1934, p. 1).

O artigo enfatizava, ainda, que, no interior da sede da FNB, foi colocado um cartaz escrito em letras garrafais que era proibido discutir política ou religião na sede, sendo permitido, aos associados, debater esses assuntos somente fora da sede. As divergências no interior da FNB não eram novidade principalmente entre as alas socialistas ou esquerdistas e a ala monarquista. Segundo Gomes F. (2005), mesmo com as divisões, no ano de 1934 nutria-se certa esperança de algumas lideranças de constituírem um órgão federativo de lideranças negras. “A ideia da criação da Federação das Associações de Gente Negra acabou não prosperando, apesar da campanha do *A Voz da Raça*” (Gomes F., 2005, p. 600).

3 RAÇA COMO CATEGORIA DISCURSIVA: DEMOCRACIA RACIAL E PROJETO DE PODER

Depois do seu árduo trabalho - quando lhe dão - é quase sempre mesquinhamente remunerado, continua na senzala do seu cortiço. Não tem o direito branco de divertir-se porque o azorrague do vexame, de faces escancaradas, o espera, berrando aristocráticamente: - negro não pode entrar. A freguesia branca não tolera o seu contato. A sua epiderme de carvão poderá manchar-lhe a alvura imaculada da pele (Isaltino Veiga dos Santos. Liberdade e Utopia (A Voz da Raça, 13 de maio de 1933, p. 1).

A ideia de inferioridade do mestiço e sua degeneração, amparada pelas teorias raciais, colocava um problema para a construção de uma identidade nacional pautada pelo determinismo biológico que asseguraria o progresso modernizador-civilizador da Nação. Segundo a antropóloga Corrêa (2001, p. 43), “ [...] o racismo, enquanto crença na superioridade de determinada raça e na inferioridade de outras, teve larga vivência entre os nossos intelectuais no período do final do século passado e no início deste, sendo o ponto central de suas análises a respeito de nossa definição como povo e como nação”.

Como vimos, “raça” foi uma categoria científica amplamente utilizada na constituição da identidade brasileira, principalmente durante a Primeira República. Com a denominada “revolução de 1930” e a ascensão de Vargas, novas interpretações acerca da identidade nacional passaram a ser debatidas, e a utilização da raça enquanto categoria biológica parecia deixar lugar para um novo entendimento. Então a raça era interpretada, principalmente com as políticas sociais no Estado Novo, como uma categoria discursiva, capaz de dar unidade simbólica à identidade nacional.

Partimos da interpretação do sociólogo Hall (2006), que argumenta que raça não pode ser entendida como categoria biológica, mas como uma categoria discursiva, inclusive nas interpretações deterministas:

A raça é uma categoria discursiva e não uma categoria biológica. Isto é, ela é a categoria organizadora daquelas formas de falar, daqueles sistemas de representação e práticas sociais (discursos) que utilizam um conjunto frouxo, frequentemente pontos específicos, de diferenças em termos de características físicas – cor da pele, textura do cabelo, características físicas e corporais, etc. como marcas simbólicas, a fim de diferenciar socialmente um grupo de outro (Hall, 2006, p. 63).

Como veremos a seguir, o Estado Novo, com Getúlio Vargas à frente do projeto mais importante de seu governo, o trabalhismo, compreendeu que a utilização da raça como categoria biológica não traria os resultados esperados e imaginados acerca da criação de uma

identidade nacional capaz de unificar as diferenças em nome do progresso econômico e social.

3.1 A QUESTÃO RACIAL E O INÍCIO DA ERA VARGAS

As atenções da elite “pensante”, na década de 1930, se voltaram para o negro e sua cultura, sendo o médico Arthur Ramos um dos principais líderes dessa mudança de percepção. O médico baiano publicou uma série de livros e artigos sobre a cultura afro-brasileira, tendo importante papel na fundação da Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia, em 1941 (Skidmore, 1976). O sociólogo Gilberto Freyre foi outro intelectual com grande destaque nos estudos do afro-brasileiro no pós-1930, liderando o debate sobre raça e identidade no País. Sua principal obra foi *Casa Grande e Senzala* (1933), que retoma a história social do escravagismo, do latifúndio e da família patriarcal brasileira. A grande contribuição de Freyre, segundo Munanga (2020), foi ter demonstrado que negros, índios e mestiços tiveram contribuições significativas para a cultura brasileira, exercendo profunda influência sobre o estilo de vida da classe senhorial em termos de culinária, vestimenta e interações sociais. De acordo com Munanga (2020, p. 83),

A mestiçagem, que no pensamento de Nina e de outros causava dano irreparável ao Brasil, era vista por ele como uma vantagem imensa. Em outras palavras, ao transformar a mestiçagem num valor positivo e não negativo sob o aspecto de degenerescência, o autor de *Casa Grande e Senzala* permitiu completar definitivamente os contornos de uma identidade que há muito vinha sendo desenhada. Freyre consolida o mito originário da sociedade brasileira configurada num triângulo cujos vértices são as raças negra, branca e índia.

O cruzamento das três raças, segundo a interpretação de Freyre (2003), deu origem a outra mestiçagem, no campo cultural; na mistura, as raças traziam, cada qual, a sua herança cultural. Segundo Munanga (2020), da ideia dessa dupla mistura surgia lentamente o mito da democracia racial. O autor argumenta que

O mito de democracia racial, baseado na dupla mestiçagem biológica e cultural entre as três raças originárias, tem uma penetração muito profunda na sociedade brasileira: exalta a ideia de convivência harmoniosa entre os indivíduos de todas as camadas sociais e grupos étnicos, permitindo às elites dominantes dissimular as desigualdades e impedindo os membros das comunidades não brancas de terem consciência dos sutis mecanismos de exclusão da qual são vítimas na sociedade. Ou seja, encobre os conflitos sociais, possibilitando a todos se reconhecerem como brasileiros e afastando das comunidades subalternas a tomada de consciência de suas características

culturais que teriam contribuído para a construção e a expressão de uma identidade própria (Munanga, 2020, p. 84).

Para Munanga (2020), as singularidades dos não brancos são “expropriadas”, “dominadas” e “convertidas” em símbolos nacionais pelas elites dirigentes. Dessa forma, acreditamos que a mudança de interpretação às ideias racistas, a partir dos anos 1930, não se deu por força de uma mudança de consciência generalizada entre os brancos, mas que a explicação se deve muito mais a partir da ideia da “democracia racial”. Segundo Fernandes (2008), é a partir da Abolição e da implantação da República que a ideia de “democracia racial” começa a ser elaborada, pois a relação “senhor” e “escravizado” durante a escravatura não permitiria a ideia de “democracia racial”: “A ordenação das relações sociais exigia, mesmo, a manifestação aberta, regular e irresistível do preconceito e da discriminação racial – ou para legitimar a ordem estabelecida, ou para preservar as distâncias sociais em que ela se assentava” (Fernandes, 2008, p. 185). No entanto, é na década de 1930 que esse conceito é mais bem elaborado e utilizado pela ideologia varguista como “solução” da questão racial. Nas palavras de Guimarães (2001, p. 124),

Vargas, na política; Freyre, nas ciências sociais; os artistas e literatos modernistas e regionalistas, nas artes; esses serão os principais responsáveis pela “solução” da questão racial, diluída na matriz luso-brasileira e mestiça de base popular, formada por séculos de colonização e de mestiçagem biológica e cultural, em que o predomínio demográfico e civilizatório dos europeus nunca fora completo a ponto de imporem a segregação dos negros e mestiços. Ao contrário, a estratégia dominante sempre fora de “transformismo” e de “embranquecimento”, ou seja, de incorporação dos mestiços socialmente bem sucedidos ao grupo dominante “branco”.

Segundo o autor, se a Primeira República fora responsável pela europeização dos costumes brasileiros e pela introdução de milhões de europeus no sul e no sudeste do Brasil, em detrimento da população negra e mestiça, a “revolução de 1930” e a Segunda República buscaram “solucionar” a questão racial (Guimarães, 2001). Todavia, a democracia racial, enquanto “solução” da questão negra, não significou, na prática, um combate que de fato buscasse sanar as desigualdades econômicas e sociais entre negros e brancos (Guimarães, 2001), mas teria, segundo o autor, no plano da cultura e da ideologia, freado parcialmente a discriminação e o preconceito. Contudo, segundo Nascimento (2016), citando Azevedo (1975), a democracia racial, na verdade, é uma ficção ideológica.

Conforme apontado, o mito da democracia racial perpassava os diversos setores da intelectualidade brasileira, fosse na política, nas artes ou, ainda, nas ciências. No que tange à política varguista, no decorrer de nossas análises, foi possível percebermos que a primeira vez

que qualquer menção à população negra aparece nos discursos de Vargas, seja relembrando o passado escravista ou o presente marginalizado pela falta de emprego, moradia e condições socioeconômicas, foi em 18 de agosto de 1933, em Salvador. Getúlio Vargas apontava a Bahia como o berço da nacionalidade brasileira, enaltecendo figuras históricas como o jurista Ruy Barbosa e o poeta Castro Alves, ambos nascidos na capital do estado. Mas foi com a retomada do passado escravista brasileiro que Vargas introduziu o negro em seu discurso, como podemos ler:

A exploração da terra instituiu, aqui, o padrão incipiente do nosso regime de trabalho. O falso fundamento que se lhe deu, apoiado no braço escravo, ao tempo, talvez inevitável, não deixou de concorrer para a prosperidade do Brasil colonial. Prolongado, porém, através do Brasil Império, converteu-se em erro grave e imperdoável. O fato de perpetuar-se a escravidão no Brasil, até 1888, constitui lamentável imprevidência da política e dos homens do segundo reinado. Quando todos os povos sul-americanos, vivendo em ambiente menos calmo, alicerçaram o progresso nacional na aptidão e no trabalho dos seus concidadãos, o Brasil mantinha o braço escravo, como alavanca propulsora do seu desenvolvimento econômico. A continuidade na conservação do trabalho servil, levado teimosamente quase às portas da República, entrou na solução de um dos problemas capitais da nossa vida econômica. Feita a abolição, o novo regime encontrou o trabalho desorganizado, e tão profunda foi a repercussão desse fato que, até hoje, só de forma parcial temos conseguido atenuar-lhe os efeitos nocivos. A propaganda abolicionista, que constituiu, no Brasil, admirável movimento de patriotismo, ao serviço de nobre ideal, restringiu-se, exclusivamente, à libertação dos cativos, sem cogitar do grave problema da substituição, pela atividade livre, do trabalho escravo, sobre o qual repousava a nossa economia. Muitas regiões do país, outrora opulentas, ainda hoje sentem, decadentes, as consequências nefastas dessa desarticulação brusca (Vargas, 1933, p. 319).

O presidente prosseguiu em seu discurso dizendo que, no sul do país, a imigração, em grande parte, renovou, revigorando a prosperidade antiga, mas o norte continuaria a sofrer os perturbadores efeitos de tamanha imprevidência (Vargas, 1933).

Zonas florescentes, desbravadas pelo esforço do negro submisso, transformaram-se em caatingais, onde populações rurais empobrecidas, ao leu das inconstancias do clima e á mingua de recursos, vêetam desenraizadas, por vezes quasi nômade, vivendo, dia por dia, jungidas á voracidade dos novos senhores quelhesexploram otrabalho rude, como se fossem compostas de retardatarios servos da gleba (Vargas, 1933, p. 315).

Além do abandono, da conservação do trabalho escravo pelo império e da falta de intervenção do Estado com políticas sociais para combater de frente o problema do trabalho e da inclusão do negro no mundo do trabalho, o presidente Getúlio Vargas destacou o êxodo rural como um dos maiores problemas a ser enfrentado.

Agravando semelhante desorganização, verificou-se o êxodo dos habitantes do interior, atraídos pelas ilusórias facilidades de trabalho abundante e bem recompensado, para os centros urbanos de vida intensa. O proletariado das cidades aumentou desproporcionalmente, originando o pauperismo e todos os males decorrentes do excesso de atividades sem ocupações fixas (Vargas, 1933, p. 319).

A desorganização do trabalho foi novamente tratada no discurso do presidente Vargas, em 15 de novembro de 1933, em uma mensagem lida perante a Assembleia Nacional Constituinte, no ato de sua instalação. “Já tivemos ensejo de acentuar que o Império, ao desmornar-se, deixará intacto esse problema essencial para a nossa economia. A escravidão viera até às portas da República e o trabalho livre instituiu-se completamente desorganizado” (Vargas, 1933, p. 560).

Vargas argumentava a favor de uma legislação trabalhista; para ele, a complexidade dos problemas morais e materiais inerentes à vida moderna alargara o poder de ação do Estado, obrigando, dessa forma, o Estado a intervir nas atividades econômica e social (Vargas, 1933).

Aos próhomens [sic] do novo regime a premência do problema muito pouco preocupou. A Constituição de 1891 apenas garantia o livre exercício de qualquer profissão moral, intelectual ou industrial. Era um dispositivo que consagrava simplesmente o princípio da liberdade de trabalho. Só em 1926, 35 anos depois, reformava-se o texto constitucional para autorizar o Congresso a legislar sobre tão importante matéria. “Cristalizara-se a mentalidade política, predominante na orientação governamental, que julgava o problema operário, no Brasil, simples caso de polícia. Era natural que, em ambiente tão pobre de visão social, não encontrassem eco as reivindicações trabalhistas, mesmo as mais elementares, que constituíam conquistas incorporadas à legislação da maioria dos países cultos. Ainda constituíam, entre nós vagas aspirações as garantias mínimas asseguradas às classes trabalhadoras. Existiam algumas, dessas garantias, raras, displicentemente enfeixadas em lei, sem aplicação ou aplicadas a retalho; as outras, em maior número, não chegaram a ser objeto de exame por parte do poder público. Mais explicitamente, tudo quanto se legisla, com referência à matéria, consistia em dispositivos sobre acidentes do trabalho (Vargas, 1933, p. 561).

De acordo com esse trecho do discurso, Vargas acreditava que a falta de inclusão dos trabalhadores ocorria em razão da ausência de políticas direcionadas ao trabalho. Ele argumentava que, ao resolver essa questão social dos trabalhadores, os problemas seriam solucionados. Vejamos suas palavras:

O problema da escravatura, encerrando o da organização do trabalho, fundamental para o nosso desenvolvimento econômico, não teve a solução que mais convinha. Retardada, procrastinada, erigida em ponto nevrálgico da

existência do regime, atuou até como fator de perturbação pela forma brusca e pelo ambiente de exaltação política em que se operou a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre. A campanha abolicionista foi, indiscutivelmente, um dos nossos grandes movimentos de opinião. Empolgou totalmente o país numa solidariedade admirável de todas as suas forças espirituais. Vitoriosa, os resultados surpreenderam, entretanto, aos seus próprios paladinos. Os centros produtores, principalmente os da exploração agrícola, caíram em colapso, ante a desordem e o êxodo das massas trabalhadoras, entregues repentinamente à inexperiência da liberdade. Dominados pela idéia generosa, os pró-homens do abolicionismo não haviam cogitado sequer do que convinha e cumpria fazer dos escravos libertados. Se o problema do trabalho escravo teve solução, ainda que defeituosa e tardia, o mesmo não aconteceu com o da educação popular, quase completamente esquecida, até no seu aspecto mais elementar, o ensino primário. No projeto da Constituição de 1823, fora ele encarado de frente e praticamente, estabelecendo-se a criação obrigatória de aulas públicas nos termos, e liceus nas sedes de todas as comarcas. A Constituição outorgada eliminou, porém, essa sábia disposição, que, adotada e cumprida, teria, pelo menos, evitado os males do analfabetismo (Vargas, 1933, p. 560).

Para o chefe do governo provisório, a questão racial se resolveria com a organização do trabalho visto que o império e seus sucessores haviam deixado “[...] insolúveis os dois maiores problemas nacionais: o da organização do trabalho e o da educação” (Vargas, 1933, p. 560). Segundo Vargas (1933), todas as atividades humanas eram forças sociais agindo negativa ou positivamente. “O Estado, que é a sociedade organizada como poder, não lhe deve ficar indiferente, sob pena de falhar a sua finalidade” (Vargas, 1933, p. 559). Desse modo, para Vargas (1933), o Estado deveria intervir nos campos social e econômico, regulamentando as relações entre trabalho e capital, como poder fiscalizador e ordenador da produção, circulação e consumo, assim como no desenvolvimento de políticas sociais do interesse do “bem comum”.

3.2 O ESTADO NOVO E O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL

Em 2 de dezembro de 1937, menos de um mês após a instauração do Estado Novo, foi proferido, por Vargas, um discurso na ocasião da cerimônia comemorativa do primeiro centenário da fundação do tradicional Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro. No único trecho em que o negro foi mencionado no discurso, este foi apresentado na figura do escravo, como parte da cultura que foi incorporada “com sucesso” pelos evangelizadores.

Cumpra assinalar como foi difícil estabelecer os fundamentos dessa obra e quanto foi grande o devotamento dos seus agentes. Na missão árdua e ingente a que se devotaram, orientando o problema da aculturação brasileira, os nossos primeiros educadores chegaram aos resultados mais

extraordinários. Só o espírito evangelizador e as virtudes da fé podem explicar o milagre de termos conseguido amalgamar, na sociedade colonial, os fatores díspares e primários da nossa formação — indígenas da idade da pedra, **escravos africanos em diversos estágios culturais** e imigrantes peninsulares — integrados -todos na civilização cristã. Com o decurso do tempo e a experiência adquirida, é fácil aquilatar quanto se tornou profunda e benéfica a influência moral desse período, que ainda hoje caracteriza a fisionomia das nossas instituições” (Vargas, 1937 p. 6, grifo nosso).

Para o Estado Novo, a questão social necessitava incluir todos os problemas do País, tanto os de caráter econômico quanto os sociais e raciais. O trabalho não seria simplesmente um meio de “ganhar a vida”, mas, sobretudo, um meio de servir à Pátria ou, como afirmou Vargas em seu discurso em comemoração ao 1º de maio de 1938, “[...] o trabalho é o maior fator de elevação da dignidade humana” (Vargas, 1938, p. 31).

A caracterização do negro como um tipo antropológico e não mais como um tipo biológico dialoga com a interpretação de Gilberto Freyre em relação à formação da nacionalidade brasileira. Tal qual na obra *Casa Grande & Senzala* (1933), o entendimento de que o negro também fazia parte de uma construção da identidade nacional era expressa nos discursos varguistas. Percebemos que, nos discursos, o negro deixava de ser classificado com uma identidade específica e passava a ser visto como “trabalhador”, categoria que incorporava o negro e o branco em uma única identidade. Ao final, todos eram trabalhadores, aos olhos do governo Vargas, visão que se traduzia na política trabalhista. De acordo com Ângela de Castro Gomes (2005), os ideólogos do governo tinham como missão histórica da “revolução” de 1930 e do pós-37 criar um direito trabalhista com o objetivo de “salvar a tempo a situação do operário”, reconhecendo-o como parte substancial da vida nacional. Segundo a autora, na interpretação estadonovista, não se poderia negar que o regime tivesse certas características democráticas:

Justamente por esta razão não se poderia negar ao novo regime uma feição democrática. Onde estava a verdadeira democracia? A esta pergunta deveria caber uma resposta simples e direta. A verdadeira democracia encontrava-se no carácter realista e humano do novo Estado, que fecundava a natureza e a cultura brasileira com o esforço do trabalho, protegido e amparado pelo governo. Estabelecer um novo começo, estabelecer a democracia no Brasil, era avançar em direção ao trabalhador que materializava por suas potencialidades e necessidades a finalidade orientadora do Estado Nacional (Gomes Â., 2005, p. 198).

A principal tarefa a ser realizada no novo Estado nacional seria lidar com a questão social não apenas como um problema relacionado a operários e raças, mas como um desafio que afetava todos os indivíduos e classes sociais. Nesse contexto, considerava-se trabalhadora

qualquer pessoa que contribuísse para a criação de valor social por meio do seu trabalho. Essa interpretação dos conflitos de classe e raça da sociedade brasileira vai ao encontro do conceito de democracia racial, que, segundo Domingues (2005), seria um sistema racial no qual não existem barreiras legais ou institucionais que impeçam a igualdade racial, e, em certa medida, um sistema no qual não há manifestações de preconceito ou discriminação racial. A abolição não significou o fim das desvantagens dos negros em relação aos brancos; ao contrário, o novo contexto afunilou as desigualdades, com o verniz da democracia racial.

Neste novo contexto, os negros continuaram em desvantagem frente aos brancos e não podiam concorrer em condições paritárias; a cor não deixou de ser um fator restritivo ao sucesso individual e/ou do grupo. Por isso, na competição que se instaurou entre negros e brancos, o trabalho, a competência, inteligência, capacidade e esforço individual não poderiam ter sido os únicos requisitos que iriam determinar o acesso aos bens públicos e privados. Já que o mérito não era o único critério para o indivíduo vencer na vida em uma sociedade marcada pela desigualdade, qualquer infortúnio pessoal poderia ser entendido como reflexo das injustiças raciais ou como distorções do sistema social (Domingues, 2005, p. 117).

Segundo o autor, o fracasso do negro, para as elites, era consequência de suas próprias diferenças e capacidades, já que a igualdade de condições estava assegurada pela lei. Segundo Fernandes (2008, p. 186), o mito da democracia racial gerou uma “falsa consciência” da realidade racial:

[...] suscitando todo um elenco de convicções etnocêntricas: 1º – a ideia de que “o negro não tem problemas no Brasil”; 2º – a ideia de que, pela própria índole do povo brasileiro, “não existem distinções raciais entre nós”; 3º – a ideia de que as oportunidades de acumulação de riqueza, de prestígio social e de poder foram indistinta e igualmente acessíveis a todos, durante a expansão urbana e industrial da cidade de São Paulo; 4º – a ideia de que “o preto está satisfeito” com sua condição social e estilo de vida em São Paulo; 5º – a ideia de que não existe, nunca existiu, nem existirá outro problema de justiça social com referência ao “negro”, excetuando-se o que foi resolvido pela revogação do estatuto servil e pela universalização da cidadania – o que pressupõe o corolário segundo o qual a miséria, a prostituição, a vagabundagem, a desorganização da família etc., imperantes na “população de cor”, seriam efeitos residuais, mas transitórios, a serem tratados pelos meios tradicionais e superados por mudanças qualitativas espontâneas.

De acordo com Nascimento (2016), a democracia racial era uma farsa exposta a quem quisesse ver. Para o autor, “[...] só um dos elementos que a constituíram detém todo o poder em todos os níveis político-econômico-sociais: o branco” (Nascimento, 2016, p. 879). Nessa perspectiva, os brancos controlavam os meios de ascensão e da própria integração na sociedade: “[...] os brancos controlam os meios de disseminar as informações; o aparelho

educacional; eles formulam os conceitos, as armas e os valores do país” (Nascimento, 2016, p. 879).

Em relato sobre um caso de discriminação racial publicado no jornal negro *A voz da raça*, de autoria de Castelo Alves, fica evidente o tratamento dado por uma professora a um aluno negro:

Ha pouco tempo um nosso patricio negro me contara uma história do seu filho inteligente, que ia mal amparado pela escola porque a sua professora declarara em plena classe que “negro com ela não aprende” como si o negro frequentando uma escola publica pedisse uma esmola (*A Voz da Raça*, 6 de maio de 1933, p. 2).

O articulista argumenta que o negro pagava impostos como o branco e, dessa forma, deveria ter o mesmo tratamento, no entanto, o que valia, na prática, ainda era a cor da pele. Em outro artigo, de Horácio da Cunha, com o título *Assim é a vida do negro*, o autor denunciava as condições de abandono em que vivia a população negra em São Paulo:

Com pesar, tenho observado que os meus irmãos negros, nascem, vivem e morrem, sempre lutando com dificuldades em todos os sentidos [...] Oh! Deus do céu lança suas vistas para a nossa pobre raça desamparada devido a nossa cor... Com as outras raças não acontece isso porque sendo o menino abandonado um Neve, logo aparece uma madrinha que fica encarregada da sua educação até sua formatura e depois fica sendo seu filho adotivo; isso não acontece com os de epiderme negra (*A Voz da Raça*, 29 de janeiro de 1934, p. 2).

Relatos desse teor foram feitos ao longo de todas as publicações do jornal, evidenciando a situação do negro, mas também a clareza com que os articulistas da FNB entendiam sua própria realidade. A ideologia da democracia racial teve como objetivo esconder os conflitos raciais, incorporando-os dentro de um discurso mais amplo, o do conflito de classes, ou da questão social.

Decerto, a maior proeza do mito da democracia racial foi ter ocultado: primeiro, o conflito inter-racial; segundo a abissal desigualdade social entre negros e brancos em São Paulo. Essa solução, mais que prescindir a instauração de um regime de *apartheid*, forjou o fetiche da integração simbólica do negro no seio da nacionalidade. O idílico cenário racial era apontado como vantagem para o desenvolvimento nacional (Domingues, 2005, p. 122).

De acordo com Domingues (2005), ao negar-se a existência do preconceito racial, acabava-se por dismantelar a luta política contra o racismo, uma vez que não se poderia combater aquilo que não era reconhecido. O mito da democracia racial criava um suposto

paraíso multirracial no Brasil, retratando as relações entre negros e brancos como harmoniosas e fraternas.

Desse modo, durante a década de 1930, entendia-se que uma nova visão da população ia se construindo no país. A mestiçagem não era mais concebida apenas como problema, mas como marca positiva da cultura brasileira. A principal obra que abordou as questões raciais sob uma nova perspectiva, *Casa-Grande & Senzala* (Freyre, 2003), publicado em 1933, ia de encontro às teorias deterministas raciais, que imputavam ao negro e ao mestiço a principal causa do atraso brasileiro. O autor destacava o forte papel das etnias na formação do Brasil. Freyre (2003) trazia, em seu livro, uma interpretação cultural antropológica das raças, rompendo com o pensamento determinista assentado no modelo biológico, que era predominante até então. A nova visão trazida por Freyre (2003) implicava um novo olhar, favorável à questão da mestiçagem no cenário nacional. Para o antropólogo, não havia um branco sequer no Brasil, mesmo o de cabelo louro, que não tivesse alguma influência do povo negro: “Na ternura, na mímica excessiva, no catolicismo em que se deliciam nossos sentidos, na música, no andar, na fala, no canto de ninar menino pequeno, em tudo que é expressão sincera de vida, trazemos quase todos a marca da influência negra” (Freyre, 2003, p. 367).

Essa interpretação de Freyre (2003) ganhou força com o Estado Novo (1937-45), quando percebemos maior mudança no discurso e na prática do governo Vargas em relação às questões étnicas. O regime estadonovista marcou o recrudescimento do autoritarismo e da censura, ao mesmo tempo que políticas públicas e sociais eram desenvolvidas e implementadas.

Com relação à questão racial, também ocorreram mudanças significativas: impulsionado por uma nova perspectiva em relação à raça, o regime adotou uma postura que buscava compreender o negro como um tipo antropológico. Partindo dessa interpretação, o regime Vargas apresentava uma nova postura diante da questão racial; o governo decretara a lei n. 427, de 13/05/1938, instituindo em todo o território nacional O Dia da Raça (Brasil, 1938). Dessa forma, o 13 de maio passava a ser uma data oficial na agenda comemorativa e festiva do país. O propósito era enaltecer o negro, fazer o elogio à sua cultura e à sua contribuição para a formação social, marcando positivamente a constituição do povo brasileiro.

3.3 A IDEOLOGIA ESTADONOVISTA E O SENTIDO DA “REVOLUÇÃO”

A “revolução de 1930” significou uma ruptura com a Primeira República e o nascimento do que os apoiadores do regime acreditavam ser a “nova sociedade”, o que era consenso entre os principais ideólogos do governo, como Oliveira Viana, Azevedo Amaral e Francisco Campos. A “visão de que o verdadeiro sentido de 1930, limitado em sua capacidade construtiva pela ação dos partidos e da Constituição de 1934, seria realizado somente em 1937” (Abreu; Albernaz, 2021, p. 55).

O ano 1937 foi a manifestação material da proposta revolucionária, mas que não aconteceria sem a “revolução de 1930”. Os acontecimentos de 1930 e 1937 surgiam, assim, como dois momentos, como duas etapas de um mesmo processo, guardando do primeiro episódio (a “revolução de 1930”) as características verdadeiramente revolucionárias do fato que lhe era posterior (Estado Novo 1937-45); dessa forma, “1930 fora o início daquilo que 1937 queria e devia realizar” (Gomes Â., 2005, p. 191). Segundo Abreu e Albernaz (2021), os intelectuais do governo compreendiam que o regime instaurado em 1937 já estava contido na “revolução de 1930” e, dessa forma, “eles justificavam a existência do Estado Novo e sua defesa de um Estado forte, legitimando a elaboração de uma nova legislação sindical, criando condições para a construção do que eles diziam ser uma verdadeira democracia no país, de tipo corporativo” (Abreu; Albernaz, 2021, p. 55).

Para compreendermos essa mudança de paradigma e a nova perspectiva de encarar a questão social, é necessário retomarmos as análises Gomes Â. (2005), com base na revista *Cultura política*, aparelho político do regime varguista. A partir de suas análises poderemos entender melhor o conjunto de ideias centrais que caracterizam o projeto político de Vargas. A revista *Cultura política* é considerada, pela autora, um instrumento fundamental para promover as ideologias do Estado Novo, e seus artigos eram vistos como uma manifestação exemplar da proposta política deste regime. A publicação tinha como propósitos principais esclarecer e difundir, para o público em geral, as mudanças pelas quais o país estava passando, como resultado das ações governamentais. O Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP, tinha o importante papel de disseminar as ideias do governo, e o papel da revista *Cultura Política* era formular e estabelecer o sentido do projeto político de Vargas, definido, por eles mesmos, como democrático, o que nos dá uma ideia de como o discurso político do regime foi produzido. Utilizando o DIP como ferramenta de disseminação das ideologias do Estado Novo, os articulistas da *Cultura Política* passaram a difundir o que entendiam como reais sentidos da “revolução de 1930”: pela primeira vez, a questão social

seria tratada como problema político e não de polícia (Gomes Â., 2005). Segundo tais escritores, a “revolução de 1930” trouxera uma nova configuração do Estado que ajudou a pavimentar a estrada até chegar ao grande objetivo: o Estado Novo.

A busca por compreender quais eram as ideias e os sentidos que os ideólogos do Estado Novo pretendiam transmitir sobre a “revolução de 30” nos traz subsídios para a análise do contexto histórico da sociedade brasileira, sobretudo da população negra, representada em parte pela FNB. O projeto dos articulistas da revista *Cultura Política* era reescrever a história da “revolução de 1930” e os caminhos percorridos até o Estado Novo em 1937, a partir do ponto de vista do regime Vargas. Segundo Hall (2006,) as culturas nacionais, ao construírem sentidos sobre “a nação”, sentidos com que podemos nos identificar, edificam identidades, e essas identidades nacionais, de acordo com Anderson (2008), são sempre comunidades imaginadas. Para que a nação imaginada por Vargas (o Estado Novo) se tornasse realidade, foi necessária uma robusta estratégia de comunicação em massa, que fosse capaz de divulgar, para a população, as iniciativas e projetos do governo, conforme Gomes Â. (2005, p. 190):

[...] a divulgação deste projeto traduziu-se, entre outras iniciativas, pela montagem de um importante órgão institucional: o Departamento de Imprensa e Propaganda. Esta poderosa agência supervisionava os mais variados instrumentos de comunicação de massa, além de encarregar-se da produção e divulgação do noticiário oficial. Suas seis seções - propaganda; radiodifusão; cinema e teatro; turismo; imprensa; e serviços auxiliares - demonstram bem o alto grau de intervenção do Estado Novo nos processos de comunicação social. O DIP, portanto, materializou o grande esforço empreendido durante o Estado Novo para controlar os instrumentos necessários à construção e implementação de um projeto político destinado a se afirmar socialmente dominante.

Segundo Gomes Â. (2005), é essencial abarcarmos a produção desse projeto e suas influências políticas e sociais. O regime pretendia reescrever a história do país, formulando um novo entendimento sobre o sentido do ideal democrático e se autointitulando uma democracia social. De acordo com a mesma autora, pretendia-se propagandear a ideia de democracia social como essência do Estado Novo:

Este novo sentido do ideal democrático iria sintetizar o cerne do projeto do Estado Novo, conduzindo suas formulações na dupla direção do passado e do futuro revolucionário do país. Neste esforço, o regime concebeu a realidade que devia ser construída a partir de esquemas interpretativos e diagnósticos que afirmavam sua legitimidade diante de um passado tanto recente, quanto remoto. Projetar um novo Estado significava buscar sua legitimidade, isto é, incursionar por sua origem. E isto, por sua vez, significava reescrever a história do país, debruçar-se sobre o passado naquele sentido mais profundo em que ele significa tradição (Gomes Â., 2005, p. 190).

O regime se dedicava não apenas em reescrever o passado, mas também a projetar o futuro, o que significava, nas palavras de Gomes Â. (2005, p. 190), “[...] escrever o que deve acontecer através daquilo que já aconteceu. O presente se torna um ponto de interseção em que a história é construída pela seleção da presença do passado no futuro”.

Para o sucesso da empreitada “revolucionária”, o conceito de revolução precisava ser reinterpretado, era necessário dar outro sentido a ele. De acordo com Castro Gomes, essa nova interpretação partia de Azevedo Amaral, que entendia que “[...] a primeira tarefa do novo Estado Nacional era a própria recuperação do conceito de revolução, para acomodar a ideologia da ‘revolução de 1930’” (Gomes Â., 2005, p. 191). Nesse sentido, a ideia de revolução apenas como ruptura violenta de estruturas, transformação radical do *status quo*, seria uma concepção deturpada da liberal-democracia:

O conceito de revolução assumia, nesta visão, uma conotação eminentemente destrutiva, desorganizadora. Não era este, contudo, o real significado do fato revolucionário, como o demonstra a experiência brasileira. Nela se podia detectar as características de uma autêntica revolução, tanto porque a origem do ímpeto violento da ação revolucionária residia na pressão de forças profundas que integravam a realidade social, quanto porque este ímpeto tinha um carácter eminentemente construtivo. Era por esta razão que a revolução de 1930 constituiu um acontecimento único na história do país, distinguindo-se das experiências de 1822 e 1889, em que as forças renovadoras visavam apenas à destruição de estruturas obsoletas, não trazendo em si uma proposta verdadeiramente construtiva/revolucionária (Gomes Â., 2005, p. 191).

Para a autora, essa interpretação pretendia localizar a origem do processo revolucionário que resultaria no Estado Novo, sendo reforçada por certo diagnóstico da história política nacional, “[...] e principalmente sobre a experiência da Primeira República, interpretada como um grande e longo divórcio entre nossa realidade física e cultural e nosso modelo político de Estado” (Gomes Â., 2005, p. 192). O entendimento dos intelectuais estadonovistas, de acordo com Gomes Â. (2005), era de que o Estado liberal da Primeira República não foi capaz de abarcar a singularidade e diversidade da realidade brasileira; parecia estar apartado da sociedade, não aproveitando as potencialidades da população. O liberalismo da Primeira República, na interpretação do regime, era caracterizado por sua abordagem voltada para aspectos objetivos e materiais, que se limitaria a dar importância apenas aos valores quantitativos do mundo, negligenciando a dimensão complexa e subjetiva do ser humano (Gomes Â., 2005). Portanto, seria papel do regime varguista a recuperação das potencialidades naturais do povo brasileiro, conforme Gomes Â. (2005):

Desta forma, tratava-se de recuperar a grandeza de nossa realidade natural, mas não mais a partir de uma tradição contemplativa e desligada do homem brasileiro, como a consagrada pelo conde Afonso Celso. O retorno à realidade era sobretudo o reconhecimento do povo brasileiro, com suas necessidades e potencialidades. Este homem, cheio de virtudes ignoradas, guardava, em seu subconsciente, as tradições mais puras do país (Gomes Â., 2005, p. 194).

O argumento antiliberal do regime considerava que o liberalismo, influenciado por valores eurocêntricos, não compreendia plenamente a verdadeira dimensão do “homem brasileiro”, optando por explicações simplistas, fundamentadas na ideia de inferioridade racial (Gomes Â., 2005). O liberalismo da Primeira República separaria o homem do povo do cidadão, distanciando, dessa forma, a cultura da política:

O homem do povo que cristaliza tudo aquilo que era produzido no país e que representava sua cultura, estava afastado do homem político, do cidadão. A cultura, nesta nova acepção, era a própria expressão do que era “natural” e “intrínseco” ao homem brasileiro. Por isso, ele era uma realidade esquecida e perdida para as elites políticas da Primeira República, mas era uma força sempre presente e indestrutível no inconsciente nacional a ser identificada e revivida (Gomes Â., 2005, p. 194).

Segundo Gomes Â. (2005), na perspectiva de Azevedo Amaral, o principal objetivo da “revolução” de 1930 era tornar harmoniosa a relação entre o povo e a política:

Se antes de 1930 o que se verificava era a ausência de um contato harmonioso entre povo e elites, o que se verificou em 1930 e principalmente após 1937 foi a articulação e comunicação entre elites e a massa da população. Era justamente este aspecto que tornava o acontecimento de 1930 um fato revolucionário para Azevedo Amaral: a concordância quase unânime do povo brasileiro transformara a mutação brusca dos rumos políticos do país na primeira grande “*expressão unívoca da vontade nacional*” (Gomes Â., 2005, p. 194).

A visão dos articulistas de *Cultura Política* era a de que a “revolução” de 1930 marcara o fim do que eles denominavam de desastrosa experiência liberal da Primeira República, a partir do entendimento de que esse movimento ocorrera em um contexto político caracterizado pela clara perda de autoridade e pelo esgotamento das fórmulas de conciliação política. A ameaça iminente de anarquia era profunda, uma vez que a perda de autoridade era percebida como uma verdadeira ruptura no curso normal da evolução do País, comprometendo irremediavelmente suas tradições de ordem, em virtude da crescente distância entre a terra, o povo e as instituições políticas (Gomes Â., 2005). Além disso, a ameaça política imediata, que refletia de maneira concreta essa separação crucial, era a emergência do movimento popular, equacionado na denominada questão social. Na visão dos

apoiadores do regime estadonovista, a “revolução” de 1930 criou um Estado com aspirações nacionais e humanas.

A proposta de fundação de um novo Estado, “*verdadeiramente nacional e humano*” é a grande tônica do discurso político dos anos do pós-37. A importância e a grandeza desta proposta lhe conferiam, na ótica de seus defensores, o estatuto de um novo começo na história do país. A fundação de uma ordem política consentânea com as reais potencialidades, necessidades e aspirações do povo brasileiro significava um autêntico redescobrimiento do Brasil (Gomes Â., 2005, p. 191).

Em suas análises da revista *Cultura Política*, Gomes Â. (2005) explica que o núcleo da ação revolucionária que culminaria na “revolução” de 1930 estava ligado especialmente a objetivos sociais, que se contrapunham ao projeto político predominante até aquele momento. A autora nos atenta para a circunstância de que a questão social era apresentada como marca representativa e legitimadora de todo o processo político do pós-1930. Até aquele momento nenhum governo teria tratado a questão social com prioridade em suas agendas; ela teria se dissipado em um contexto marcado pela política de branqueamento e pelo preconceito social, além do tratamento da pobreza como caso de polícia.

O reconhecimento da questão social no pós-30 tivera caráter revolucionário justamente porque, sem se desconhecer sua profunda dimensão econômica, ela fora tratada como uma questão ‘política’, ou seja, como um problema que exigia e que só se resolveria pela intervenção do Estado. A possibilidade de uma ‘feliz solução’ para as dificuldades que afligiam os trabalhadores do Brasil advinha da adoção de uma legislação social sancionada pelo poder público. Se a legislação social não era um meio de acabar com a pobreza, era um expediente necessário que, associado a outras medidas, poderia dar ao trabalhador uma situação mais humana e cristã, conforme aconselhava a doutrina social da igreja desde a *Rerum Novarum*. A missão histórica da revolução de 1930 e do governo pós-37 era, portanto, ‘salvar a tempo a situação do operário’, criando um direito trabalhista que o reconhecia como ‘a célula da vida nacional’ (Gomes Â., 2005, p. 198).

O discurso produzido pelos intelectuais do governo Vargas (representados na *Cultura Política*), segundo o qual o novo governo seria uma verdadeira ruptura com o passado e uma experiência totalmente inovadora na história do país, em que pela primeira vez o Estado elencou como um de seus principais objetivos a resolução dos problemas da classe trabalhadora, encontrava lastro no próprio discurso do chefe do governo. Em discurso pronunciado na posse como chefe do governo provisório, em 3 de novembro de 1930, Getúlio Vargas destaca a importância da “revolução”: “[...] a revolução foi a marcha incoercível e complexa da nacionalidade, a torrente impetuosa da vontade popular, quebrando todas as resistências, arrastando todos os obstáculos, à procura de um rumo novo, na encruzilhada dos

erros do passado” (Vargas, 1930, p. 20). Essa “revolução” expressaria a comunhão de todas as categorias sociais em torno da construção de uma “Pátria” que fosse acolhedora não só para os “grandes”, mas também para os “pequenos”:

No fundo e na fôrma, a revolução escapou, por isso mesmo, ao exclusivismo de determinadas classes. Nem os elementos civis venceram as classes armadas, nem estas impuseram àqueles o fato consumado. Todas as categorias sociais, de alto a baixo, sem diferença de idade e de sexo, comungaram em um idêntico pensamento fraterno e dominador: – a construção de uma Pátria nova, igualmente acolhedora para grandes e pequenos, aberta á colaboração de todos os seus filhos (Vargas, 1930, p. 15).

Essa forma integralizadora de tratar as classes sociais se fez presente durante todo o período de governo de Vargas, como uma marca a ser observada. No mesmo discurso citado, Vargas (1930) apresenta as principais ideias do programa de seu governo, por ele denominadas de as 17 ideias centrais do programa de “reconstrução” nacional. Para a nossa pesquisa, é importante a ideia número 15, que previa a instituição do Ministério do Trabalho, “[...] destinado a superintender a questão social, o amparo e a defesa do operário urbano e rural” (Vargas, 1930, p. 16). Getúlio Vargas e seu governo de fato estavam atentos no contexto social do país. Em solenidade realizada no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, em 3 de outubro de 1931, Vargas ressalta que um dos principais problemas a ser enfrentado em seu governo será a questão social, dizendo que “[...] não se pode negar a existência da questão social no Brasil, como um dos problemas que terão de ser encarados com seriedade pelos poderes públicos” (Vargas, 1931, p. 87). Vargas (1930, p. 87) indica o que deve ser feito:

Tanto o proletário urbano como o rural necessitam de dispositivos tutelares, aplicáveis a ambos, ressalvadas as respectivas peculiaridades. Tais medidas devem compreender a instrução, educação, higiene, alimentação, habitação; a proteção às mulheres, às crianças, à invalidez, e à velhice, o crédito, o salário e até o recreio, como os desportos e cultura artística. É tempo de se cogitar da criação de escolas agrárias e técnico-industriais, da higienização das fábricas e usinas, saneamento dos campos, construção de vilas operárias, aplicação da lei do salário mínimo, das cooperativas de consumo, etc.

Esses problemas que afligiam a população brasileira, na visão do regime, deveriam ser abordados por meio de políticas sociais, visando ao melhoramento das condições de vida do trabalhador, o que significava que a política necessitaria entrar em campo na questão social. Como escreve Gomes Â. (2005, p. 204),

O Estado não mais devia restringir-se às suas funções protetoras de polícia, mas atuar como um verdadeiro coordenador na distribuição da riqueza nacional. O novo Estado brasileiro, intervencionista, antiliberal e promotor

da justiça social, edificava uma quarta via de acesso à democracia, distinguindo-se quer das velhas organizações políticas ainda presas à ideologia liberal, quer dos Estados totalitários que, combatendo a democracia, pretendiam substituí-la por regimes despóticos.

A partir dessa ótica, podemos compreender que a questão social, o principal problema a ser encarado na década de 1930, fazia parte da agenda do governo provisório. A implementação da legislação trabalhista em 1943 foi o resultado mais importante do regime Vargas, enquanto produtor de políticas sociais que de fato trouxeram ganhos significativos ao trabalhador brasileiro. No entanto, é necessário avaliarmos com cautela a abrangência e efetividade das políticas sociais de Vargas, sob o risco de sobrevalorizarmos seu impacto. Para Vannucchi (2021), com a legislação trabalhista, a abrangência das políticas sociais alcançou apenas determinado grupo social: “apenas uma parcela (possivelmente minoritária) dos trabalhadores brasileiros, aquela constituída pelos trabalhadores urbanos com ocupação oficialmente reconhecida” (Vannucchi, 2021, p. 35). Eram excluídos dela os trabalhadores rurais, aqueles que trabalhavam na agricultura ou na pecuária, e os trabalhadores domésticos, classes de trabalhadores que, juntas, somavam dois terços dos trabalhadores do País, segundo o censo de 1940. No quesito efetividade, Vannucchi (2021) esclarece que a literatura sobre o regime varguista demonstra que o patronato mostrou resistência em obedecer à legislação trabalhista e que houve certa negligência do Estado em fazer valer a lei. A repressão ao movimento operário também fez parte desse processo de implementação da legislação social. Desse modo, a política de Vargas operava por uma lógica excludente e de estratificação, que excluía os trabalhadores que não exerciam atividade profissional reconhecida pela lei. Para compreendermos essa forma de atuação do Estado, o cientista político Santos (1979, p. 75) cunhou o conceito de cidadania regulada:

Por cidadania regulada entendo o conceito de cidadania cujas raízes encontram-se, não em um código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional, e que ademais, tal sistema de estratificação ocupacional é definido por norma legal. Em outras palavras, são cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações reconhecidas e definidas em lei.

De acordo com Moreira e Santos (2020), a obtenção da cidadania estava condicionada ao reconhecimento oficial do Estado em relação à ocupação profissional exercida pelo indivíduo. Aqueles que desempenhavam profissões que não eram legalmente reconhecidas, como trabalhadores rurais e domésticos, foram considerados pré-cidadãos, o que resultou na

criação de obstáculos para sua participação na esfera política e no favorecimento de um comportamento de subserviência política em relação ao Estado.

3.4 INVENTANDO TRADIÇÕES

A invenção de tradições é uma estratégia discursiva na construção de uma identidade cultural. Para Hall (2006), as tradições que parecem ou são apresentadas como antigas são muitas vezes de origem bastante recente e algumas vezes inventadas. “Tradição inventada significa um conjunto de práticas, naturais ou simbólicas, que buscam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, a qual, automaticamente, implica continuidade com um passado histórico adequado” (Hall, 2006, p. 54).

Segundo Hall (2006), esse discurso se equilibra entre a vontade de se retornar às glórias do passado e o impulso em direção à modernidade. Ao se voltarem ao passado, ao recuarem defensivamente ao “tempo perdido”, de quando a Nação seria “grande”, as culturas nacionais são tentadas a restaurar as identidades passadas, o que o autor denomina de elemento regressivo, anacrônico da história da cultura nacional. No entanto, esse mesmo retorno ao passado oculta uma luta para expulsar os “outros” que ameaçam a identidade e mobilizar as pessoas para que se preparem para uma nova marcha para a frente (Hall, 2006).

Hobsbawm e Ranger (2012) encontram exemplos de invenção de tradição na análise realizada pelo historiador Rudolf Braun sobre o desenvolvimento do nacionalismo suíço e a formação do Estado federal moderno no século XIX:

As práticas tradicionais existentes – canções folclóricas, campeonatos de ginástica e de tiro ao alvo – foram modificadas, ritualizadas e institucionalizadas para servir a novos propósitos nacionais. Às canções folclóricas tradicionais acrescentaram-se novas canções na mesma língua, muitas vezes compostas por mestres-escola e transferidas para um repertório coral de conteúdo patriótico-progressista (“Nation, Nation, wie voll klingt der Ton”), embora incorporando também da hinologia religiosa elementos poderosos sob o aspecto ritual [...] Segundo os estatutos, o objeto do Festival federal da Canção – isso não lembra os congressos galeses? – é “desenvolver e aprimorar a canção popular, despertar sentimentos mais elevados por Deus, pela Liberdade e pela Nação, promover a união e a confraternização entre amantes da Arte e da Pátria (Hobsbawm; Ranger, 2012, p. 14).

Para Hobsbawm e Ranger (2012), a invenção de tradições é essencialmente um processo de formalização e ritualização, caracterizado por referir-se ao passado, mesmo que apenas pela imposição da repetição:

Mais interessante, do nosso ponto de vista, é a utilização de elementos antigos na elaboração de novas tradições inventadas para fins bastante originais. Sempre se pode encontrar no passado de qualquer sociedade, um amplo repertório destes elementos; e sempre há uma linguagem elaborada, composta de práticas e comunicações simbólicas. Às vezes, as novas tradições podiam ser prontamente enxertadas nas velhas; outras vezes, podiam ser inventadas com empréstimos fornecidos pelos depósitos bem supridos do ritual, simbolismo e princípios morais oficiais - religião e pompa principesca, folclore e maçonaria (que, por sua vez, é uma tradição inventada mais antiga, de grande poder simbólico) (Hobsbawn; Ranger, 2012, p. 14).

Foi com o Estado Novo que, no Brasil, se iniciou uma série de comemorações oficiais que buscavam destacar datas específicas, envolvendo a população em um calendário festivo. Comemorações do aniversário do Estado Novo, 10 de novembro, do aniversário do presidente, 19 de abril, e do Dia do Trabalho, 1º de maio, juntas, constituíam três ocasiões-chave para a comunicação entre Vargas e a massa de trabalhadores (Gomes Â., 2005). Somavam-se mais três ocasiões rituais: o 7 de setembro e os dias de Natal e Ano-Bom, em que o público, a quem se destinava a fala presidencial, era mais difuso e o tema não era centrado na questão do trabalho. A criação do denominado “tempo festivo” tinha como principal destaque o 1º de maio: o Dia do Trabalho.

O 1º de maio era sempre uma comemoração na qual o presidente em pessoa falava com os trabalhadores. É possível percebermos, nesses discursos, nos quais Vargas se dirigia ao “seu povo”, principalmente no período do Estado Novo, que o projeto trabalhista foi sendo justificado e posto em prática. As palavras povo, trabalhadores e operários apareciam nos discursos como recursos de aproximação do presidente à população. As expressões nação, povo e trabalhadores serviram como conceitos que atribuíam sentido de união das classes, que era exaltada, minimizando-se os conflitos entre elas, para o “progresso” do País. É o que podemos perceber no discurso de 1º de maio de 1940, pronunciado no estádio do Vasco da Gama, no Rio de Janeiro:

Todo trabalhador, qualquer que seja a sua profissão é, a este respeito, um patriota que conjuga o seu esforço individual à ação coletiva, em prol da independência econômica da nacionalidade. O nosso progresso não pode ser obra exclusiva do Governo, sim de toda a Nação, de todas as classes, de todos os homens e mulheres, que se enobrecem pelo trabalho, valorizando a terra em que nasceram (Vargas, 1940, p. 22).

O grande destaque cabia à figura do trabalhador, ao qual era oferecida especialmente a festa (Gomes Â., 2005). A historiadora Gomes Â. (2005) nos informa sobre a primeira vez em que foi realizada a festividade:

O primeiro Dia do Trabalho comemorado pelo Estado Novo foi o do ano de 1938, quando o presidente Vargas discursou e caracterizou o teor desta festividade. A data não devia passar em branco e não podia se limitar a palavras. O presidente anunciou na ocasião o regulamento da lei do salário mínimo e assumiu o compromisso de, a partir de então, sempre 'presentear' os trabalhadores com uma realização na área da política social. Mas o 1º de maio de 1938 foi apenas um ensaio, uma festa restrita, já que realizada no Palácio Guanabara (Gomes Â., 2005, p. 216).

A data passou a ser guardada pelos trabalhadores; nela, o presidente sempre anunciava uma iniciativa governamental no campo do direito social: o denominado “presente”. Vargas anunciou a lei que regulamentaria o salário-mínimo e que conferiria mais segurança e garantias ao trabalhador urbano: “Ninguém pode viver sem trabalhar, e o operário não pode viver ganhando, apenas, o indispensável para não morrer de fome! O trabalho justamente remunerado eleva-o à dignidade social” (Vargas, 1940, p. 204). O Dia do Trabalho passou a assumir contornos rituais (Gomes Â., 2005).

A ideia de elevação do homem pelo trabalho – que continha em seu ideal a justiça e a valorização social dos trabalhadores, por meio da legislação trabalhista – foi solidificada, tanto nas camadas populares como, em certa medida, na elite nacional. O trabalhismo estado-novista encarava a questão social como um problema de todos os homens e de todas as classes, já que eram considerados trabalhadores todos aqueles que produziam, que “colaboravam” com o valor social de seu trabalho (Gomes, 1999).

Essa “concepção totalista do trabalho” – na conceituação de Severino Sombra 17 – não distinguia entre atividades manuais e intelectuais; via o trabalho em toda a grandeza de sua hierarquia. Sobretudo, tal percepção via o trabalhador – o homem do povo – não como uma “máquina de produção” ou como um indivíduo abstrato, mas como “pessoa humana”, como uma “célula vital do organismo pátrio”. Por isso, para o Estado nacional, a resolução da questão social precisava incluir todos os problemas de caráter econômico e social que diziam respeito ao bem-estar do povo, pois, para o governo Vargas, o trabalho não era simplesmente um meio de “ganhar a vida”, mas sobretudo um meio de “servir à pátria” (Gomes, 1999, p. 59).

Para o Estado Novo, uma política de valorização do trabalho era uma política de valorização do esforço humano, considerado a base de toda a riqueza social. Segundo Gomes (1999, p. 66), “uma política de valorização do trabalho estaria, portanto, centrada na ideia de que a pobreza era um mal a ser evitado e que a riqueza era um bem comum, isto é, a riqueza devia ter uma função social à qual se subordinavam os interesses particulares dos indivíduos e dos grupos”.

O trabalhador era o grande herói da “democracia social” que se construía no Brasil (Gomes, 1999). “Desde então, no Brasil, a relação homem do povo/Estado fundou-se, em grande medida, nessa mitologia do trabalhador e do trabalho como fonte de riqueza, felicidade e ordem social” (Gomes, 1999, p. 71). A abordagem totalizante de Vargas realocou as antagônicas expressões raciais, sociais e econômicas da sociedade em arquétipos sociais que solidificaram a narrativa ideológica nacionalista do projeto trabalhista do Estado Novo. Essa abordagem impedia que se compreendesse a complexidade das relações de classes. O discurso de Vargas se apresentava como uma tentativa de ressignificar os sentidos pejorativos que eram atribuídos à imagem do negro, colocando em prática o projeto trabalhista e nacionalista do Estado Novo, visando à criação de uma unidade étnico-racial revalidada: a “raça brasileira”.

3.5 DIA DA RAÇA

A organização do dia 13 de maio de 1938 associou a comemoração do Dia da Raça ao Cinquentenário da Abolição da Escravatura e foi promovida pelo governo Vargas, sendo coordenada pelo ministro da educação e saúde, Gustavo Capanema, com programação idealizada por Arthur Ramos (Cunha, 1999). A programação dos festejos comemorativos organizados pelo governo foi amplamente divulgada em jornais de todo o país. Como parte das programações em comemoração ao Cinquentenário da Abolição, foram preparados seminários, lançamento de livros, concertos musicais – com a participação, inclusive, de Heitor Villa-Lobos – e um chá servido no Palácio do Catete por netas da princesa Isabel (Cunha, 1999).

A sessão cívica realizada no Teatro Municipal reuniu autoridades e convidados ligados à arte e à cultura, com o discurso do antropólogo Roquette Pinto, o qual alertava que, apesar das diversas influências da cultura afro-brasileira, no idioma, nos costumes, na religião e na moral, a ideia negativa do trabalho manual, muito associada à população negra, ainda era um obstáculo significativo para o desenvolvimento do País (Cunha, 1999).

A historiadora Cunha (1999) traz um trecho significativo da fala do orador oficial da Presidência da República, publicada na imprensa do Rio de Janeiro, em uma das solenidades do Cinquentenário da Abolição:

Em todos os problemas do Brasil, que são grandes e vários, debalde se buscará o negro como fator de inquietações. O negro não perturba a marcha dos negócios. A liberdade que lhe outorgamos não serviu para torná-lo

soberbo. Foi antes, condição que só o tem encaminhado no seu sentido de cooperar, como legítimo brasileiro, na grandeza do país. Comemorar o cinquentenário da Abolição é sem dúvida ilustrar a história do Brasil em um dos seus pontos mais delicados, aquele precisamente em que uma questão da raça poderia comprometer – e bem ao contrário só fez assegurar – os fundamentos de nossa unidade (Cunha, 1999, p. 257).

O discurso do presidente da República também era esperado. No entanto, a fala que deveria ter como propósito a comemoração do Dia da Raça foi tomada pelo enfrentamento de Vargas à Ação Integralista (AIB) que, dias antes (11 de maio), executara um golpe fracassado contra o seu governo, ocorrência conhecida como o *putsch* integralista de 1938. O discurso tornou-se uma reação à tentativa de golpe: Vargas sentenciou os integralistas, atribuindo-lhes a alcunha de inimigos da pátria, e convocou o povo a unir-se ao governo contra os adversários, que teriam cometido um crime de lesa-pátria: “Continuemos a trabalhar confiantes no futuro, prontos a castigar exemplarmente os culpados pelos crimes de lesa-pátria. É o nosso dever. Havemos de cumpri-lo serenamente, sem medir sacrifícios, para maior bem e maior glória do Brasil” (Vargas, 1938, p. 29).

Para a historiadora Cunha (1999, p. 258), “[...] os festejos oficiais da Abolição sugeriam um novo olhar sobre o passado e a memória do que foi juridicamente extinto - a escravidão”. A agenda elaborada por Arthur Ramos tinha como objetivos dar visibilidade, promover e valorizar os aspectos positivos da cultura negra. A imagem do negro atrelada à escravidão e à marginalização social não interessava ao Estado Novo, uma vez que, no discurso deste, a chave para o progresso estava assentada na valorização do homem, do trabalhador brasileiro e em suas virtudes, como pilares de sustentação do trabalhismo. A imagem de desqualificação social continuava como um entrave para o projeto político-ideológico estadonovista.

Falar da abolição acarretaria, necessariamente, referências à escravidão. A invenção de uma narrativa sobre o passado e, por conseguinte, a elaboração de uma agenda oficial dos marcos da história nacional implicam um rearranjo no enfoque da “realidade” e do presente. Tal operação envolveria a construção de um discurso que requalificasse, no âmbito historiográfico e sociológico, a história social da nação (Cunha, 1999, p. 259).

Segundo Cunha (1999), Vargas fez uso da ressignificação da categoria negro, utilizada até então como categoria científica, transformando-a em categoria política. Seu objetivo era desvincular os sentidos pejorativos historicamente atribuídos aos indivíduos de ascendência africana, criando, assim, uma nova unidade étnico-racial e introduzindo uma inovadora forma de representar uma parcela significativa da sociedade brasileira. Contudo, é importante

destacarmos que Vargas não inventou nem presenteou a população negra com a comemoração do Dia da Raça. Desde o início da abolição, a FNB organizava, enquanto esteve ativa, as comemorações do 13 de maio, e essa data era celebrada pelos afro-brasileiros anualmente. No entanto, não deixava de ser significativa a estratégia de valorização da cultura afro-brasileira pelo regime Varguista, o seu projeto de poder, o trabalhismo, necessitaria incluir todos os brasileiros na construção da identidade trabalhista.

Destacamos o volume 9 do jornal *A Voz da Raça*, de 13 de maio de 1933¹⁵, edição totalmente voltada para as comemorações do 13 de maio. A programação continha festivais, bailes, desfiles, peças de teatro, poemas e crônicas dedicadas ao grande dia.

Figura 1 – Folheto de divulgação da programação das comemorações do dia 13 de maio de 1933, realizada pela Frente Negra Brasileira

MAIO 13 1888 HOJE -- 13 DE MAIO MAIO 13 1933

"Frente Negra Brasileira"
EM VITORIOSA MARCHA, COMEMORA CONDIGNAMENTE A GRANDE DATA

Para celebrar o dia 13 de Maio, uma das maiores etapas da redenção da Gente Negra Brasileira, a Comissão de Festas da F. N. B. — que vai levando o Negro Nacional à própria redenção e à da Pátria pela atitude nacionalista dos frente-negrinos e frente-negrinas — organizou o seguinte

PROGRAMA

HOJE, DIA 13

De manhã, às 8.45, missa solenne, na Igreja das Beatas, à Praça João Mendes, um retrato do ilustre Francisco Costa Santos, e dos Abolicionistas Negros e Brancos.

A Noite

No Cine-Theatro Riana, à Rua da Barra-Fundo n. 63, importante sessão literária musical e dramática, patrocinada pela Comissão de Festas da F. N. B.

Programa do Festival

PRIMEIRA PARTE

1.º Número — Overture pela Orquestra Frente-negrina, composta de 15 instrumentos, executada à requesta do professor negro Alfredo Pires. Chão de terra nas saletas. Música da Banda da Praça E. do Estado.

2.º Número — Marcha Polonesa, composição do ilustre Veiga dos Santos, com versos do poeta negro Luiz Herculano, cantada pelos integrantes do Grupo Corista Frente-negrino.

3.º Número — A MISSÃO DO NEGRO NO BRASIL, cantada pelo Sr. Arlindo Veiga dos Santos, Presidente Geral da F. N. B.

4.º Número — Overture pela Orquestra.

5.º Número — AV AV AV, Pato? ou Liberdade, cantado pelo frente-negrino Justino de Assis Nepomuceno, com acompanhamento de Orquestra.

6.º Número — DECLAMAÇÃO, lindas poesias sobre defuntas pelos competentes do Grupo Corista Frente-negrino.

7.º Número — Overture pela Orquestra.

8.º Número — Uma surpresa para a Platão Frente-negrina.

9.º Número — Sôto de Vódo, Cavallito, Bando, Sinfonia, etc.

10.º Número — MEU CORAÇÃO (valsa lenta), composição de Ildilino Veiga dos Santos, e Belizário Soares, cantada pela Orquestra Frente-negrina.

11.º Número — UMA CORONA, balada romântica, pelo frente-negrino Aristides de Assis Nepomuceno e Arlindo Veiga dos Santos.

12.º Número — CUMAS NOSSAS, Overture pela Orquestra.

Intervalo de 10 minutos

SEGUNDA PARTE

1.º Número — Overture pela Orquestra Frente-negrina.

2.º Número — Pelo Grupo Corista da F. N. B., será levada à cena a farsinha de peça dramática em 2 atos, intitulada "O Negro e o Branco", original do escritor teatral Ildefonso de Veiga dos Santos, intitulada

"Marieita, a Heroína"

MAIEIRA, A HEROINA, é uma das etapas vitais da redenção negra, com, logo em sua origem, o teatro para servir ao melhor da causa, e não o contrário! De Frente Negra Brasileira.

Descrição das quadras: 1.ª quadra — O baile — A descoberta da poesia — Patrocínio — A voz — Encanto — A palavra — Assando a algar — Pelo negro e pelo Brasil — 2.ª quadra.

MARÇA TRUNFAL

3.º Número — Overture pela Orquestra Frente-negrina.

Intervalo de 5 minutos

TERCEIRA PARTE

1.º Número — Overture pela Orquestra.

2.º Número — Sôto de Vódo e Alta Comédia, APACHES NEGROS, de autoria de Ildilino Veiga dos Santos, apresentado nesta noite o Grupo Corista Frente-negrino, toda peça é executada pelo professor Alfredo Pires.

Luíza cantará, quando-nunca falamos, afinal era bela mulher de arte.

Para analisar o espetáculo, será chamado pelo Grupo Corista o Ilustre da Frente Negra Brasileira.

Para esta ocasião, preparamos seis cantos no Sêto Central da Frente Negra Brasileira, à Rua de Liberdade n. 66.

AMANHÃ, DIA 14

Às 8 horas da manhã, concentração dos Frente-negrinos e Frente-negrinas da Capital e do Interior do Estado no Sêto Central. — Às 9 horas, partida para o Cemitério do Arago, em visita ao túmulo do saudoso Francisco Costa Santos, fundador da Frente Negra Brasileira. Em seguida, dirigiremos à Sumaré, para o Cemitério da Consolação, onde os produtores negros farão os túmulos dos Abolicionistas.

Na volta das metrópoles, paradação à imprensa. — Na metrópoles da região serão cantadas diversas liras, inclusive o da Frente Negra Brasileira.

À noite, no Sêto Central da F. N. B., sessão solenne, para encerrar os trabalhos da comemoração, com o lançamento da respectiva ata.

Pelo Comitê.
Dr. J. C. Carneiro, João de Souza, Benedito Andrade, Sebastião Vieira, Sílvio Oliveira.

Fonte: *A Voz da Raça*, 13 de maio de 1933.

¹⁵ Isaltino Veiga dos Santos, irmão do presidente Arlindo Veiga dos Santos, é retratado nesse volume como "O Ghandi brasileiro", com direito a uma foto bem ao centro na primeira página, ilustrando o seu artigo.

O volume dedicado à celebração do 13 de maio não tinha apenas um tom festivo, mas também se tornava espaço para reflexão sobre o próprio processo de Abolição da população negra. Em longo artigo intitulado *Liberdade Utópica*, Isaltino Veiga dos Santos tece suas críticas ao racismo que a população negra sofria, mesmo após quase 50 anos do fim da abolição, que, para o autor, foi uma mentira e trouxe uma liberdade falsa, visto que a população negra continuaria fadada à “escravidão”, mas, de outra forma, pelo abandono social e econômico por parte das elites nacionais.

Passa-se hoje, mais um aniversário da abolição da escravatura negra no Brasil [...] e que liberdade, e que abolição... uma liberdade mentirosa, esfacelada e vergonhosa; uma tapeação muito bem engendrada pelos magnatas, e pela falada aristocracia escravocrata brasileira, que ainda hoje por aí andam, com a sua consciência roída pelos remorsos, provindos dos crimes hediondos que praticaram, com o cinismo torpe dos desumanos. Embora muita gente, queira dizer o contrário, nós os Negros que continuamos sofrendo, afirmamos o que dizemos, e eu, em boa hora já disse que: O PRECONCEITO DE COR NO BRASIL, SÓ NÓS OS NEGROS O PODEMOS SENTIR (*A Voz da Raça*, 13 de maio de 1933, p. 1).

O artigo também traz a tensão racial do início da década de 1930. Isaltino Veiga se dedica a desmontar a tese da imprensa de São Paulo de que a FNB tinha pretensões separatistas e que buscava regalias, ao reivindicar seus direitos.

Outros dizem, que a ação da F. N. B., pôde trazer para o Brasil uma QUESTÃO, que não existe, com tendência a divisão racial, mas nada disso existe, não adianta esse envenenamento, não é nada disso que se prega na Frente Negra Brasileira, o que desejamos é estar sempre ao lado dos nossos irmãos brancos, em todos os ramos de atividade, especialmente na parte em que toca a nossa nacionalidade... [...] com a união de Todos os brasileiros, sem distinção de cor ou credo político, mesmo porque, sem nós os negros estamos afastados da vida política da nacionalidade, a culpa cabe tão somente a falada aristocracia brasileira, que se envergonhando da sua própria descendência, nos jogou a margem de todas as atividades, dando concepções escandalosas aos estrangeiros, substituindo até na lavoura, os negros pelos mesmo. E foi por essa e outra cousas idênticas que se fundou a Frente Negra Brasileira, mesmo porque o negro já está cansado de ouvir dizer que ele não serve para nada, está cansado de tanto ludíbrio e de tanta diminuição (*A Voz da Raça*, 1933, p. 1).

Não só a imprensa paulista embarcava em uma campanha contra a FNB e a reivindicação dos direitos dos afro-brasileiros, mas jornais do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, segundo Isaltino Veiga dos Santos, deram início à investida contra a fundação da FNB. Segundo estes jornais, a legislação brasileira já garantia a igualdade de direitos, não fazendo distinção entre negros e brancos (*A Voz da Raça*, 13 de maio de 1933, p. 1). De acordo com o relato de Isaltino Veiga, o jornal *A Vanguarda*, do Rio de Janeiro, em 31 de

dezembro de 1932, bradava: “Somos o produto de três raças, o branco, o índio e o negro, e portanto, não passamos ainda de uma sub-raça que caldeia os três sangues” (*A Voz da Raça*, 13 de maio de 1933, p. 1). No entanto, segundo o articulista, a predominância da raça branca era biologicamente evidente, mas o branco não guardava preconceito de “[...] seu patricio de pele morena, vermelha ou preta” (*A Voz da Raça*, 13 de maio de 1933, p. 1). Em resposta, Isaltino Veiga ironizou os ataques, dizendo que quem escrevera deveria viver “[...] há quatrocentos anos, enclausurado num retiro intransponível do Amazonas, onde nunca chegou a voz humana, onde nunca retumbou o grito de dor e humilhação do negro cativo à quatro centenários” (*A Voz da Raça*, 13 de maio de 1933, p. 1).

Isaltino Veiga argumentava que, mesmo que as leis nacionais não trouxessem o preconceito e a distinção de raça, o preconceito estava enraizado na cultura da sociedade brasileira. Segundo o autor, “é preciso um impulso forte de maldade e inconsciência para afirmar que no convívio social, o negro goza das mesmas prerrogativas e regalias que o branco” (*A Voz da Raça*, 13 de maio de 1933, p. 1). O argumento de Isaltino Veiga nos remete ao conceito de racismo estrutural, desenvolvido por Almeida (2019). Segundo o autor, o racismo é sempre estrutural, já que integra as organizações econômica, política e social da sociedade brasileira. Sendo uma manifestação normal da sociedade, e não um fenômeno patológico, ele estabelece tecnologias para a reprodução de formas de desigualdade e violência da vida social. De acordo com Almeida (2019, p. 4),

[...] o racismo estrutural é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção. O racismo é parte de um processo social que ocorre “pelas costas dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição.

Quando Isaltino Veiga relata que as condições de vida do negro muito decorriam do abandono social, pela criação de dificuldades que a sociedade branca impunha ao negro, fosse no trabalho, na educação ou na vida pública, podemos entender que o que ele está considerando é o racismo estrutural da sociedade brasileira, que impede o acesso da comunidade negra a seus direitos legais assim como de usufruir das condições iguais às do branco na sociedade. De acordo com Isaltino Veiga, a realidade do negro no Brasil era esta: “[...] sua má condição, sob todos os pontos de vista, advém exatamente da rejeição em que é tido, criando-se-lhe dificuldades e entraves para tudo: para trabalhar, para viver, para respirar” (*A Voz da Raça*, 13 de maio de 1933, p. 1). Isaltino argumentava que não eram as

leis brasileiras que incentivavam o preconceito, mas a cultura racista da sociedade brasileira, pois, segundo ele, “O preconceito de cor, repito – e o negro o sabe – não é inspirado nas magnanimas leis nacionais: é fogo ateado com lenha particular da sociedade” (*A Voz da Raça*, 13 de maio de 1933, p. 1).

De acordo com Almeida (2019), o racismo se expressa concretamente como desigualdade política, econômica e jurídica. No entanto, segundo o autor, “[...] o uso do termo “estrutura” não significa dizer que o racismo seja uma condição incontornável e que ações e políticas institucionais antirracistas sejam inúteis [...]” (Almeida, 2019, p. 40). Desse modo, a FNB se notabilizou nos anos de 1930, colocando-se na frente de batalha na luta por direitos para a população negra. Segundo Isaltino Veiga, a “[...] finalidade da Frente Negra Brasileira, é construir um imenso reservatório de água capaz de apagar para sempre essa fogueira” (*A Voz da Raça*, 13 de maio de 1933, p. 1), remetendo à imagem do racismo como uma fogueira alimentada pela sociedade brasileira.

Conforme abordamos anteriormente, o Dia da Raça, instituído por Vargas em 1938, não pode ser entendido como uma dádiva do presidente, assim como a abolição também não, visto que, para Isaltino Veiga, esta não foi uma outorga da princesa mas realizada pelo próprio negro. “Os negros devem, pois, agradecer a abolição aos negros nossos antepassados. O mais é conversa (*A Voz da Raça*, 13 de maio de 1933, p. 1). Dessa forma, o Dia da Raça foi resultado da luta histórica pelo reconhecimento do valor e da cultura dos afro-brasileiros na sociedade brasileira. A novidade que Vargas trouxe no decreto de lei foi a institucionalização da data como parte do calendário de comemorações nacionais, tornando obrigatória a celebração em todas as escolas do país. As escolas primárias e secundárias, normais e profissionais de todo o país deveriam tirar um dia durante a semana para fazer homenagens e preleções sobre as figuras históricas que atuaram e influenciaram a abolição da escravatura. O objetivo era fixar nas mentes a importância política e moral desse acontecimento histórico. É importante ressaltarmos que a criação do Dia da Raça e a programação para comemoração realizada pelo governo demonstravam uma tentativa de aproximação do Estado Novo com a cultura afro-brasileira.

A abordagem do Estado Novo consistia em assimilar a cultura afro-brasileira dentro de seu projeto de poder. Para a interpretação estadonovista, o cuidado de não mencionar as expressões que, de alguma forma, revisitassem a imagem pejorativa do negro e também o regime escravista, era essencial para o sucesso do projeto trabalhista, que se assegurava com a invenção de arquétipos, como as expressões povo, nação e raça brasileira, para a construção

do sentimento de unidade entre as diferentes frações sociais, eliminando, no imaginário, os conflitos de classe e étnico-raciais, mas que na realidade faziam parte do dia a dia da comunidade negra.

Com isso, elaborava-se a concepção da população brasileira como composta por uma “raça brasileira”, a que pertenceria o trabalhador nacional, que era o centro das atenções e público-alvo dos discursos governamentais. Vargas não distinguia em seus discursos as características étnico-raciais e sociais do trabalhador brasileiro, como podemos observar em seu pronunciamento em comemoração ao 1º de Maio de 1943:

A essas disposições o Governo responde com uma política trabalhista que não divide, não discrimina, mas, ao contrário, congrega a todos, conciliando interesses no plano superior do engrandecimento nacional. À medida que impulsionamos as forças da produção para favorecer o progresso geral e unificar economicamente o país, organizamos o trabalho, discipliná-lo [sic] sem compressões inúteis, afastando a luta de classes e estabelecendo as verdadeiras bases da justiça social (Vargas, 1943, p. 15).

Em trecho do discurso pronunciado no dia 7 de setembro de 1940, em comemoração ao Dia da Independência, notamos a importância que Vargas deu ao sentido de união que queria criar entre o povo brasileiro. De acordo com o presidente,

UNIÃO E TRABALHO. Pela união, faremos da Pátria uma entidade sagrada, e, pelo trabalho, engrandecê-la-emos, tornando-a rica, forte e respeitada. Permanecemos dignos dos nossos maiores e das nossas tradições de honra; continuemos a mostrar que sabemos sentir, pensar e agir impulsionados pelos altos interesses nacionais; demonstremos, enfim, que somos donos dos nossos destinos e estamos decididos a realizá-los sem temer perigos nem medir sacrifícios. Esse deve ser o voto mais vivo, a promessa mais consciente, o desejo mais puro, de todo brasileiro, neste dia glorioso, consagrado ao culto da Pátria (Vargas, 1940, p. 17).

A política nacionalista de Getúlio Vargas implicava que o regime utilizasse uma abordagem totalizante e integralizada dos antagonismos e conflitos sociais. As identidades nacionais, segundo Stuart Hall (2006), produzem sentidos com os quais podemos nos identificar. Esses sentidos estão nas histórias contadas, nas memórias que conectam o presente com o passado e nas imagens que delas são construídas. Como afirma Anderson (2008), a identidade nacional é uma “comunidade imaginada”. A evolução do país dependia do sucesso da criação de um sentido de unidade, de um tipo de identidade brasileira, nacional, tipo este que, caracterizado pela sua força, vigor e patriotismo, abandonaria os conflitos sociais em nome de uma nação, da criação de uma raça brasileira. Conforme argumenta Gomes Â. (2005), a imagem que se pretendia construir no trabalhismo de Getúlio Vargas era a de uma

“raça brasileira” intencionalmente criada a fim de enaltecer a figura do homem brasileiro, aquele que tinha força e energia para o trabalho, que contribuía para a construção do progresso e grandeza do Brasil.

Os trabalhadores – o outro termo da relação fundamental estruturada nas palestras – seriam sempre mencionados como dotados de ânimo, interesse e capacidade. Já se fora o tempo em que o brasileiro sofrera o estigma de ser um mau trabalhador. Para Marcondes, o momento atesta justamente o inverso. Suas palestras tinham como imagem de fundo recorrente a glorificação do homem brasileiro, da “raça brasileira” em sua força e energia, conquistando a terra bruta e primitiva – no caso do trabalhador rural –, ou construindo a grandeza industrial do Brasil – no caso do proletário urbano (Gomes, Â., 2005, p. 222).

Segundo a historiadora Gomes, Â. (2005), o grande objetivo do projeto de Getúlio Vargas era a construção desse homem, que seria o pilar do “progresso do povo brasileiro”. A autora argumenta:

Este homem magnífico, tornado são e bem alimentado pela política de Getúlio Vargas, era de fato o principal responsável pela construção da grandeza da pátria. Ele precisava ter muito melhor conhecimento, mas seu valor era algo indiscutível e comprovável tanto pela forma como vinha se desincumbindo do esforço de produção em que se engajava o país, quanto pela maneira como reconhecia a obra governamental do Estado Novo (Gomes Â., 2005, p. 222).

A criação de uma narrativa que valorizasse o trabalhador consistia em edificar, também, a figura de Vargas, diante dos trabalhadores, como um homem do povo, de um povo em que não haveria distinções de raça ou classe social.

3.6 TRABALHISMO E IDENTIDADE NACIONAL

A construção da homogeneidade de um povo é frequentemente promovida por meio de estratégias políticas discursivas amplamente empregadas pelos Estados. Essas estratégias visam estabelecer uma cultura nacional unificada, que promova padrões universais de alfabetização e estabeleça uma única língua escrita e falada, tornando-a compreensível para toda a população em geral. “A formação de uma cultura nacional contribuiu para criar padrões de alfabetização universais, generalizou uma única língua vernacular como o meio dominante de comunicação em toda a nação, criou uma cultura homogênea e manteve instituições culturais” (Hall, 2006, p. 49).

O Estado necessita homogeneizar e padronizar seus habitantes (Oliveira, 1997). Unificar as pessoas para que se sintam identificadas por origens comuns, por falar uma língua comum, por compartilhar e aprender histórias comuns, faz parte desse processo de padronização populacional. Segundo a historiadora Oliveira (1997), no final do século XIX, os Estados passaram a agir por meio da máquina da comunicação – imprensa, rádio –, assim como da educação, principalmente do ensino primário, difundindo a imagem de uma herança comum, inventando e inculcando tradições.

O regime estadonovista utilizou amplamente essas estratégias homogeneizadoras, na busca da construção da identidade cultural da Nação. A criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), comandado por Lourival Fontes, foi uma das mais importantes estratégias para a efetivação do projeto varguista. Controlar a comunicação, a imagem do governo para o povo se mostrou de grande valia, para a efetiva orientação da cultura popular. Segundo Capelato (1999), destacavam-se a imprensa e o rádio como principais meios para divulgação da propaganda política. Desde 1931, com o Departamento Oficial de Publicidade, substituído em 1934 pelo Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC), ainda no governo provisório, já se praticava uma política de controle da informação transmitida pelo rádio e pela imprensa. A inauguração do programa “Hora do Brasil”, em 1938, só se deu quando o DPDC se transformou no Departamento Nacional de Propaganda (DNP). O programa era transmitido diariamente por todas as estações de rádio, com duração de uma hora, mirando a divulgação dos principais acontecimentos da vida nacional, de acordo com o regime estadonovista¹⁶. “A Divisão de Radiodifusão ficou responsável por controlar os serviços radiofônicos no território brasileiro, orientando-os em suas diferentes atividades culturais, sociais e políticas” (Fraga, 2021, p. 363). Em 1939, o DIP tomou o lugar do DNP e passou a realizar o programa “Hora do Brasil”, com três finalidades a cumprir: informativa, cultural e cívica. Segundo o Centro de Pesquisas e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), o programa também tinha a função de informar detalhadamente sobre os atos do presidente da República e as realizações do governo assim como fornecer uma programação cultural que pretendia incentivar o gosto pela “boa música”, por meio de audições de autores considerados célebres (em sua maioria, autores nacionais). Comentários sobre a arte popular e descrições dos pontos turísticos do país também faziam parte da programação. No que diz respeito à finalidade cívica, esta era contemplada por meio de

¹⁶ Hora do Brasil. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EducacaoCulturaPropaganda/HoraDoBrasi>. Acesso em: 14 ago. 2023.

“recordações do passado”, em que se exaltavam os feitos da nacionalidade. As peças de radioteatro, transmitidas na época, tinham dramas históricos – tais como a retirada da Laguna, a abolição da escravidão e a proclamação da República – como temas centrais. Em janeiro de 1942, o novo ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, Alexandre Marcondes Filho, deu início a uma de suas políticas mais significativas, não só pela continuidade, como pela originalidade e alcance que ganhou (Gomes Â., 2005). Desse mês até julho de 1945, falou semanalmente pelo rádio, realizando mais de 200 palestras, com duração de aproximadamente 10 minutos, todas as quintas-feiras. No dia seguinte, as palestras eram publicadas pelo jornal *A Manhã*, porta-voz do regime, podendo, dessa forma, ser mais bem assimiladas pelo público:

Era a primeira vez no Brasil que uma autoridade do porte de um ministro de Estado se dirigia a tão grande público, usando sistematicamente, como instrumento divulgador da mensagem, o rádio. A divulgação pela imprensa ou outros meios de difusão (disco, por exemplo) das palestras de Marcondes funcionaria mais como um reforço ao canal de comunicação de maior penetração da época. A radiodifusão adequava-se como uma luva ao objetivo específico da nova programação. As palestras se dirigiam a um público específico e em grande parte analfabeto, e seu conteúdo, apesar de diversificado, tinha um eixo fundamental: a legislação social trabalhista do Estado Novo. O programa “Falando aos Trabalhadores Brasileiros” resume em seu título a intenção do ministro e com isto o veículo escolhido para as emissões (Gomes Â., 2005, p. 212).

Como argumenta Gomes (1999), essa iniciativa merece nossa atenção, pois o programa semanal tinha como objetivo divulgar, de forma mais rápida e ampla, as medidas governamentais sobre a nova legislação social. Em razão das grandes distâncias do território nacional e das dificuldades de comunicação, o rádio foi o meio considerado mais adequado para se comunicar e “esclarecer” os trabalhadores de norte a sul do País. De acordo com Gomes Â. (2005, p. 220), “[...] todas as providências tomadas desde a revolução envolvendo a resolução da questão social eram atribuídas diretamente a Vargas. Era dele que todas as instruções emanavam, era ele o inspirador de toda a legislação elaborada”. Uma das principais contribuições do programa era fazer com que a legislação social fosse considerada um patrimônio do trabalhador e da comunidade nacional.

É fora de dúvida que o governo, mesmo antes de 1942, desenvolvia esforços para fazer do programa “Hora do Brasil” um sucesso de audiência. Por decreto-lei (nº 1.949/1939), tornara sua transmissão obrigatória em qualquer estabelecimento comercial que possuísse aparelho de radiodifusão. Aconselhava também que, sobretudo nas cidades do interior, fosse transmitido por alto-falantes instalados em logradouros públicos, praças e vias de maior movimento. De maneira mais sutil, programava-se a apuração

de concursos populares – como os musicais, por exemplo - para o período de transmissão da “Hora do Brasil” (Gomes Â., 2005, p. 213).

Dessa forma, a sistematização do rádio e dos serviços de radiodifusão se tornou um importante instrumento para o Estado Novo, que ampliou sua capacidade de intervenção na esfera cultural por meio das instituições criadas pelo Ministério de Educação e Saúde Pública (Capelato, 1999). O regime criaria seus próprios aparatos culturais, veículos de promoção e de propaganda e publicações oficiais, como a revista *Cultura Política*, que contava com a colaboração de diversos intelectuais. Assim, o DIP, ao lado do Ministério de Educação, se tornou um dos principais defensores de uma cultura oficial que pretendia criar a identidade que se queria atribuir ao povo brasileiro (Araújo; Barbosa, 2016).

O Ministério da Educação, nas mãos de Gustavo Capanema, propôs a divisão do Departamento de Propaganda em duas partes: a primeira, de Publicidade e Propaganda, ficaria no Ministério da Justiça; a outra, Difusão Cultural, voltaria ao Ministério de Educação e Saúde. Em 1938, Capanema reivindicou, contrariando as pretensões do ministro da Justiça Francisco Campos, que tanto o Serviço de Radiodifusão Educativa como o Instituto Nacional de Cinema permanecessem como áreas de atuação do Ministério da Educação, alegando que a radiodifusão escolar era matéria diferente e separada da radiodifusão, meio de publicidade ou de propaganda, assim como, já alegaram antes, o “cinema educativo” se distinguia do “cinema escolar”. Em 1939, as atribuições do extinto Departamento de Propaganda e Difusão Cultural passaram para o Departamento de Imprensa e Propaganda, criado nesse ano (Capelato, 1999, p. 172).

O DIP, a partir de 1939, foi vinculado diretamente à Presidência da República, produzindo e divulgando os discursos destinados a construir a imagem do regime, das instituições e do chefe do governo. Destarte, foram produzidos livros, revistas, folhetos, cartazes, programas de rádio com noticiário e números musicais, além de radionovelas, fotografias, cinejornais, documentários, filmes de ficção etc. Com a organização e a produção da comunicação oficial ampliando a capacidade de intervenção do Estado nos meios de comunicação e da cultura, o DIP passou a se responsabilizar pela defesa da unidade nacional e da manutenção da ordem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na discussão que, ao longo da dissertação, fizemos a respeito da questão racial na era Vargas (1930-1937), especialmente da relação da comunidade negra com as políticas do regime, demonstramos, por meio de artigos publicados no jornal *A Voz da Raça*, o quanto a principal organização negra do período – a Frente Negra Brasileira (FNB) – e, principalmente, o seu primeiro presidente, Arlindo Veiga dos Santos, se alinharam ao regime Vargas e sua ideologia conservadora e anticomunista, por vezes associada ao fascismo italiano e ao nazismo alemão.

No decorrer das análises do *A Voz da Raça*, foi possível percebermos que, embora Arlindo Veiga dos Santos tenha demonstrado posicionamento favorável às ideologias conservadoras, monarquistas, nacionalistas bem como sua admiração pelos regimes nazifascistas da Europa dos anos 1930, o fretenegrino utilizou o apoio ao regime como forma de dar visibilidade à Frente Negra, que buscava a valorização do negro na sociedade. Também pudemos constatar que seu apoio ao Governo Vargas, enquanto estratégia na busca do ideal da Frente Negra, objetivava a “integralização absoluta, completa, do negro, em toda a sociedade brasileira” (*A Voz da Raça*, 29 de abril de 1933, p 1).

A Primeira República tinha se mostrado um período difícil para a comunidade negra, visto que foi permeada pelas teorias raciais e pela política de branqueamento. A “revolução de 1930” trouxe esperanças à comunidade negra a respeito de seu futuro. Conforme explanado no segundo capítulo, o ativista José Corrêa Leite, crítico ao regime Vargas e à ideologia conservadora que a FNB abraçava sob o comando de Veiga Santos, relatou que os negros ficaram entusiasmados com o novo governo. A lembrança do abandono social, das políticas de branqueamento por meio da imigração dos europeus e a desvalorização do negro e de sua cultura na construção da identidade nacional, nos anos republicanos, fizeram com que a promessa de uma “nova sociedade” alcançasse considerável adesão dos afro-brasileiros, que deram apoio ao novo regime.

Ainda que a FNB tenha se caracterizado, principalmente sob a liderança de Veiga dos Santos, como conservadora e de direita, os conflitos internos produziram dissidentes que foram capazes de repercutir na comunidade negra uma ideologia contrária ao conservadorismo e à ideologia varguista. José Correia Leite foi o principal líder dessa oposição, que resultou na criação da Frente Negra Brasileira Socialista e na atuação da Legião Negra no levante armado constitucionalista de 1932. As lutas e disputas políticas dos anos

1930, especialmente durante o governo provisório, momento em que Vargas buscava afirmar-se enquanto chefe do governo, ressoavam na população negra, que atuou ativamente, fosse em alinhamento ao regime Vargas, fosse em oposição.

No período do Estado Novo, formulou-se a política trabalhista de Vargas, fundamentada em um discurso de valorização do “trabalhador nacional”, categoria em que estariam inclusos os afro-brasileiros. A partir de uma interpretação cultural da população brasileira, o regime varguista passou a conceber *raça* como categoria discursiva, e não como biológica, como na Primeira República.

A estratégia do governo era associar a identidade nacional à do “trabalhador nacional”, concebido de maneira unificada, indiferenciada. Desse modo, a construção dessa identidade nacional não concedia espaço para a diversidade étnica e de classe, desconsiderando as desigualdades e o preconceito racial em seu projeto de poder. Sendo assim, o Estado Novo parecia imbuído da ideia de “democracia racial”.

Os intelectuais do Estado Novo procuraram recriar a história de Vargas no poder, ressignificando conceitos e expressões de acordo com a ideologia estadonovista. Assim, a criação do Dia da Raça, no 13 de maio, como data no calendário de comemorações do Estado, valorizando a cultura afro-brasileira, foi apresentada para os afro-brasileiros como outorga do presidente. Os ideólogos do Estado Novo, como vimos na análise da revista *Cultura Política*, realizada por Gomes Â. (2005), construíram a imagem de Vargas enquanto um homem clarividente, que se antecipava às demandas sociais: o trabalhador não necessitava reivindicar, pois o presidente entendia o seu povo e as necessidades deste. No entanto, o 13 de Maio sempre foi festejado pelos afro-brasileiros, desde o fim da abolição. As associações, clubes e entidades negras se organizavam planejando inúmeras programações culturais para celebrar a cultura afro-brasileira e o fim do cativo, conforme demonstramos ao descrever a programação da Frente Negra para as comemorações do 13 de Maio na década de 1930.

A partir das análises desenvolvidas, foi possível compreendermos a relação da população negra com as políticas da Era Vargas e evidenciarmos o protagonismo do negro nesse contexto histórico assim como a importância e o impacto da ação desses atores políticos diante da complexidade da realidade social, política e econômica nas décadas de 1930 e 1940.

REFERÊNCIAS

- A VOZ DA RAÇA. 18 de março de 1933. Hemeroteca Digital Brasileira. Biblioteca Nacional – Digital do Brasil. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/voz-raca/845027>. Acesso em: 26 jul. 2022.
- A VOZ DA RAÇA. 25 de março de 1933. Hemeroteca Digital Brasileira. Biblioteca Nacional – Digital do Brasil. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/voz-raca/845027>. Acesso em: 27 maio 2023.
- A VOZ DA RAÇA. 1 de abril de 1933. Hemeroteca Digital Brasileira. Biblioteca Nacional – Digital do Brasil. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/voz-raca/845027>. Acesso em: 30 jul. 2022.
- A VOZ DA RAÇA. 15 de abril de 1933. Hemeroteca Digital Brasileira. Biblioteca Nacional – Digital do Brasil. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/voz-raca/845027>. Acesso em: 6 de jul. 2022.
- A VOZ DA RAÇA. 29 de abril de 1933. Hemeroteca Digital Brasileira. Biblioteca Nacional – Digital do Brasil. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/voz-raca/845027>. Acesso em: 27 maio 2023.
- A VOZ DA RAÇA. 6 de maio de 1933. Hemeroteca Digital Brasileira. Biblioteca Nacional – Digital do Brasil. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/voz-raca/845027>. Acesso em: 27 maio 2023.
- A VOZ DA RAÇA. 13 de maio 1933. Hemeroteca Digital Brasileira. Biblioteca Nacional – Digital do Brasil. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/voz-raca/845027>. Acesso em: 3 jul. 2022.
- A VOZ DA RAÇA. 8 de julho 1933. Hemeroteca Digital Brasileira. Biblioteca Nacional – Digital do Brasil. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/voz-raca/845027>. Acesso em: 3 jul. 2022.
- A VOZ DA RAÇA. 10 de julho de 1933. Hemeroteca Digital Brasileira. Biblioteca Nacional – Digital do Brasil. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/voz-raca/845027>. Acesso em: 27 maio 2023.
- A VOZ DA RAÇA. 29 de janeiro de 1934. Hemeroteca Digital Brasileira. Biblioteca Nacional – Digital do Brasil. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/acervo-digital/voz-raca/845027>. Acesso em: 25 jun. 2022.
- A VOZ DA RAÇA. 20 janeiro de 1934. Hemeroteca Digital Brasileira. Biblioteca Nacional – Digital do Brasil. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/voz-raca/845027>. Acesso em: 29 maio 2023.
- ABREU, L. A.; ALBERNAZ, C. O sentido da revolução: de 1930 ao Estado Novo. *In*: VANNUCCHI, M. A; ABREU, L. A. **A Era Vargas 1930-1945**. Porto Alegre: EPIPUCRS, 2021. p. 41-70.

ALBUQUERQUE, W. Movimentos sociais abolicionistas. *In*: SCHWARCZ, L. M.; FOMES, F. S. (org.). **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 396-403.

ALLAN, N. A. **O corporativismo no Brasil (1889-1945)**. 2010. 169 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/24215> Acesso em: 28 maio 2023.

ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARAÚJO, G. F.; BARBOSA, A. S. Cultura e identidade nacional nos anos Vargas: tensões e contradições de uma cultura oficial. **Revive – Revista de Ciências do Estado**, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 72-106, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revive/article/view/e5009/3077>. Acesso em: 27 set. 2023.

BERTONHA, J. F. **Integralismo: problemas, perspectivas e questões historiográficas**. Maringá: Eduem, 2014.

BRASIL. Decreto nº 19.398, de 11 de novembro de 1930. Institui o Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, p. 20663. Brasília, DF, 12 nov. 1930. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19398-11-novembro-1930-517605-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=DECRETA%3A,Par%C3%A1grafo%20C3%BAnico>. Acesso em: 27 maio 2023.

BRASIL. Decreto-Lei nº 427, de 13 de maio de 1938. Regula a comemoração do cinquentenário da lei áurea. **Diário Oficial da União**: seção 1, p. 9434. Brasília, DF, 18 maio 1938. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-427-13-maio-1938-350765-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 27 maio 2023.

CAPELATO, M. H. **Imprensa e história do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CAPELATO, M. H. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. *In*: PANDOLFI, D. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999. p. 167-178.

CORRÊA, M. **As ilusões da liberdade: a escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil**. Bragança Paulista: Ed. da Universidade São Francisco, 2001.

CRIOULO. **Sucrilhos**. São Paulo: Oloko Records: 2011. 1 CD (4 min).

CUNHA, O. M. G. Sua alma em sua palma: identificando “raça” e inventando a nação. *In*: PANDOLFI, D. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999. p. 257-288.

D’ARAÚJO, M. C. Estado, classe trabalhadora e políticas sociais. *In*: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. **O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo: segunda república (1930-1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. p. 224-249.

DOMINGUES, P. O mito da democracia racial e a mestiçagem no Brasil (1889-1930). **Diálogos Latinoamericanos**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 10, p. 1-16, 2005. Disponível em: <https://tidsskrift.dk/dialogos/article/view/113653>. Acesso em: 3 jul. 2023.

DOMINGUES, P. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/yCLBRQ5s6VTN6ngRXQy4Hqn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 abr. 2023.

DOMINGUES, P. **A nova abolição**. São Paulo: Selo Negro, 2008.

DOMINGUES, P. Frente Negra/Legião Negra. In: SCHWARCZ, L. M.; FOMES, F. S. (org.). **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 286-293.

DOMINGUES, P. Imprensa negra. In: SCHWARCZ, L. M.; FOMES, F. S. (org.). **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 305-312.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes: (o legado da “raça branca”)**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2008 (Obras reunidas de Florestan Fernandes).

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2019.

FRAGA, A. B. Os departamentos de propaganda política do Governo Vargas. In: VANNUCCHI, M. A.; ABREU, L. A. **A Era Vargas 1930-1945**. Porto Alegre: EPIPUCRS, 2021. p. 347-376.

FREYRE, G. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia**. 48. ed. São Paulo: Global, 2003.

GOMES, Â de C. Sindicalismo e corporativismo: um legado da Era Vargas. **Revista Conjuntura Econômica**, Rio de Janeiro, v. 58, n. 8, p. 36-37, ago. 2004. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rce/article/view/28498/27364>. Acesso em: 27 maio 2023.

GOMES, A. de C. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.

GOMES, A. de C. **A invenção do trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

GOMES, A. C. Trabalhismo: a transição do autoritarismo nos anos 1940 In: VANNUCCHI, M. A.; ABREU, L. A. **A Era Vargas 1930-1945**. Porto Alegre: EPIPUCRS, 2021, p. 273-306.

GOMES, F. **Negros e política (1888-1937)**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

GUIMARÃES, A. Sé. A. A questão racial na política brasileira (os últimos quinze anos). **Tempo Social**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 121-142, nov. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/d6pLPZfmMdXqvJY6CrM8Cgz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 9 dez. 2023.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOBSBAWM, E. **A era dos extremos: o breve século xx (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBSBAWM, E.; RANGER, T. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

LIMA, N. T.; HOCHMAN, G. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitarista da primeira república. *In: MAIO, M. C.; SANTOS, R. V. Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB 1996. p. 23-40.

MALATIAN, T. Memória e contra-memória da Frente Negra Brasileira. *In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA: CONTRA OS PRECONCEITOS: HISTÓRIA E DEMOCRACIA*, 29., 2017. Brasília, DF. *Anais [...]*. Brasília, DF: UNB, 2017. p. 1-16. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548953096_4b658d360586fe092e466b830b5eec4c.pdf. Acesso em: 17 out. 2023.

MOREIRA, M. S.; SANTOS, R. T. dos. Cidadania regulada e Era Vargas: a interpretação de Wanderley Guilherme dos Santos e sua fortuna crítica. *Estudos Históricos* Rio de Janeiro, v. 33, n. 71, p. 539-558, set./dez. 2020. Disponível em <https://www.scielo.br/j/eh/a/YC5NhQNKLyLL4dB9tJmw5wL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 2 set. 2023

MOTA, A. **Quem é bom já nasce feito: sanitarismo e eugenia no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MOURELLE, T. C. O “pai dos pobres” também foi ditados: Getúlio Vargas e a violenta repressão de 1930 a 1945. *In: VANNUCHI, M. A.; ABREU, L. A. De. A Era Vargas (1930-1945)*. Porto Alegre. EDIPUCRS, 2021. p. 243-272.

MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade versus identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Perspectiva, 2016.

NOGUEIRA, O. **Tanto preto quanto branco: estudos de relações raciais**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.

OLIVEIRA, L. P. Questão nacional na primeira república. *In: LOURENZO, H. C. ; COSTA, E. P. (org.). As décadas de 20 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Ed. da UNESP, 1997. p. 185-195.

RODRIGUES, N. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2011.

SANTOS, W. G. dos. **Cidadania e justiça**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SÃO PAULO. A obra revolucionária do Governo de São Paulo. **Diário Oficial do estado de São Paulo**, São Paulo, n. 146, ano 1, 1 jul. 1933. p. 5. Disponível em: https://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=%2f1933%2fdiario%2520oficial%2fjulho%2f01%2fpag_0005_DU9D6515SDIAJeE4ADM2J5JEIRG.pdf&pagina=5&data=01/07/1933&caderno=Di%C3%A1rio%20Oficial&paginaordenacao=100005. Acesso em: 7 jul. 2023.

SÃO PAULO. Página 12 da Diário Oficial do Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOSP) de 4 de Novembro de 1931. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, 4 nov. 1931. p. 12. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/3979879/pg-12-diario-oficial-diario-oficial-do-estado-de-sao-paulo-dosp-de-04-11-1931/pdfView>. Acesso em: 29 abr. 2023.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1931**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, L. M. **Racismo no Brasil**. São Paulo: Publifolha, 2001.

SCHWARCZ, L. M. Fontes. **História, Ciências, Saúde**, Manguinhos, v. 18, n. 1, p. 225-242, mar. 2011. Disponível em: https://repositorio.usp.br/bitstream/handle/BDPI/6812/art_SCHWARCZ_Fontes_2011.pdf?sequence=1. Acesso em: 14 dez. 2023.

SCHWARCZ, L. M. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade**. História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea. Tradução. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

SCHWARCZ, L. M. Teorias raciais. In: SCHWARCZ, L. M.; FOMES, F. S. (org.). **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 481-489.

SKIDMORE, T. E. **Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento político brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SOUZA, V. B. Por uma nação eugênica: higiene, raça e identidade nacional no movimento eugênico brasileiro dos anos 1910 e 1920. **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 146-166, jul./dez. 2008. Disponível em: https://www.sbhc.org.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=74. Acesso em: 14 dez. 2023.

VANNUCCHI, M. A. Revolução de 1930 e modernização conservadora. In: VANNUCCHI, M. A.; ABREU, L. A. De. **A Era Vargas (1930-1945)**. Porto Alegre. EDIPUCRS, 2021. p. 19-40.

VARGAS, G. O Brasil em 1930 e as realizações do governo provisório: manifesto à nação. Biblioteca da Presidência da República. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1934/05.pdf/view>. Acesso em: 3 mar. 2023.

VARGAS, G. Discurso pronunciado por Getulio Vargas no dia 3 de novembro de 1930, por ocasião de sua posse como chefe do governo provisório da república. Biblioteca da Presidência da República. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1930/03.pdf/view>. Acesso em: 5 maio 2023.

VARGAS, G. Primeiro aniversário da revolução de outubro: discurso do chefe do Governo Provisório na solenidade realizada no Teatro Municipal, em 3 de Outubro de 1931. Biblioteca da Presidência da República. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1931/03-de-outubro-de-1931-revolucao-de-outubro-manifesto-a-nacao-lido-no-teatro-municipal/view>. Acesso em: 11 maio 2023.

VARGAS, G. Discurso pronunciado no dia 29 de outubro de 1932. Biblioteca da Presidência da República. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1932/07.pdf/view>. Acesso em: 7 jan. 2018.

VARGAS, G. O Estado novo e as classes trabalhadoras. Discurso pronunciado por ocasião da assinatura de decretos – leis referentes às classes trabalhadoras do país, no palácio Guanabara, a 1 de maio de 1938. Biblioteca da Presidência da República. Disponível: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1938/07.pdf/view>. Acesso em: 8 fev. 2023.

VARGAS, G. **A repulsa do paiz [sic] pelo atentado de 11 de maio**. Discurso pronunciado, em agradecimento à grande manifestação popular do dia 13 de maio de 1938, no palácio do catete. Biblioteca da Presidência da República. Disponível: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1938/08.pdf/view> Acesso em: 30 jul. 2022.

VARGAS, G. O culto da pátria e o dever de cada brasileiro. Discurso pronunciado no estádio do “Vasco da Gama”, perante a concentração cívica da “hora da independência”, a 7 de setembro de 1940. Biblioteca da Presidência da República. Disponível: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1940/27.pdf/view>. Acesso em: 2 fev. 2023.

VARGAS, G. **A política trabalhista do governo e seus benefícios**. Discurso pronunciado no estádio do Vasco da Gama, Rio, por ocasião das comemorações do dia do trabalho, no dia 1º de maio de 1940. Biblioteca da Presidência da República. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1940/16.pdf/view>. Acesso em: 5 jul. 2022.

VARGAS, G. 1º de Maio de 1943. O patriotismo do trabalhador brasileiro e a política trabalhista do governo. Discurso pronunciado no estádio do “Vasco da gama”, por ocasião das comemorações de 1º de maio. Biblioteca da Presidência da República. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1943/01.pdf/view> Acesso em: 4 maio 2023.

VARGAS, G. O patriotismo do trabalhador brasileiro e a política trabalhista do governo. Discurso pronunciado no estádio do “Vasco da Gama”, por ocasião das comemorações de 1º de maio de 1943. Biblioteca da Presidência da República. Disponível: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1943/01.pdf/view>. Acesso em: 5 maio de 2023.

VARGAS, G. Orientação nacional do ensino. Discurso pronunciado por ocasião da cerimônia comemorativa do primeiro centenário da Fundação do Colégio Pedro II, no Teatro Municipal. Biblioteca da Presidência da República. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1937/06.pdf/view>. Acesso em: 4 mar. 2023.

VIANA, O. **Populações meridionais do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, Conselho editorial, 2005.